

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA
Faculdade de Ciências e Tecnologia
Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente

CONTRIBUTO DAS PRAIAS FLUVIAIS
PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL:
A REDE DE PRAIAS FLUVIAIS DO PINHAL INTERIOR

Por:

Verónica dos Santos Marto Gouveia

Dissertação apresentada na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa para obtenção do grau de Mestre em Ordenamento do Território e Planeamento Ambiental

Orientador: Professor Doutor Carlos Pereira da Silva

Elo de ligação: Professor Doutor João Farinha

Lisboa

Agosto 2009

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho é o culminar de um objectivo académico a que me propus, que só foi possível alcançar graças ao apoio de um número considerável de pessoas, aos quais quero expressar os meus sinceros agradecimentos.

Aos meus pais, Carlos, Fernanda e Joaquim, e às manas Rita e Joana, sem eles nunca conseguiria ter chegado até aqui.

Ao Sr. Vaz, à Dona Fátima e à Ana pelo seu apoio e carinho.

Aos meus amigos, Rita Carrolo, Sofia Afonso, Catarina Oliveira, Joana Santos, Cátia Madeira, Diogo, Sílvia, Miguel, Vilma, Nuno e Andreia pelo apoio moral ao longo deste trabalho.

Às minhas amigas de infância e de sempre, Ana Moleirinho e Catarina Moleirinho, por terem estado ao meu lado em todas as etapas da minha vida.

Ao Nelson e ao Nuno, colegas de Faculdade e amigos, por todas as palavras de incentivo.

À COBA e aos colegas de trabalho, Madalena, Joana, Paula Marques, Ana Helena, Inês Barbosa, Rita, Luís da Cândida, Margarida e Inês Guerra pelo apoio e por toda a ajuda prestada. Um agradecimento especial ao Paulo (da imagem), à Sandrinha, mestre da formatação e sua aprendiz Helena, e ao Carlos, pelo apoio técnico e dedicação.

À Dra. Sofia, pela sua compreensão e à Dra. Catarina por me abrir os horizontes, a ambas muito obrigado por terem acreditado em mim e pela oportunidade de poder trabalhar convosco.

A todas as pessoas que entrevistei e que tão bem me receberam durante o trabalho de campo: Ana Quintas (GO-OUTDOOR), Ivone Napoleão (Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos), Lucinda Ventura (Casa da Eira), Luís Antunes (Câmara Municipal da Lousã), Arnaldo Santos (Câmara Municipal de Castanheira de Pêra) e José Humberto Simões (Câmara Municipal de Casal Ermio).

Ao Bruno, amigo e companheiro, por estar sempre ao meu lado, por toda a ajuda no trabalho de campo e por ter acompanhado todas as etapas desta tese.

Ao Professor Carlos Silva, pela sua ajuda, disponibilidade e compreensão.

À gata Zorbas (Doris Fedoris) pelas turrinhas e pelo seu amor incondicional.

Ao gato Félix pelas suas dentadinhas carinhosas.

Por fim, um agradecimento muito especial ao Bruno e ao Professor Carlos Silva, acima de tudo por terem acreditado que era possível, primeiro explorar este tema e depois terminar o trabalho.

SUMÁRIO

O presente estudo pretende avaliar o contributo das praias fluviais para o desenvolvimento regional, enquanto potencial produto turístico em regiões periféricas e/ou deprimidas.

Optou-se por definir como área de estudo a região Pinhal Interior, em particular a Rede de Praias Fluviais do Pinhal Interior, composta por vinte e uma praias, distribuídas por onze concelhos.

O objectivo principal desta Rede é transformar as praias fluviais em pólos de atracção não só para os turistas mas também para a população residente.

Neste sentido, e de forma a analisar a percepção dos utentes/utilizadores e dos agentes locais, procedeu-se à realização de entrevistas (principalmente às autarquias locais) e de inquéritos em quatro das praias fluviais que integram a Rede, escolhidas pelas suas características distintas.

Através da análise das informações recolhidas durante o trabalho de campo, é possível concluir que as praias fluviais têm ainda uma área de influência muito reduzida. Destaca-se ainda a importância dos equipamentos e apoios na valorização destes espaços, sendo simultaneamente apontados como os factores que mais agradam e desagradam aos utilizadores.

Em termos gerais, conclui-se ainda que a organização em rede em regiões interiores e deprimidas, estudada através da Rede de Praias Fluviais do Pinhal Interior, é fundamental para a promoção e divulgação de produtos turísticos, particularmente das praias fluviais quando articuladas com as demais potencialidades e recursos existentes no território.

ABSTRACT

This study aims to assess the contribution of river beaches for regional development as a potential tourism product in peripheral and / or depressed areas.

The *Pinhal Interior* Region was selected as study area, particularly the River Beaches Network of Pinhal Interior, with twenty-one beaches, spread by eleven municipalities.

The main objective of this network is to convert the riverside beaches in attraction poles, not only for tourists but also for the local population.

In order to analyze the user's perceptions, a survey was conducted in four river beaches in this network, chosen for their distinct characteristics, in addition to interviews made to local authorities.

From all the data collected during the fieldwork, was possible to conclude that river beaches still have a very limited geographical influence. It was also clear the value of the support infrastructures in enhancing these spaces, while those same infrastructures were pointed as the key elements for the positive and negative assessments by beach user's.

As conclusion is possible to say that the River Beaches Network of Pinhal Interior, could play a major role for the promotion and dissemination of a touristic image, specially when the river beaches are associated with other resources of the territory.

SIMBOLOGIA E ANOTAÇÕES

ADXTUR - Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto

CAE - Classificação de Actividades Económicas

CAE H - Alojamento e Restauração (Restaurantes e Similares)

CCDRC - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

CNPCJR - Comissão Nacional de Protecção das Crianças e Jovens em Risco

DOP - Denominação de Origem Protegida

DQA – Directiva Quadro Água

EEA Grants - Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu

EM - Empresa Municipal

ESE - Escola Superior de Educação

ETAR – Estação de Tratamento de Águas Residuais

FEDER - Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

ICNB - Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade

IGESPAR - Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico

IGP - Instituto Geográfico Português

INE - Instituto Nacional de Estatística

INR - Instituto Nacional para a Reabilitação

IPPAR - Instituto Português do Património Arquitectónico

LVT - Lisboa e Vale do Tejo

NUT - Nomenclatura de Unidade Territorial

ONG - Organização Não Governamental

PAX - Programa das Aldeias do Xisto

PENT - Plano Estratégico Nacional do Turismo

PNPOT - Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território

PO Centro - Programa Operacional da Região do Centro

PPSA - Paisagem Protegida da Serra do Açor

QCA III - Quadro Comunitário de Apoio III

R.A. Madeira - Região Autónoma da Madeira

RPFPI - Rede de Praias Fluviais do Pinhal Interior

SIC - Sítio de Interesse Comunitário

SPSS - Statistical Package for Social Sciences

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

VAB - Valor Acrescentado Bruto

ZPE - Zona de Protecção Especial

ÍNDICE DE MATÉRIAS

	Pág.
INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO	16
1 - DESENVOLVIMENTO REGIONAL	17
2 - O TURISMO EM REGIÕES PERIFÉRICAS	23
3 - O TURISMO EM ÁREAS RURAIS.....	25
4 - O TURISMO EM REDE.....	28
5 - O CASO DAS PRAIAS FLUVIAIS	31
CAPITULO II – ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO E TERRITORIAL	38
1 - A REGIÃO CENTRO E O PINHAL INTERIOR.....	39
1.1 - ENQUADRAMENTO NATURAL E PAISAGÍSTICO	40
1.2 - POVOAMENTO E SISTEMA URBANO	42
1.3 - CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONOMICA	43
2 - O SECTOR DO TURISMO NA REGIÃO CENTRO E PINHAL INTERIOR	49
CAPITULO III – CASO DE ESTUDO	52
1 - POTENCIALIDADES DA REGIÃO PINHAL INTERIOR.....	53
1.1 - PATRIMÓNIO NATURAL E PAISAGÍSTICO	53
1.2 - PATRIMÓNIO CULTURAL	55
1.3 - PATRIMÓNIO HISTÓRICO E ARQUITECTÓNICO.....	56
2 - O TURISMO EM REDE NA REGIÃO DO PINHAL INTERIOR.....	61
2.1 - O PROGRAMA DAS ALDEIAS DO XISTO.....	61
2.2 - REDE DAS ALDEIAS DO XISTO.....	64
2.3 - REDE DE PRAIAS FLUVIAIS DO PINHAL INTERIOR.....	67
3 - PRAIAS EM ANÁLISE	73
3.1 - PRAIA DA BOGUEIRA	73
3.2 - PRAIA DA LOUÇAINHA	75
3.3 - PRAIA DAS ROCAS	76

3.4 - PRAIA ANA DE AVIZ	79
4 - ENTREVISTAS	82
4.1 - ANÁLISE DOS RESULTADOS	83
5 - A PERCEPÇÃO DOS UTILIZADORES.....	88
5.1 - OS INQUÉRITOS.....	88
5.2 - ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	90
5.3 - IDENTIFICAÇÃO DA AMOSTRA.....	112
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	117
BIBLIOGRAFIA	124
ANEXOS	131
ANEXO 1 - FICHAS DE PRAIA.....	132
ANEXO 2 – QUADRO RESUMO DAS ENTREVISTAS	137
ANEXO 3 - INQUÉRITO	143
ANEXO 4 – FICHA DE PRAIA	147
ANEXO 5 – QUADROS	150
ANEXO 6 – CRITÉRIOS DE ATRIBUIÇÃO DA BANDEIRA AZUL	179
ANEXO 7 – CLASSIFICAÇÃO NACIONAL DE PROFISSÕES	183

ÍNDICE DE FIGURAS

	Pág.
Figura I.1 - Densidade Populacional, 2001	18
Figura I.2 - Índice de Envelhecimento, 2001	20
Figura I.3 e I.4 - Exemplos de Paisagens Interiores	21
Figura I.5 - Benefícios das Redes a nível da construção de destinos turísticos bem sucedidos.....	28
Figura I.6 - Águas Balneares Interiores em 2008.....	35
Figura I.7 - Águas Balneares Interiores conformes com o Valor Guia, em 2008	35
Figura II.1 - Enquadramento territorial da Região Centro	39
Figura II.3 - População Residente por Grandes Grupos Etários.....	44
Figura II.4 - População Residente por Nível de Ensino	45
Figura II.5 - População Empregada por Sectores de Actividade.....	46
Figura III.1 - Encosta da Serra, Maio de 2009	53
Figura III.2 - Mata da Margaça, Serra do Açor	55
Figura III.3 - Fragas da Pena, Serra do Açor.....	55
Figura III.4 - Enquadramento paisagístico da Aldeia do Talasnal	57
Figura III.5 - Capela de Santo António da Neve	58
Figura III.6 - Antigo Poço de Neve	58
Figura III.7 - Castelo da Lousã.....	59
Figura III.8 – Mapa representativo da Rede de Aldeias do Xisto e da Rede de Praias Fluviais do Pinhal Interior.....	63
Figura III.9 e III.10 - Casal de S. Simão (integrado na Rede das Aldeias do Xisto), Figueiró dos Vinhos	64

Figura III.11 – Enquadramento Territorial das Praias Fluviais integradas na RPFPI	68
Figura III.12 – O “Lontrinhas” (praia da Louçainha).....	69
Figura III.13 - Praia da Bogueira.....	74
Figura III.14 - Praia da Louçainha.....	75
Figura III.15 - Praia das Rocas	77
Figura III.16 – Entrada na Praia das Rocas	79
Figura III.17 – Sombras esgotadas na Praia das Rocas	79
Figura III.18 - Praia Ana de Aviz.....	80
Figura III.19 - WC para deficientes (praia da Bogueira).....	83
Figura III.20 - Cadeira para indivíduos com mobilidade reduzida (praia da Bogueira)	83
Figura III.21 - Bandeira Praia Acessível (praia do Poço da Corga).....	84
Figura III.22 - Estacionamento para deficientes (praia da Louçainha)	84
Figura III.23 - Aspectos que motivaram a ida à praia	91
Figura III.24 - Forma como conheceram a praia.....	93
Figura III.25 - Há quanto tempo que conhecem a praia	94
Figura III.26 - Número de vezes que visitaram a praia	95
Figura III.27 - Aspectos que mais agradam na praia.....	96
Figura III.28 - Aspectos que menos agradam na Praia.....	97
Figura III.29 - Aspectos que os utilizadores mudariam na Praia.....	98
Figura III.30 - Opinião dos utilizadores relativamente ao número de pessoas na praia.....	99
Figura III.31 - O “Lontrinhas”, mascote da Rede de Praias Fluviais do Pinhal Interior.....	100
Figura III.32 - Símbolo ou mascote que os utilizadores associam à RPFPI.....	101
Figura III.33 - Aspectos negativos referidos pelos utilizadores	103
Figura III.34 - Praia das Rocas	104
Figura III.35 - Praia das Fragas de S. Simão	104
Figura III.36 - Aspectos que os utilizadores valorizam nas praias.....	105

Figura III.37 - Grau de importância dos aspectos apresentados aos utilizadores, no concerne ao contributo da RPFPI	107
Figura III.38 - Grau de importância dos aspectos apresentados aos utilizadores, aquando da visita à praia	108
Figura III.39 - Principais atracções para o turismo da região.....	110
Figura III.40 - Grau de importância dos aspectos apresentados aos utilizadores, no que concerne ao seu contributo para aumento da atracção da região	112

ÍNDICE DE QUADROS

	Pág.
Quadro I.1 - Águas balneares com problemas crónicos de qualidade.....	36
Quadro I.2 - Comparação dos resultados obtidos em 2007/2008 para as águas balneares	36
Quadro II.1 - População Residente, Taxa de Variação e Densidade Populacional, 1991 e 2001.....	43
Quadro II.2 - Índice de Envelhecimento, 2001	44
Quadro II.3 - Estabelecimentos Hoteleiros e Capacidade de Alojamento, 2007	49
Quadro II.4 - Estabelecimento e Capacidade de Alojamento em Espaço Rural, 2007	49
Quadro II.5 - Estada Média por Estabelecimento e Taxa de Ocupação - Cama, 2007	50
Quadro III.1 - Dimensões e finalidades do PAX.....	62
Quadro III.2 - Rede das Aldeias do Xisto	64
Quadro III.3 - Enquadramento Territorial da RPFPI.....	67
Quadro III.4 - Plano para o Ano 2008	70
Quadro III.5 - Classificação da qualidade da água nas praias que integram a RPFPI.....	72
Quadro III.6 - Infra-estruturas, equipamentos e serviços existentes nas praias fluviais em estudo	81
Quadro III.7 - Entidades entrevistadas	82
Quadro III.8 - Inquéritos Realizados	89

Quadro III.9 - Inquéritos Realizados	91
Quadro III.10 - Local de Alojamento (%)	113
Quadro III.11 - Local de Residência dos Inquiridos (%)	115

INTRODUÇÃO

Portugal tem como uma das apostas principais da sua economia o turismo, com particular destaque para o turismo balnear, graças à sua linha de costa com mais de quatrocentas zonas balneares designadas oficialmente.

Nos últimos anos, numa óptica de desenvolvimento local e regional, têm-se tentado apostar nas condições endógenas das regiões interiores para criação de sustentabilidade turística nestes territórios.

Nesta perspectiva, algumas regiões têm procurado valorizar as margens dos seus rios, criando zonas balneares fluviais, diversificando e enriquecendo a sua oferta turística, tentando atrair visitantes nos meses mais quentes.

Um dos principais problemas, tal como nas zonas balneares costeiras, prende-se porém com a qualificação desta oferta, nomeadamente ao nível da qualidade da água, um dos principais problemas dos rios portugueses. Ainda assim, tem-se registado um esforço patente no crescente número de candidaturas a Bandeira Azul das praias fluviais, mostrando uma dinâmica crescente e continuada

Esta dissertação pretende analisar o resultado desta aposta, nomeadamente como ela é percebida pelos seus utilizadores, escolhendo como caso de estudo a Rede de Praias Fluviais do Pinhal Interior e apoiando-se numa forte componente de trabalho de campo (inquéritos aos utilizadores de quatro das vinte e uma praias que integram a Rede e entrevistas a agentes locais), para assim aferir os resultados até agora alcançados na óptica do desenvolvimento da capacidade de atracção dessas áreas a nível turístico.

Neste sentido, a presente dissertação encontra-se repartida em três partes, designadas por capítulos:

- Capítulo I – Enquadramento Teórico;
- Capítulo II – Enquadramento Geográfico e Territorial;
- Capítulo III – Caso de Estudo.

O Capítulo I, estruturado em cinco pontos, inclui o enquadramento teórico, abrangendo os vários conceitos considerados fundamentais para entender o trabalho em apreço.

No que concerne às temáticas abordadas, começa-se por introduzir a noção de desenvolvimento regional, aplicando-o às assimetrias regionais existentes em Portugal e apresentando um retrato sucinto da realidade social, demográfica e económica actual.

Seguidamente, analisa-se o turismo enquanto janela de oportunidade de desenvolvimento em regiões periféricas e áreas rurais, enunciando-se as mais-valias que estes territórios apresentam e salientando a importância da sua identidade territorial como pilar desta actividade.

Abordam-se também os benefícios associados à governança/gestão em rede ao nível da construção de destinos turísticos. Esta é uma forma de tornar o sector cada vez mais global e competitivo, pois permite que se unam esforços entre parceiros (agentes públicos, privados e população em geral) e que se trabalhe em conjunto, juntando sinergias, para um mesmo objectivo.

Neste caso, o turismo em rede pode desempenhar um papel importante, englobando áreas geográficas mais ou menos extensas, isoladas ou periféricas, com escassos recursos económicos, funcionando a diversas escalas (local, regional, nacional ou mesmo internacional), contribuindo para potenciar produtos turísticos que por si só não terão capacidade para se desenvolverem ou para se tornarem atractivos, permitindo ao mesmo tempo rentabilizar os investimentos realizados. Dá-se como exemplo a Rede Europeia de Turismo de Aldeia que existe desde 2003

O último ponto deste Capítulo centra-se no fenómeno das praias fluviais, enquanto um segmento específico do mercado turístico em regiões periféricas e áreas rurais, aproveitando o papel que os rios desempenharam, ao longo dos tempos, na vida quotidiana das populações, bem como a qualidade das águas balneares interiores.

No segundo Capítulo apresenta-se uma descrição da área em estudo, Pinhal Interior, que engloba as sub-regiões Pinhal Interior Norte e Pinhal Interior Sul e que se inserem na região Centro, atendendo a aspectos como o enquadramento natural e paisagístico, o povoamento e sistema urbano e a caracterização socioeconómica, dando-se especial enfoque ao sector do turismo. Serão igualmente enumerados os obstáculos existentes a um desenvolvimento destas áreas, com populações envelhecidas, fraca capacidade de mobilização e inovação, e poucos recursos financeiros.

O terceiro Capítulo corresponde ao caso de estudo da Rede de Praias Fluviais do Pinhal Interior. Começa-se por apresentar as principais potencialidades da região Pinhal Interior, que assentam no património natural e paisagístico, no património cultural e no património histórico e arquitectónico. Aborda-se o papel do turismo em rede que, nesta região, inicia-se com o Programa das Aldeias do Xisto, do qual resultam diversos projectos associados, como sejam a Rede das Aldeias do Xisto (projecto pioneiro) e a Rede de Praias Fluviais do Pinhal Interior, na qual se foca o presente estudo.

Seguidamente, analisa-se a Rede de Praias Fluviais do Pinhal Interior, fazendo-se o enquadramento e caracterização das quatro praias seleccionadas, cuja informação foi maioritariamente recolhida durante o trabalho de campo.

Posteriormente, apresentam-se os principais resultados obtidos nas entrevistas realizadas e que reflectem a perspectiva dos agentes locais.

O caso de estudo termina com a análise dos inquéritos efectuados nas praias, sendo aferida a percepção dos utilizadores relativamente a estas, à Rede de Praias Fluviais do Pinhal Interior e à região onde se inserem.

A parte final pretende constituir uma reflexão dos resultados alcançados face aos objectivos pretendidos, formalizando-se algumas considerações conclusivas sobre o caso estudado, contemplando a percepção dos utilizadores e dos agentes locais.

Com base neste trabalho, centrado nas praias fluviais e na percepção dos seus utilizadores, espera-se poder identificar as suas potencialidades e condicionantes para o desenvolvimento turístico das regiões interiores, e avançar com algumas medidas de gestão e ordenamento que possam potenciar este recurso, associado muitas das vezes a áreas deprimidas económica e demograficamente, e que com esta aposta poderão, senão inverter, pelos menos suavizar a tendência de declínio registada.

CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1 - DESENVOLVIMENTO REGIONAL

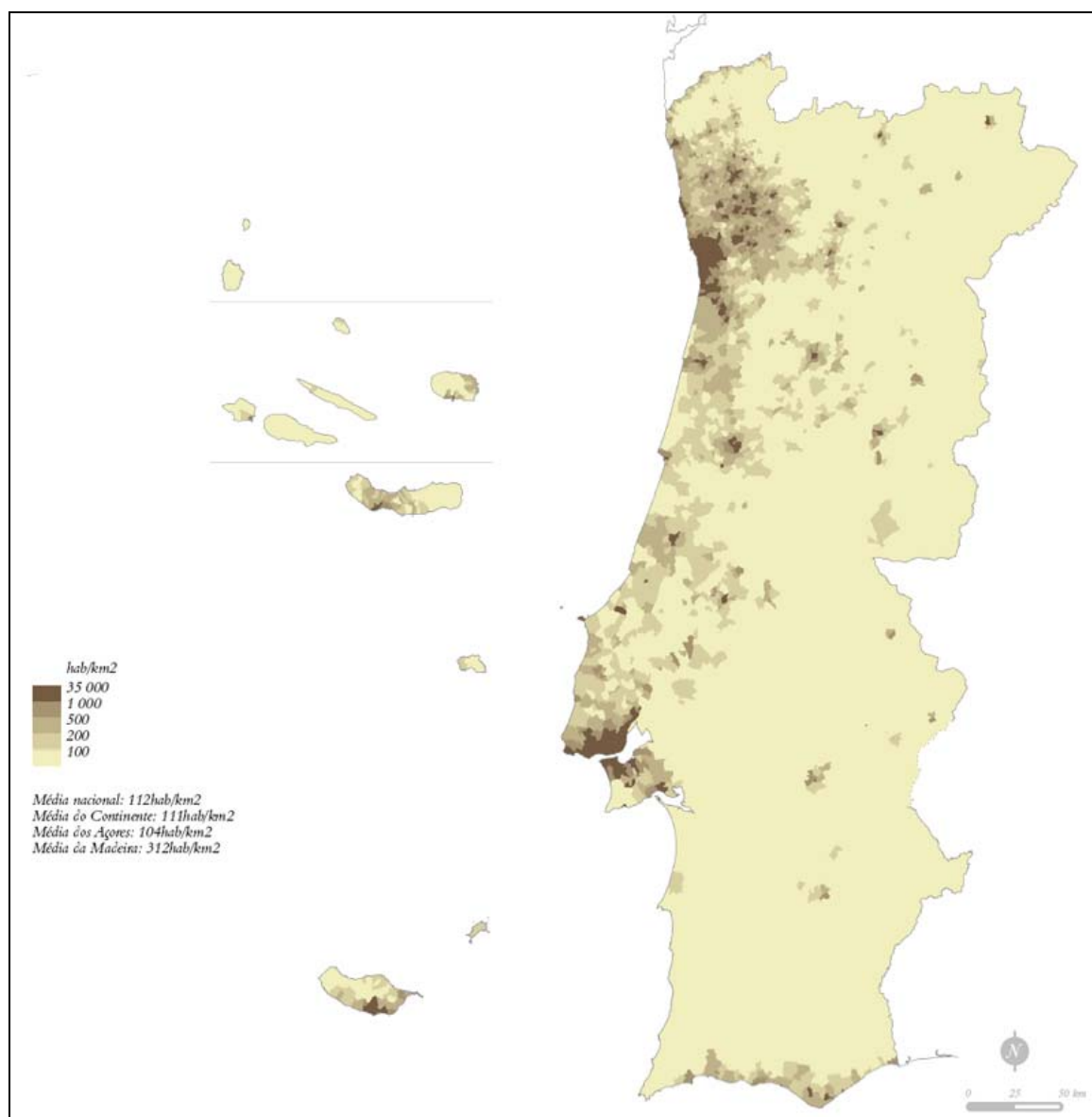
O conceito de desenvolvimento regional nasceu da integração do factor espaço no sistema económico, surgindo na sequência das primeiras formulações da teoria da localização das actividades económicas. Esta conjugação entre espaço e desenvolvimento, na vertente económica, deu lugar à comparação de regiões e à constatação de que este ocorre de forma desigual e a velocidades distintas de área para área. Neste contexto, uma das principais preocupações do desenvolvimento regional passou a ser a atenuação das disparidades regionais (Fernandes, 2007).

Ao longo do tempo, a interpretação de desenvolvimento ultrapassou a mera concepção de crescimento económico, passando a integrar a acesso generalizado, em termos físicos e económicos, a bens e serviços. (Simões Lopes, 1980). Deste modo, o conceito de desenvolvimento regional passou a associar-se ao de qualidade de vida, que abrange as seguintes noções: nível de vida, condições de vida e qualidade do ambiente.

Pode-se, deste modo, afirmar que o desenvolvimento regional visa atingir um equilíbrio racional na utilização e dinamização de um território, através da promoção do seu ordenamento e da garantia da participação dos cidadãos na resolução de problemas, do combate às assimetrias e do aproveitamento dos recursos e potencialidades endógenas regionais.

Portugal é um país onde os contrastes regionais, que se perpetuaram ao longo dos tempos, são ainda bastante acentuados.

No passado, o rio Tejo era o elemento separador de duas realidades distintas dentro de um mesmo país: o Norte, “...*das terras montanhosas, húmidas, dominadas pela influência do oceano – o Noroeste, e até os planaltos de Nordeste...*”, densamente povoado contrastava com o Sul “...*quase vazio nas regiões secas, quentes e planas, de características mediterrâneas...*”. No entanto, “*nas últimas décadas é, contudo, mais evidente o contraste entre a fachada atlântica e as terras do interior*”, verificando-se hoje uma forte dicotomia litoral/interior (Pimentel, 2005).



Fonte: Atlas de Portugal IGP, 2005

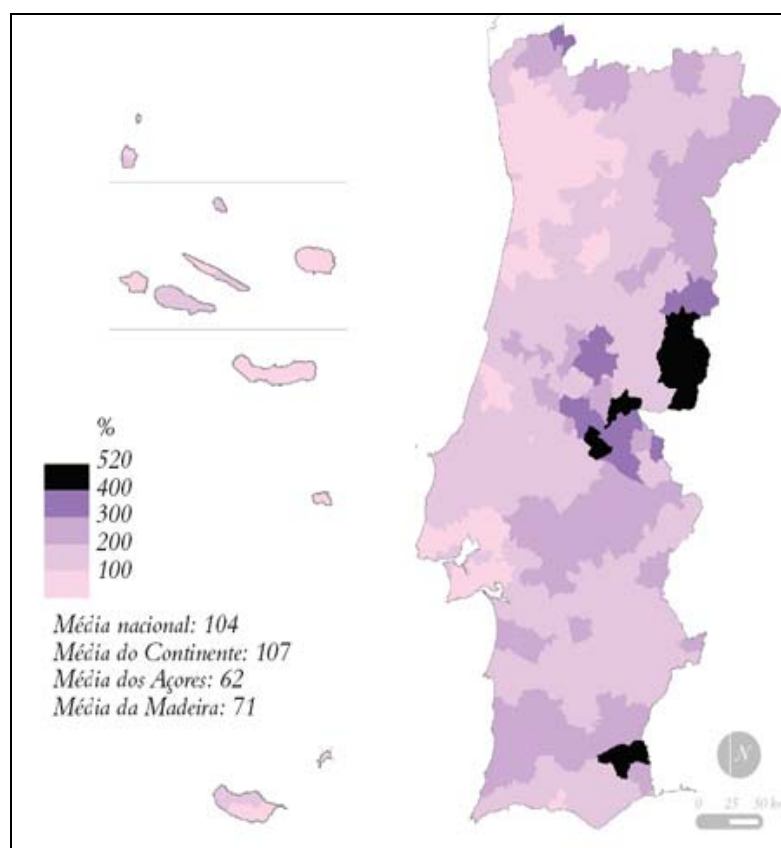
Figura I.1 - Densidade Populacional, 2001

Constata-se claramente, no que concerne à distribuição geográfica da população, uma maior densidade populacional na faixa litoral, entre Viana do Castelo e a Península de Setúbal, principalmente nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto, bem como nas suas áreas influência. “Em 2001, mais de um quarto (25,7%) da população residente concentra-se na região de Lisboa, relação que era somente de um sexto no início da década de 60. Nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto reside aproximadamente 39% da população do País e a sua importância demográfica tem vindo a acentuar-se nos últimos quarenta anos.” (Pimentel, 2005).

Este fenómeno estende-se também aos concelhos litorais da região Algarvia que, no seu todo, registou o maior aumento populacional no período censitário entre 1991 e 2001, mais do triplo da média nacional (**Figura I.1**).

Apesar do despovoamento generalizado das regiões interiores, os centros urbanos de maior dimensão (nomeadamente as sedes de concelho), têm conseguido afirmar alguma capacidade polarizadora, fomentada pelos investimentos realizados nestes territórios ao nível da melhoria das acessibilidades, da construção de parques industriais e de novos equipamentos de ensino (pólos universitários e escolas profissionais), de cultura e lazer. Estes investimentos deverão ter como propósito melhorar a qualidade de vida das populações e ao mesmo tempo atrair novos residentes, fomentar o desenvolvimento económico e social, e dinamizando também as áreas mais deprimidas e despovoadas que os envolvem.

Estes contrastes, quer no que concerne à dicotomia litoral/interior, quer entre os centros urbanos de maior dimensão e as áreas despovoadas das regiões interiores, são agravados pelo envelhecimento populacional (**Figura I.2**), com saldos migratórios negativos que, apesar de ser um fenómeno generalizado em todo o território nacional, é mais pronunciado nas áreas interiores “...*No continente são ainda os concelhos do interior que registam níveis de envelhecimento mais elevados, chegando a atingir 4 idosos por cada jovem.*” (Pimentel, 2005).



Fonte: Atlas de Portugal IGP, 2005

Figura I.2 - Índice de Envelhecimento, 2001

Nas regiões interiores, o despovoamento e envelhecimento populacional resultam pois num território pouco dinâmico e deprimido, situação agravada pela perda de competitividade do sector primário, que detém ainda um peso significativo na estrutura económica das áreas predominantemente rurais.

“Com declínio da importância económica e social da agricultura, esta deixou de poder garantir o papel central na vida das comunidades e dos territórios rurais. Contudo, continua a assegurar funções determinantes e em parte insubstituíveis na gestão dos recursos naturais e do ambiente e paisagens rurais.” (PNPOT, 2007).

Nos territórios com condições naturais adversas, de difícil acessibilidade, com tecidos económicos e sociais frágeis e onde dominam, em termos de ocupação, espaços florestais mal ordenados, degradados e recorrentemente afectados pelo flagelo dos incêndios; circunstâncias características por exemplo das montanhas do Minho, Trás-os-Montes, Beira Alta, Cordilheira Central (Pinhal Interior) e Serra Algarvia, a agricultura é residual, desenvolve-se fundamentalmente em redor de povoações e em algumas manchas mais férteis,

nomeadamente nos vales. Contudo, nestas regiões, a sua manutenção será fundamental para preservar a qualidade ambiental e paisagística necessária à qualidade de vida (PNPOT, 2007).

Porém nalgumas áreas de montanha, que de um modo geral correspondem a regiões interiores deprimidas, com significativa cobertura florestal, apresentando mais qualidade e atractividade paisagística, o turismo poderá constituir-se uma vertente importante para o desenvolvimento.



Fonte: Atlas de Portugal IGP, 2005

Figura I.3 e I.4 - Exemplos de Paisagens Interiores

Sem dúvida que uma das grandes mais valias das regiões interiores são os seus recursos endógenos, que englobam entre outros aspectos o património natural (paisagem, recursos hídricos, áreas naturais relevantes e com elevada sensibilidade ecológica), o património cultural (tradições, artesanato, gastronomia e “*saber antigo*”) e o património histórico e arquitectónico (monumentos, aldeias históricas e serranas) e que formam a sua identidade territorial.

O conceito de identidade territorial desempenha pois um papel importantes como agente diferenciador para o desenvolvimento destas áreas, ele é “...*inovador, complexo e controverso, centrado na originalidade e singularidade de realidades geográficas físicas e humanas de localidades e regiões, e que tem sido crescentemente reconhecido como um factor de competitividade, perante as forças da globalização económica e cultural.*” (Roca e Mourão, 2003).

Considera-se então que as características específicas, materiais e imateriais (biofísicas, sociais, culturais, económicas, entre outras), de determinados lugares e regiões são elementos constitutivos da sua identidade. São estas características que conferem originalidade e singularidade às regiões, que as distinguem de outros territórios, e que as tornam competitivas.

Neste sentido, a valorização da “*autenticidade*”, “*adaptabilidade*”, “*estabilidade*” e/ou “*diversidade*” da identidade territorial, presentes ou potenciais, pode ser vista como um dos

pilares do desenvolvimento regional na União Europeia e em Portugal, em particular nas áreas rurais periféricas ou deprimidas, embora a sua aplicabilidade seja ainda questionada, quer devido às ambiguidades conceptuais, quer à falta de aprofundamentos empíricos sobre as características mutáveis da identidade territorial.

“Em Portugal, a preservação e reforço da identidade territorial tem sido defendido e aceite como um eixo fundamental para o desenvolvimento regional e local. Ao nível da administração central, defende-se que a valorização da identidade é essencial na implementação, monitorização e avaliação das políticas, estratégias, planos, programas e acções de desenvolvimento.” (Roca e Mourão, 2003).

Em suma, pode-se afirmar que os recursos endógenos das regiões interiores, que reflectem a sua identidade territorial, quando potenciados podem fomentar o desenvolvimento de uma nova base económica apoiada no sector do turismo, que se deverá reger pelos seguintes critérios: qualidade, singularidade, inovação e sustentabilidade.

2 - O TURISMO EM REGIÕES PERIFÉRICAS

As Regiões periféricas são por norma consideradas como frágeis, com graves problemas sociais e de desenvolvimento, despovoadas e envelhecidas, onde prevalece uma economia débil e pouco competitiva e onde se assiste à fuga da população jovem e em idade activa para áreas mais atractivas (litoral e grandes centros urbanos) ou outros países (emigração).

O turismo nestas regiões surge muitas vezes como um meio de promover a sua integração e de recuperação das dinâmicas demográficas e económicas há muito perdidas. Constitui uma oportunidade de desenvolvimento económico, cuja competitividade do sector será determinada pela valorização das vantagens do território (reais ou percebidas) e pela sua diferenciação (motivação pela diferença). Neste sentido, cada região deverá procurar explorar as possibilidades de desenvolvimento económico criadas por procuras segmentadas pelos crescentes nichos de mercado (Ramos e Santos, 2007).

A principal vantagem dos territórios, em termos de oferta turística, quando comparados entre si, prende-se com a existência de “...*aspectos locais e endógenos que são únicos e (normalmente) não repetíveis em outras regiões (...)*”. Neste contexto, os recursos endógenos apresentam-se como uma oportunidade efectiva de desenvolvimento socioeconómico, sobretudo em áreas/regiões periféricas ou deprimidas, economicamente pouco competitivas e desenvolvidas.

Por outro, estas regiões periféricas, que se caracterizam por serem predominantemente rurais, têm vindo a ser cada vez mais valorizadas socialmente enquanto reservas de recursos/ bens ambientais, espaços de herança cultural e de preservação de valores morais, devido fundamentalmente à evolução das sociedades urbano-industriais. Assiste-se assim a uma crescente procura destes espaços para recreio e lazer pelos residentes não rurais, que fogem à rotina e ao stress da cidade, à poluição e deterioração da qualidade de vida. Neste âmbito, a natureza assume-se como elemento restaurador da fadiga mental a que a população citadina está exposta no seu quotidiano.

Nas zonas periféricas, o sector do turismo é, em termos regionais, fundamentalmente composto por negócios de pequena escala, sendo que as opções de desenvolvimento deverão incidir sobre o apoio às pequenas unidades de negócio que se consigam converter em nichos de mercado exclusivos e com qualidade, que aproveitem e optimizem os recursos disponíveis e que se pautem pela diferença. Com vista ao sucesso, é necessário desenvolver mecanismos

que assegurem, por exemplo, a articulação entre os actores do território, a melhoria da produtividade dos recursos utilizados, a capacidade técnica dos recursos humanos ligados ao sector (apostando na formação e qualificação), e ainda o reforço dos mecanismos intrinsecamente ligados à geração de inovação. Neste sentido, um modelo de desenvolvimento económico auto-sustentado deverá apoiar-se nas características locais do território e na optimização dos seus recursos endógenos, na capacidade de inovar e de oferecer produtos diferentes, bem como na capacidade de gerar interdependências produtivas, intra e intersectoriais.

Atendendo à existência de um mercado cada vez mais competitivo e por uma questão de sobrevivência, é necessário que os agentes e actores do território se organizem em rede para que consigam ganhar força junto do mercado, mobilizando-se em torno da estratégia de desenvolvimento turístico definida, trabalhando em equipa e articulação em torno de um mesmo objectivo.

3 - O TURISMO EM ÁREAS RURAIS

“O meio rural constitui um conjunto de regiões ou zonas com actividades diversas (agricultura, artesanato, pequena e média indústria, comércio e serviços, entre outras) assente tanto em pequenos aglomerados, aldeias e pequenas cidades como em espaços naturais e áreas cultivadas.” (Diniz e Nogueira, 2000). Engloba assim um conjunto único de características sociais, económicas e culturais, que se reflecte numa grande diversidade de paisagens. No entanto, algumas áreas rurais, principalmente quando localizadas em regiões periféricas, sofrem de problemas de marginalização e falta de oportunidades de desenvolvimento.

O turismo surge nestas áreas como uma alternativa económica de desenvolvimento, que pode complementar a perda de rendimentos que a actividade agrícola tem conhecido nos últimos anos, embora o sucesso desta actividade dependa da oferta existente a nível de recursos potenciais. Existem, no entanto, muitos recursos que integrados no contexto rural se podem converter em interesses turísticos, nomeadamente: *“...produtos agrícolas, paisagens, parques naturais, áreas protegidas, fauna e flora, rios e lagos, montanhas e vales, rochas e minerais, recursos hídricos medicinais, património cultural (arquitectura popular, monumentos e igrejas, património arqueológico, tradições, mercados, festividades, peregrinações, teatro popular e poesia), assim como outros elementos que reflectem o estilo de vida rural e que podem vir a constituir atracções turísticas.”* (Rodrigues e Rodrigues, 2007)

A importância do turismo rural como forma de alternativa de rendimento para as populações rurais tem vindo a ser cada vez mais reconhecida e apoiada através de projectos de financiamento, o que levou ao surgimento de novos destinos rurais e ao consequente aumento da competitividade a este nível. Deste modo, o sucesso desta actividade centra-se na construção de produtos com características únicas, que proporcionem experiências diferentes.

Nestas áreas, a identidade territorial poderá ser o pilar da actividade turística, pois é a conjugação das suas características intrínsecas (naturais, culturais, sociais e económicas) e dos seus recursos endógenos, que lhe conferem competitividade.

Neste contexto, torna-se fundamental integrar, quando se fala em turismo em áreas rurais, o conceito de turismo sustentável, entendido como uma *“forma de desenvolvimento turístico que é particularmente sensível à preservação a longo prazo do ambiente natural e sócio cultural, ao mesmo tempo que se produz benefícios económicos para a comunidade*

hospedeira” (Swarbrooke, 1999; Timothy, 1998, citado por Rodrigues e Rodrigues, 2007), , ou seja implica conseguir um equilíbrio entre ambiente, economia e a própria comunidade local. Deste modo, deve ser desenvolvido de uma forma equilibrada e a uma escala que não comprometa o seu futuro, sem degradar o ambiente natural e humano, sem pôr em risco o bem-estar da comunidade local, bem como as suas actividades sociais e económicas.

Os últimos documentos realizados sobre desenvolvimento sustentável reconhecem o património (natural e cultural) como recurso para o desenvolvimento, e neste contexto o território afirma-se como um elemento chave para a valorização turística dos lugares (Carvalho, 2007).

O desenvolvimento turístico sustentável em meios rurais deve suportar a cultura e as características da comunidade local, a paisagem e os habitats, a economia rural, a indústria turística de forma a ser viável a longo prazo promovendo experiências turísticas únicas, e desenvolver uma compreensão e visão entre os decisores dos perigos de se colocar demasiado ênfase no turismo, para que se continue a apostar na diversificação da economia rural.

Rodrigues e Rodrigues (2007), considera que *“para se desenvolver um produto rural bem sucedido é necessário haver:*

- ♦ *Atrações: naturais ou construídas pelo homem que façam parte da comunidade;*
- ♦ *Promoção: o marketing de um destino e das suas atracções orientado para turistas potenciais;*
- ♦ *Infra-estruturas turísticas: acessibilidades, serviços de água e electricidade, estacionamento, sinais e infra-estruturas de recreio);*
- ♦ *Serviços: alojamento, restaurantes, negócios de retalho existentes para satisfazer as necessidades dos turistas, e*
- ♦ *Hospitalidade: a forma como os turistas são tratados tanto pelos residentes como pelos funcionários das empresas turísticas.”*

A conjugação destes elementos, desenvolvidos com base nos recursos endógenos locais/regionais, garantem a criação de um bom produto turístico global.

Atendendo à pequena escala, à grande fragmentação dos negócios desenvolvidos em áreas rurais e à incapacidade individual dos empresários promoverem as suas actividades de forma apropriada, é necessário gerir e planear as actividades de forma integrada. *“Neste contexto, a construção de parcerias e a aplicação de acções e estratégias de marketing em conjunto*

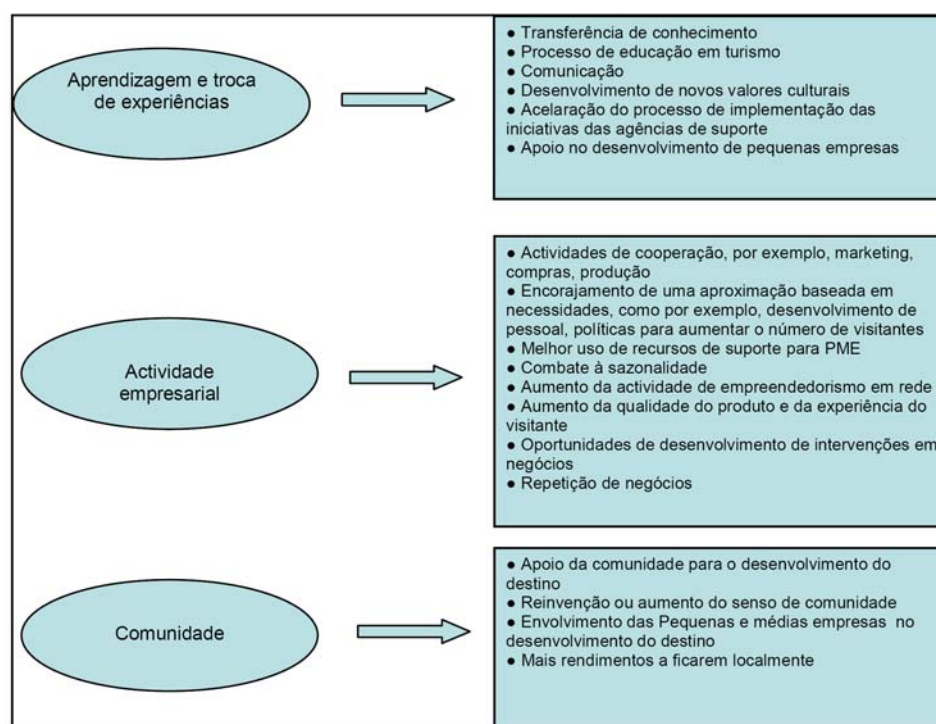
podem reduzir o isolamento dos pequenos negócios permitindo o uso dos recursos de uma forma mais eficaz.” Considera-se que esta pode ser a chave para o sucesso do desenvolvimento turístico em áreas rurais (Rodrigues e Rodrigues, 2007).

4 - O TURISMO EM REDE

Segundo Knoke and Kuklinski (1983, citado por Rodrigues e Rodrigues, 2007), uma rede pode ser definida como “*um tipo específico de relação que liga um conjunto de pessoas, objectos ou eventos*”.

Recentemente surgiram novas formas de gestão, que envolvem a integração de agentes públicos e privados, onde o sector público assume novas formas de participação, passando a cooperar com o sector privado, apoiando e estimulando as suas iniciativas. Este tipo de gestão permite, em projectos mais amplos, envolver múltiplos actores e manter um diálogo contínuo com a população local; preservar a tradição local, a identidade cultural e a história das comunidades envolvidas; restaurar e dignificar o património paisagístico e arquitectónico; renovar e modernizar as infra-estruturas de acordo com o princípio da conservação do ambiente e da qualidade de vida; promover novos espaços culturais de recreio; fazer uso de recursos tecnológicos mais recentes e de redes de comunicação interactivas.

Conforme se pode observar na **Figura I.5**, os benefícios associados à governança/gestão em rede ao nível da construção de destinos turísticos, podem ser agrupados em três categorias: aprendizagem e troca de experiências, actividade empresarial e comunidade (Lynch et al, 2000, citado por Rodrigues e Rodrigues, 2007).



Fonte: Lynch et al (2000, citado por Rodrigues e Rodrigues, 2007).

Figura I.5 - Benefícios das Redes a nível da construção de destinos turísticos bem sucedidos

Os destinos turísticos em áreas rurais são um bom exemplo de onde será vantajoso aplicar a metodologia em rede, pois a maioria dos negócios são desenvolvidos por pequenas empresas sem capacidade individual para fazer face a um sector cada vez mais global e competitivo. Esta permite que se unam forças entre parceiros, que quando aliadas a estratégias de acção e promoção reduzem o isolamento das pequenas empresas, fomentando o uso de recursos com mais eficácia.

A Rede Europeia de Turismo de Aldeia (*The European Network of Village Tourism*), que ganhou o Prémio *Ulysses Award 2007 for Innovation in Tourism* for ONG's, atribuído pela Organização Mundial de Turismo, constitui um exemplo de sucesso da aplicabilidade da metodologia em rede, não só a nível nacional, mas também internacional. Este projecto, co-financiado pela União Europeia, que visa fomentar o desenvolvimento regional através do sector do turismo, apresenta como principais objectivos gerais desenvolver e dinamizar zonas rurais marginalizadas de forma sustentável, através da aposta na promoção e na qualidade, criando uma oferta turística diversificada e sustentada (www.genuineland.com).

A Rede Europeia de Turismo de Aldeia pretende desenvolver um produto turístico baseado nos recursos endógenos das cinco regiões europeias que integra: Alentejo (Portugal), Lapónia (Finlândia), Trentino (Itália), Arad (Roménia) e Lomza (Polónia).

O turismo surge, associada a esta rede, como uma alavanca para despoletar o desenvolvimento regional e local, de acordo com os seguintes objectivos específicos definidos (Rodrigues e Rodrigues, 2007):

- ◆ “criar nas aldeias a capacidade de realizar e implementar planos de desenvolvimento sustentável;
- ◆ cooperação entre o turismo e outros sectores de actividade com vista à criação de sinergias;
- ◆ criação de espírito de empreendedorismo local;
- ◆ fortalecer a coesão sócio-económica através da criação de parcerias entre os vários agentes e a população local;
- ◆ preservar o ambiente natural, património cultural e identidade local;
- ◆ fomentar a formação profissional, o conhecimento contínuo e troca de informação;
- ◆ cooperação entre as aldeias de modo a dinamizar uma estrutura sustentável dotada de mecanismos que permitam o auto-financiamento;
- ◆ fazer da rede uma ferramenta de cooperação multifuncional;
- ◆ contribuir para a preparação das aldeias na integração da Rede Europeia;

- ♦ *criar as condições necessárias para que as aldeias se possam afirmar e beneficiar com o processo de globalização mundial;*
- ♦ *requalificar o turismo tradicional, associado a um modo de vida marcadamente rural, valorizando a qualidade de vida e o ambiente natural, património cultural e etnográfico, produtos endógenos e típicos, fomentando a cooperação e o trabalho em rede.”*

No cômputo geral, a Rede Europeia de Turismo de Aldeia é pois uma forma de aumentar a competitividade turística das regiões envolvidas através da cooperação, quer a nível intra-regional, quer inter-regional.

A apresentação sintética deste projecto permite perceber as vantagens associadas ao desenvolvimento turístico em rede, que resultam fundamentalmente da troca de experiências entre os diversos actores envolvidos no processo: o trabalhar para um mesmo objectivo, o esforço conjunto para melhor da oferta, o incentivo ao investimento e o reforço da competitividade.

5 - O CASO DAS PRAIAS FLUVIAIS

O turismo é apontado como um dos sectores estratégicos da economia portuguesa, que, embora com algumas inflexões, tem crescido exponencialmente desde a década de 60 (o número de turista passou de cerca de 1 milhão nos finais dos anos 60 para mais de 12 milhões em 2007 (Dados: INE, 2007), sendo o turismo balnear, que aproveita a extensa linha de costa o produto mais procurado. Este facto fragiliza o sector, pois origina uma excessiva concentração territorial e regional desta actividade no litoral e principalmente no Algarve.

Assim, devido à constante e crescente competitividade, torna-se fundamental a abertura a novos mercados e a aposta em produtos turísticos de excepção, não massificados, que apostem na qualidade e que resultem da optimização dos recursos endógenos disponíveis, quer a nível local, quer regional.

Neste contexto, assistiu-se ao aparecimento de novos produtos turísticos (como o golfe ou turismo de natureza), produtos estes que já se encontram contemplados Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT, 2006), visando servir de base à concretização de acções definidas para o crescimento sustentado do turismo nacional e orientar esta actividade. Este Plano encontra-se estruturado em cinco eixos (Territórios, Destinos e Produtos; Marcas e Mercados; Qualificação de Recursos; Distribuição e Comercialização; Inovação e Conhecimento) que sintetizam as conclusões do diagnóstico, objectivos e linhas estratégicas para o sector.

O PENT identifica dez produtos turísticos estratégicos: Sol e Mar; “Touring” Cultural e Paisagismo; “City Break”; Turismo de Negócios; Turismo de Natureza; Turismo Náutico; Saúde e Bem-estar; Golfe; “Resorts” Integrados e Turismo Residencial; Gastronomia e Vinhos.

No que concerne ao desenvolvimento turístico em regiões interiores, importam destacar três dos dez produtos apresentados no PENT:

- ♦ “Touring” Cultural e Paisagismo – engloba o património natural, paisagístico, histórico e cultural. Considera-se que deverão promover-se circuitos que aproveitem e potenciem lugares únicos do país, no entanto, o reforço da competitividade requer a adopção de standards de qualidade, elevados níveis cooperação/articulação em rede e uma estruturação da oferta (criar rotas temáticas, enriquecer a experiência dos

principais locais de atracção, melhorar as acessibilidades e os horários dos principais bens culturais).

- ♦ Turismo de Natureza – poderá vir assumir uma importância acrescida pois 21% do território nacional é considerado área protegida. No entanto este tipo de turismo apresenta défices infra-estruturais, de serviços, de experiência e de capacidade competitiva das empresas que operam neste sector. O grande objectivo será tornar o produto vendável turisticamente, respeitando o ambiente e preservando as áreas protegidas
- ♦ Gastronomia e Vinhos – Portugal poderá ambicionar um posicionamento de excelência neste domínio, apostando em produtos de qualidade vocacionados para o turista de uma classe social e económica elevada. O grande desafio passa por desenvolver o produto nas regiões onde este não tem sido potenciado e criar uma identidade gastronómica mais marcante.

Associada ao desenvolvimento destes três grandes produtos turísticos poderá surgir a oportunidade de potenciar outros pequenos segmentos específicos que por si só não têm capacidade competitiva, nomeadamente o turismo em torno das praias fluviais, que embora não se encontre especificado no PENT poderá integra-se na estratégia definida para o produto “Touring” Cultural e Paisagismo.

Em determinados locais ou regiões o património natural constitui um recurso potencial, nomeadamente os sistemas fluviais, quer pela qualidade paisagística, quer pela riqueza piscícola e cinegética, permitindo o desenvolvimento de diversas actividades e práticas turísticas, recreativas e de lazer, como a utilização de praias fluviais.

As praias fluviais podem ser pois consideradas, principalmente nas regiões interiores e áreas rurais, um novo segmento específico do mercado turístico, que alia turismo balnear, com turismo de natureza ou rural, pelas características específicas que apresentam, pelo fim a que se destinam, pelas actividades que permitem desenvolver e pelo meio onde se inserem.

Segundo Saraiva (1999), *“o rio constitui uma paisagem natural e cultural que tem servido de referência para o homem ao longo de toda a sua existência. Como fonte de água, elemento vital e indispensável, como meio de comunicação e circulação, como marco territorial que percorre e estrutura o espaço, como inspiração de poetas e pintores, múltiplas são as dimensões que representam para a sociedade esses elementos simultaneamente tão comuns e tão singulares que percorrem as paisagens de todo o mundo”*.

Neste contexto, também as zonas ribeirinhas assumem especial importância, pois para além de assegurarem “...o equilíbrio dos cursos de água, proporcionam um património natural único e diversificado, tanto em termos faunísticos, como florísticos.” e servem de palco a inúmeras actividades de recreio e lazer (Fernandes, 2003).

Ao nível das praias fluviais parece ser fundamental conseguir atingir um equilíbrio entre os utilizadores destes espaços, as actividades que aí se desenvolvem, permitindo a fruição destes espaços e a preservação dos valores naturais, de modo a que, seja possível gerar um turismo verdadeiramente sustentável. “É de salientar que a preservação dos valores naturais, para além de uma exigência que se coloca ao turismo como a qualquer outra actividade económica, reveste-se para este sector de uma importância vital, já que a conservação da natureza e da paisagem contribuem significativamente para a imagem do local e para a valorização da própria oferta turística.” (Fernandes, 2003).

O conceito de praia fluvial enquanto zona balnear é relativamente recente, mas já há muito tempo que o homem usufrui do rio e das suas margens para actividade de recreio e lazer (piqueniques com a família, banhos no rio, pesca, entre outras).

De acordo com a Portaria 579/2009, de 2 de Junho, existem actualmente 48 praias de banhos fluviais ou lacustres sujeitas a uso balnear, sendo que destas apenas nove (9) foram no presente ano (2009) galardoadas com bandeira azul¹. Em Julho de 2009, das 9 nove bandeiras atribuídas, três foram arreadas definitivamente por incumprimento de critérios base, a maioria relacionados com a qualidade da água.

Segundo o Relatório Anual 2008 sobre a Qualidade das Águas Balneares, Aplicação da Directiva 76/160/CEE e da Directiva 2006/7/CE, (Salvado, 2009), o número locais designados de águas balneares² interiores é de 97.

¹ A Bandeira Azul da Europa é um símbolo de qualidade ambiental que a Associação Bandeira Azul atribui anualmente às praias e marinas que a ele se candidataram, tendo no entanto, que cumprir um conjunto de critérios relativos à qualidade da água, informação, educação ambiental e gestão. (www.abae.pt).

² Identificação de águas balneares no âmbito da Directiva 2006/7/CE – aplica-se a qualquer elemento das águas de superfície onde a autoridade competente preveja que um grande número de pessoas se irá banhar e onde a prática balnear não seja proibida ou desaconselhada de modo permanente (em pelo menos numa época balnear). No entanto não é aplicável a águas utilizadas em piscinas e águas termais, a águas confinadas sujeitas a tratamento ou utilizadas para fim terapêutico e às massas de água confinadas criadas artificialmente e separadas das águas de superfície ou das águas subterrâneas. (Salvado, 2009).

A Directiva 2006/7/CE, que respeita à gestão da qualidade das águas balneares, revoga a Directiva 76/160/CEE, com efeito a partir de 31 de Dezembro de 2014. Tem como objectivos a preservação, protecção e melhoria da qualidade do ambiente, bem como a protecção da saúde humana.

As principais alterações que a Directiva 2006/7/CEE introduz na Directiva 76/160/CEE relacionam-se com:

- ♦ A monitorização e classificação da qualidade das águas balneares: a nova Directiva pretende avaliar o historial da qualidade da água balnear, incidindo sobre o risco associado às fontes poluentes existentes na bacia drenante, não se restringindo apenas, como definido na Directiva 76/160/CEE, à época balnear corrente. Neste sentido, o sistema de classificação baseia-se na distribuição estatística de novos parâmetros microbiológicos (*Enterococos intestinais* e *Escherichia coli*) para um período de quatro anos, verificando se estes excedem os valores máximos admitidos para cada uma das classes agora definidas (excelente, boa, suficiente e medíocre). Os valores a partir dos quais as águas balneares se encontram numa situação de não conformidade tornaram-se mais restritivos. Importa ainda ressaltar que a nova Directiva passa a distinguir os valores máximos admissíveis dos parâmetros microbiológicos para as águas balneares costeiras e interiores, visando assegurar que o nível de risco para a saúde pública é semelhante nos dois casos.
- ♦ a gestão da qualidade das águas balneares: indo de encontro aos objectivos da DQA, a nova Directiva dá especial enfoque à gestão ambiental das águas balneares, contemplando a implementação de programas de medidas de redução de poluição, de forma a garantir que as águas balneares apresentem no mínimo uma qualidade “suficiente”, bem como de medidas de gestão em ocorrências excepcionais de contaminação, onde se incluem acidentes de poluição de curta duração (ex: situações meteorológicas extremas) e situações anormais de poluição (ex: avaria de uma ETAR), visando a protecção da saúde pública.
- ♦ a prestação de informação ao público: a nova Directiva exige uma maior interacção com o público, quer no que concerne ao incentivo à participação pública, quer à disponibilização de informação. O grande objectivo é a previsão e disponibilização atempada de informação ao público sobre situações de contaminação/poluição das águas balneares.

Conforme se pode observar na **Figura I.6**, e segundo Relatório Anual sobre a Qualidade das Águas Balneares (2008), mais de metade das águas balneares interiores (51%) localizam-se na região Centro.

Ao nível da qualidade da água³, a região Centro é a que mais contribui para a classificação de “Boa⁴” (66%), “...o que demonstra que actualmente existem alternativas de boa qualidade no interior do país para realizar um turismo baseado em águas balneares de qualidade.” (Salvado, 2009) (**Figura I.7**).

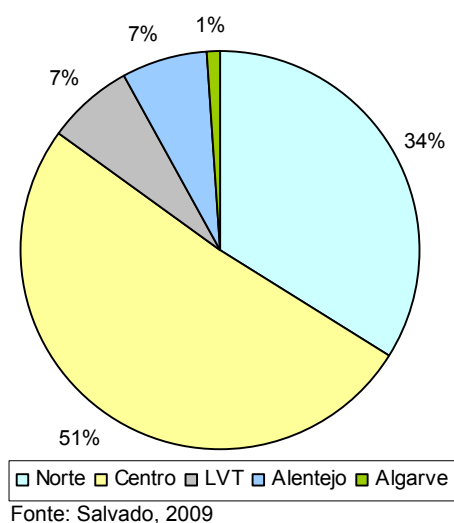


Figura I.6 - Águas Balneares Interiores em 2008

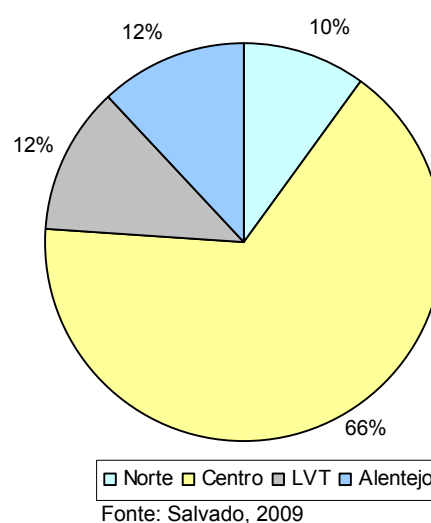


Figura I.7 - Águas Balneares Interiores conformes com o Valor Guia, em 2008

Segundo o Relatório Anual 2008 sobre a Qualidade das Águas Balneares (Salvado, 2009), a prática balnear encontra-se interdita pela Autoridade Regional de Saúde na maior parte das águas balneares interiores com problemas crónicos de qualidade, encontrando-se nesta situação 5 praias, 4 (80%) localizadas na região Norte e 1 (20%) na região Centro (**Quadro I.1**).

³ Classificada de acordo com os Valores Imperativos e Guias exigidos na Directiva 76/160/CEE, que correspondem aos valores limite fixados na legislação portuguesa (Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 de Agosto).

⁴ “Boa” – qualidade da água balnear conforme os Valores Guia para os parâmetros Coliformes Totais e coliformes fecais/*Escherichia coli* e com os valores imperativos para os parâmetros físico-químicos, óleos minerais, substâncias tensioactivas e fenóis. (Salvado, 2009).

Quadro I.1 - Águas balneares com problemas crónicos de qualidade

Águas Balneares	Concelho
Rio Gadanha-Gadanha	Monção
Arnado	Ponte de Lima
D. Ana	Ponte de Lima
Foz do Sabor	Torre de Moncorvo
Azenha dos Gaviões	Vila Velha de Rodão

Fonte: Salvado, 2009

No **Quadro I.2** apresentam-se os resultados obtidos em 2007 e 2008 para as águas balneares costeiras e interiores.

Quadro I.2 - Comparação dos resultados obtidos em 2007/2008 para as águas balneares

	2007		2008	
	Costeiras e de Transição	Interiores	Costeiras e de Transição	Interiores
N.º de Águas Balneares (N.º)	427	92	436	97
Conforme Valor Imperativo (%)	94,6	93,5	98,6	92,8
Conforme Valor Guia (%)	86,6	43,5	89,4	42,3
Não Conforme com o Valor Imperativo (%)	4,9	1,1	1,1	2,1
Interdita à Prática Balnear (%)	0,5	5,4	0,2	5,1

Fonte: Salvado, 2009

As águas balneares costeiras e de transição apresentaram bons resultados na época 2008, com 98,6% a cumprirem o Valor Imperativo⁵ e com 89,4% a cumprirem o Valor Guia⁶. As águas balneares interiores registaram também uma elevada conformidade com o Valor Imperativo 92,8%, no entanto, relativamente ao critério mais exigente (Valor Guia) apenas 42,3% estavam em conformidade.

Em 2008, a prática balnear esteve interdita durante toda a época balnear em 0,2% das águas costeiras e em 5,1% das águas interiores.

Comparando os resultados obtidos em 2007 e 2008, constata-se que estes melhoraram de um ano para o outro em relação às águas costeiras. Já no que se refere às águas interiores os resultados, excepto no que concerne à interdição da prática balnear, agravaram-se, ainda que de forma pouco significativa.

Existe ainda uma distinção acentuada no que se refere à qualidade das águas balneares costeiras e interiores, sendo que os resultados gerais são muito mais satisfatórios no primeiro caso, o que se justifica com os problemas de poluição existentes nas linhas de água, que

⁵ Valor Imperativo – valor máximo admissível na legislação (fixados no Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 de Agosto).

⁶ Valor Guia – valor máximo recomendável na legislação (fixados no Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 de Agosto).

podem afectar toda a rede hidrográfica (ex: descargas ilegais de matérias contaminadas para os rios). No que concerne às águas costeiras, embora também existam graves problemas de poluição, o movimento circulatório mais intenso da água e as próprias correntes fazem com que o poluente disperse mais rapidamente.

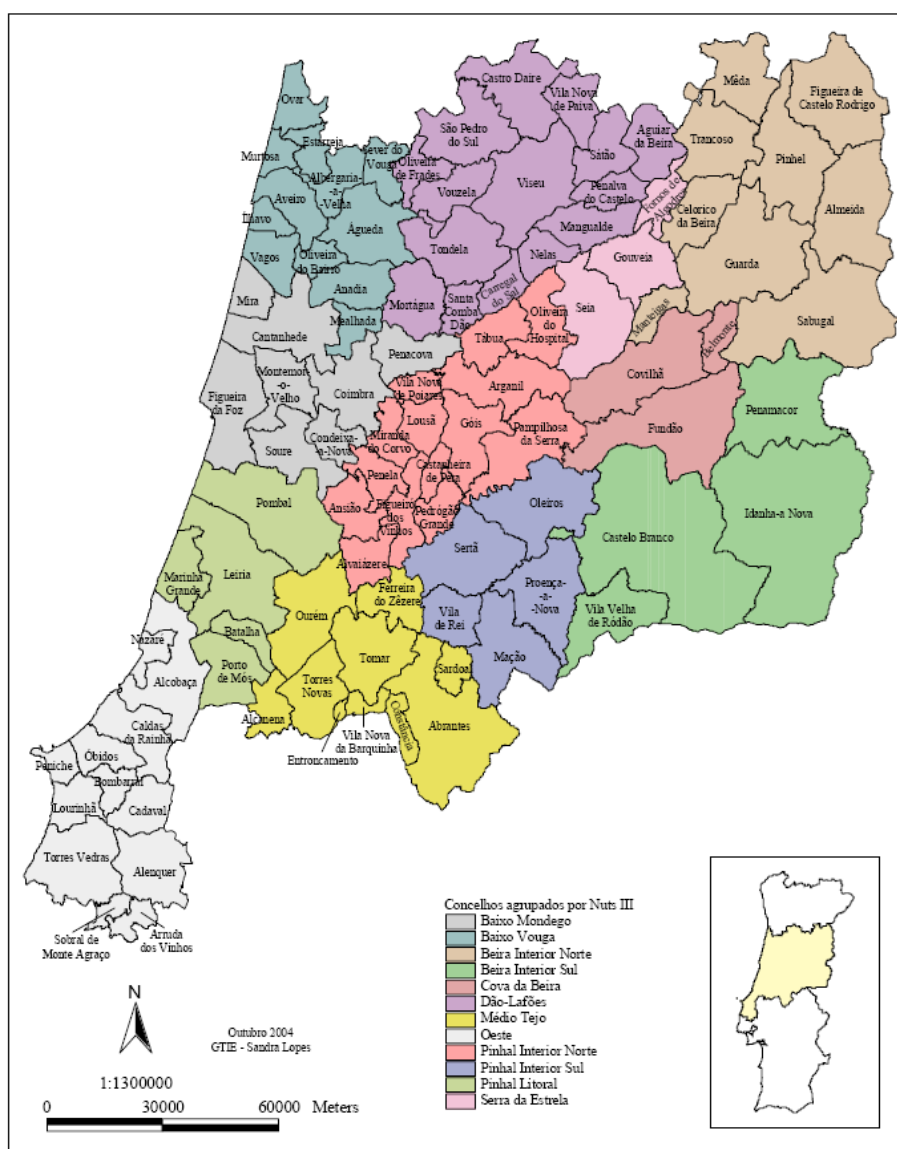
Assim parece evidente que embora a qualidade da água seja vital para o aproveitamento deste recurso existem condições para encorajar a prática balnear num número significativo de linhas de água, permitindo aproveitar as suas potencialidades.

CAPITULO II – ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO E TERRITORIAL

1 - A REGIÃO CENTRO E O PINHAL INTERIOR

Neste capítulo pretende-se fazer uma breve caracterização da região em estudo, considerando as suas especificidades naturais, económicas e sociais.

O Pinhal Interior, área objecto de análise no Capítulo III – Caso de Estudo, é o espaço geográfico composto pelas NUT's III Pinhal Interior Norte e Pinhal Interior Sul, que integram a região Centro (**Figura II.1**).



Fonte: www.ccdrc.pt

Figura II.1 - Enquadramento territorial da Região Centro

A região Centro, com uma área total de 28 450 km² (a que corresponde 31% do território nacional continental) é composta por doze NUT's III: Baixo Mondego, Baixo Vouga, Beira

Interior Norte, Beira Interior Sul, Cova da Beira, Dão-Lafões, Médio Tejo, Oeste, Pinhal Interior Norte, Pinhal Interior Sul, Pinhal Litoral e Serra da Estrela.

O Pinhal Interior Norte, com uma área de 2 617 km², compreende catorze concelhos: Alvaiázere, Ansião, Arganil, Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos, Góis, Lousã, Miranda do Corvo, Oliveira do Hospital, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Penela, Tábua e Vila Nova de Poiares.

O Pinhal Interior Sul, que apresenta 1 903 km², é composto por cinco concelhos: Mação, Oleiros, Proença-a-Nova, Sertão e Vila de Rei.

Constata-se, em termos gerais, que na região Centro prevalece ainda a “*velha dicotomia litoral/interior*”, distinguindo-se dois aspectos fundamentais: “*por um lado, uma situação geral de atraso relativo persistente não só em relação à média europeia, mas também no contexto nacional*” e, “*por outro lado, uma forte, e também persistente heterogeneidade interna*” (Programa Operacional Regional do Centro 2007-2013, 2007).

1.1 - ENQUADRAMENTO NATURAL E PAISAGÍSTICO

A região Centro, banhada pelo oceano Atlântico, integra um vasto património natural de qualidade ambiental e paisagística reconhecidas, onde são exemplos o rio Mondego, a Serra da Estrela, as matas nacionais do Buçaco e o Pinhal de Leiria, incluindo, como se pode observar na **Figura II.2**, diversas áreas com interesse para a conservação da natureza (Parque Natural da Serra da Estrela, Parque Natural da Serra de Aire e Candeeiros, Reserva Natural da Serra da Malcata, Zona de Protecção Especial (ZPE) do Paul da Madriz, ZPE do Paul do Taipal, ZPE do Tejo Internacional, Erges e Pônsul, ZPE do Vale do Côa, Sítio de Interesse Comunitário (SIC) do Complexo do Açor, SIC da Serra da Lousã, entre outros) (www.icnb.pt; Plano Sectorial da Rede Natura 2000).

Outra das suas riquezas naturais é a abundância de recursos hídricos superficiais e subterrâneos, pois é abrangida pelas três maiores bacias hidrográficas exclusivamente nacionais (Mondego, Vouga e Liz), parte das bacias hidrográficas internacionais do Tejo e do Douro, incluindo também duas reservas estratégicas de águas superficiais e subterrâneas (a albufeira de Castelo de Bode, que abastece a região de Lisboa, e a albufeira da Aguieira, que garante o abastecimento de todo o Baixo Mondego).

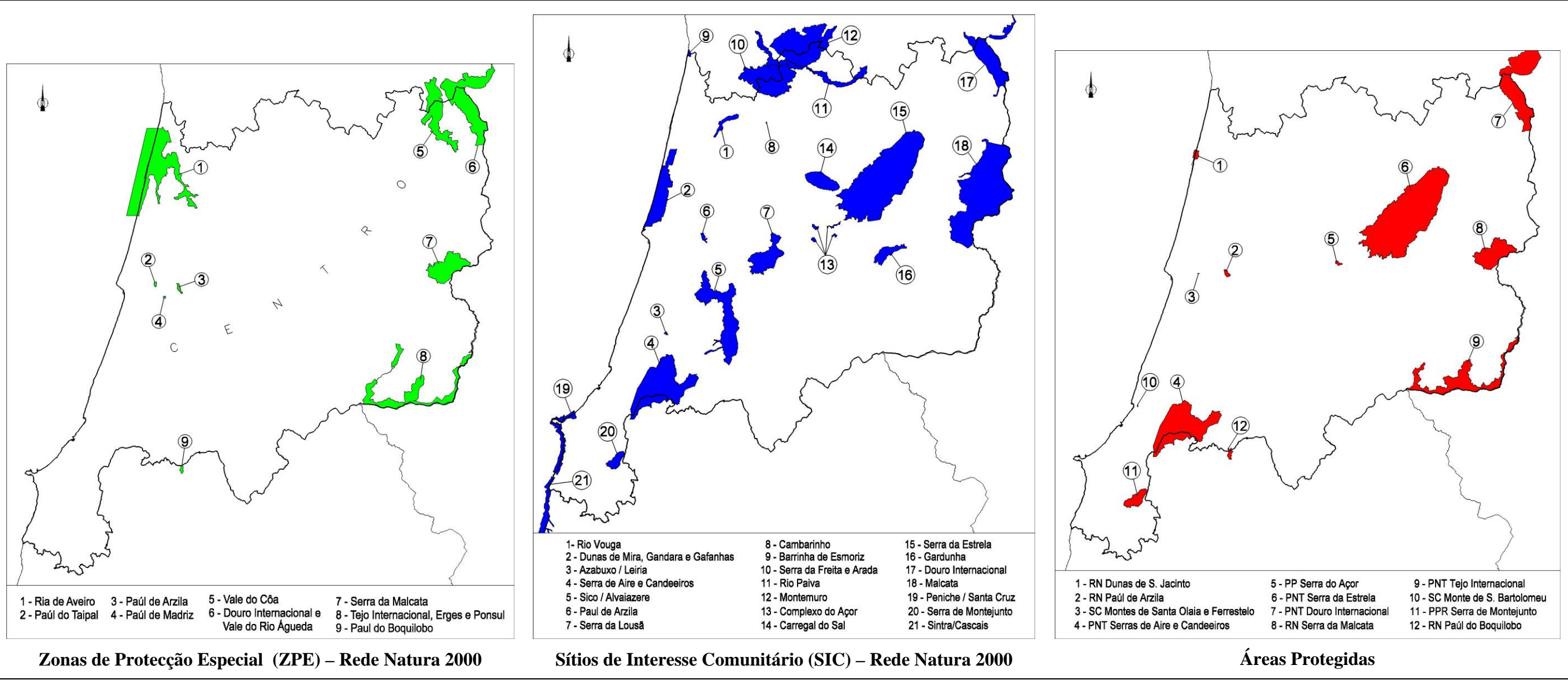


Figura II.2 – Áreas com Interesse para a Conservação na Região Centro

O património natural da região Centro “... possui não só um valor ambiental importante em termos de preservação da biodiversidade e de manutenção das estruturas de povoamento tradicionais, como encerra um potencial de recursos económicos inexplorados que importa proteger, preservar e valorizar de forma sustentável, designadamente no contexto da educação ambiental, da investigação científica e do turismo de natureza.” (Programa Operacional Regional do Centro 2007-2013, 2007).

As sub-regiões Pinhal Interior Norte e Pinhal Interior Sul partilham algumas características naturais: são predominantemente xistosas e montanhosas (Serra da Lousã, do Açor e do Muradal), “...florestais, ricas em recursos hídricos (rios Mondego, Alva, Ceira, Zêzere e Ocreza) e aproveitamentos hidroeléctricos (barragens do Alto do Ceira, Santa Luzia, Cabril, Bouça, Aguireira, Fronhas e Castelo de Bode).” (Monteiro, 2007).

1.2 - POVOAMENTO E SISTEMA URBANO

A rede urbana e o modelo de povoamento da região Centro são fortemente influenciados pelas características morfológicas do território, atravessado no sentido Nordeste/Sudoeste pela Cordilheira Central e recortado por inúmeras linhas de água. Estes aspectos dificultaram a mobilidade de pessoas e bens, o que resultou numa organização urbana polinucleada, composta por um conjunto de cidades médias bem distribuídas territorialmente.

Em termos do processo de urbanização e evolução do modelo de povoamento, registaram-se nas últimas décadas, duas tendências distintas: por um lado, uma progressiva concentração de população no litoral (ex: Aveiro e Figueira da Foz); por outro, a polarização e o reforço demográfico nos principais centros urbanos do interior (ex: Lousã e Covilhã).

Verificam-se também, regionalmente, grandes disparidades em termos de densidades populacionais, com valores mais elevados nos concelhos litorais (ex: Aveiro com 366,8 hab./km², Figueira da Foz com 165,4 hab./km² e Marinha Grande com 191,9 hab./km²) e mais reduzidos no interior (ex: Castanheira de Pêra com 48,9 hab./km², Penela com 55,9 hab./km² e Figueiró dos Vinhos com 42,4 hab./km²) (Dados: INE, 2001).

O sistema urbano caracteriza-se, assim, por combinações múltiplas de urbanidade/ruralidade, tipificado por uma cidade nuclear de média dimensão e por um território rural contíguo que engloba aglomerações de menor dimensão.

Salienta-se a existência de debilidades na integração interna dos sistemas urbanos e na articulação dos sistemas urbanos entre si devido, sobretudo, à rede de acessibilidades locais e intra-regionais ainda pouco desenvolvida.

“A persistência de uma fraca acessibilidade intra-regional, para além de explicar a baixa conectividade existente entre os sistemas urbanos territoriais do litoral e do interior, conduziu ao encravamento físico e ao esvaziamento populacional de algumas zonas do interior da região, ... sobretudo a zona do Pinhal Interior.” (Programa Operacional Regional do Centro 2007-2013, 2007).

1.3 - CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONOMICA

Estrutura Demográfica

A estrutura demográfica da região Centro reflecte a dicotomia existente entre o litoral, relativamente dinâmico, e o interior, em processo de despovoamento, revelando a fraca capacidade destas áreas para atrair população.

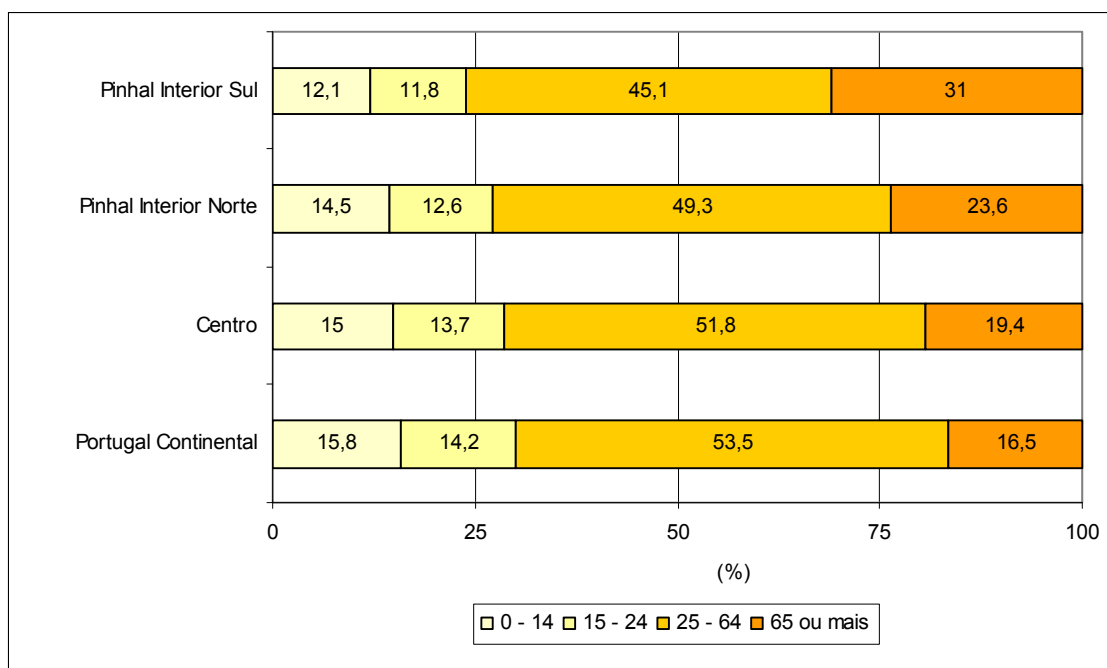
Quadro II.1 - População Residente, Taxa de Variação e Densidade Populacional, 1991 e 2001

Unidades Territoriais	População Residente (n.º)		Variação da População 1991-2001 (%)	Densidade Populacional (hab./km²)	
	1991	2001		1991	2001
Portugal Continental	9 375 926	9 869 343	5,3	105,4	110,9
Região Centro	2 258 768	2 348 397	3,9	80,1	83,3
Pinhal Interior Norte	139 413	138 535	-0,6	53,3	52,9
Pinhal Interior Sul	50 801	44 803	-11,8	26,7	23,5

Fonte: INE - Recenseamento Geral da População e Habitação, 1991 e 2001

O crescimento populacional verificado entre 1991 e 2001 na região Centro (3,9%) deve-se sobretudo a um saldo migratório positivo, que compensa o saldo natural negativo. Contrariando a tendência regional, constatou-se um decréscimo populacional nas sub-regiões Pinhal Interior Norte (0,6%) e Pinhal Interior Sul (11,8%), consideravelmente significativo nesta última NUT III (**Quadro II.1**), demonstrando bem as assimetrias litoral-interior.

A estrutura etária regional (**Figura II.3**) releva uma proporção reduzida de população jovem (0-24 anos) e um peso significativo de idosos. As sub-regiões Pinhal Interior Norte e Pinhal Interior Sul apresentam um peso inferior de população jovem (14,5% e 12,1% respectivamente) e uma proporção de população idosa bastante superior à média regional (23,6% e 31% respectivamente).



Fonte: INE- Recenseamento Geral da População e Habitação, 2001

Figura II.3 - População Residente por Grandes Grupos Etários

A redução do peso das classes etárias mais jovens, mais do que o aumento da representatividade da população mais idosa, tem conduzido a um progressivo aumento do Índice de Envelhecimento, que resulta do processo de transição demográfica em curso, constituindo um grave problema actual para a renovação das gerações, dinamização e ao nível dos custos sociais.

Na região Centro têm-se assistido a um gradual envelhecimento populacional, com um índice de envelhecimento médio em 2001 de 129,5%, valor superior ao registado a nível nacional (104,5%). Nas sub-regiões Pinhal Interior Norte e Pinhal Interior Sul este índice é bastante superior, sendo revelador dos problemas de envelhecimento populacional existentes de forma mais acentuada nas regiões interiores (**Quadro II.2**).

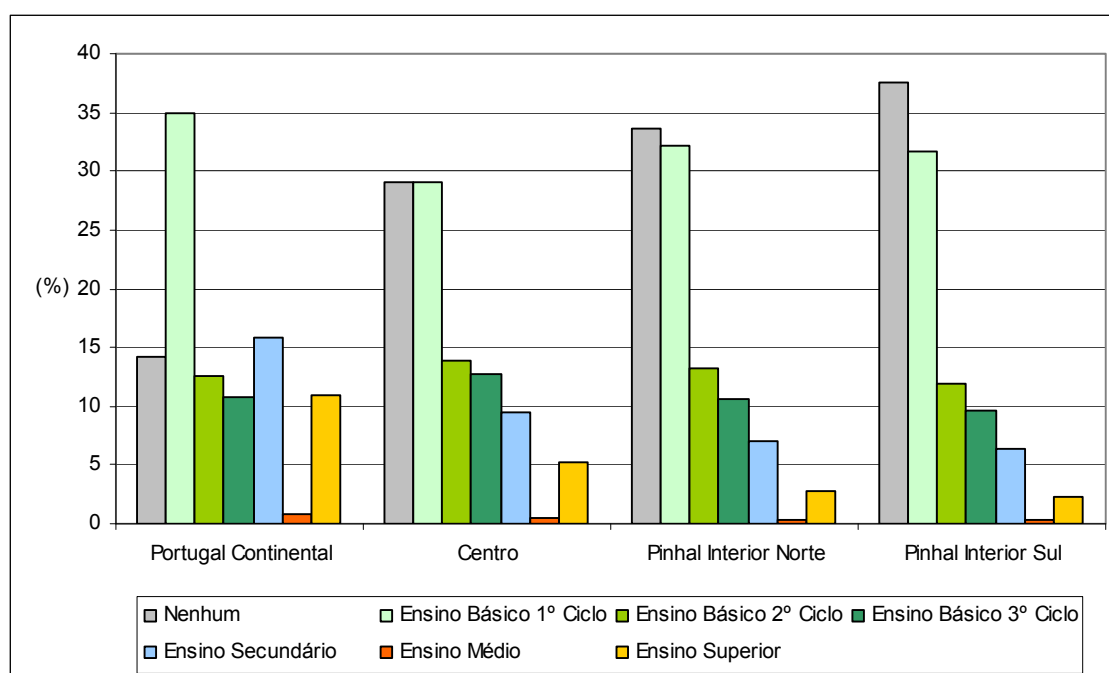
Quadro II.2 - Índice de Envelhecimento, 2001

Unidades Territoriais	Índice de Envelhecimento 2001 (%)
Portugal Continental	104,5
Região Centro	129,5
Pinhal Interior Norte	163,0
Pinhal Interior Sul	257,0

Fonte: INE - Recenseamento Geral da População e da Habitação, 2001

Constata-se também o baixo nível de instrução existente na região Centro, **Figura II.4**, sendo que a maioria da população possui apenas a escolaridade básica e 29,1% não tem mesmo qualquer nível de escolarização. Nas sub-regiões Pinhal Interior Norte e Pinhal Interior Sul estes valores são ainda mais elevados com, respectivamente, 34% e 38% de população sem nenhum nível de escolarização.

Já no que concerne à população com ensino superior, os valores são bastante reduzidos: 5,3% na região Centro e apenas 2,8% e 2,3%, respectivamente, no Pinhal Interior Norte e Pinhal Interior Sul, muito abaixo da média nacional (11%).



Fonte: INE - Recenseamento Geral da População e Habitação, 2001

Figura II.4 - População Residente por Nível de Ensino

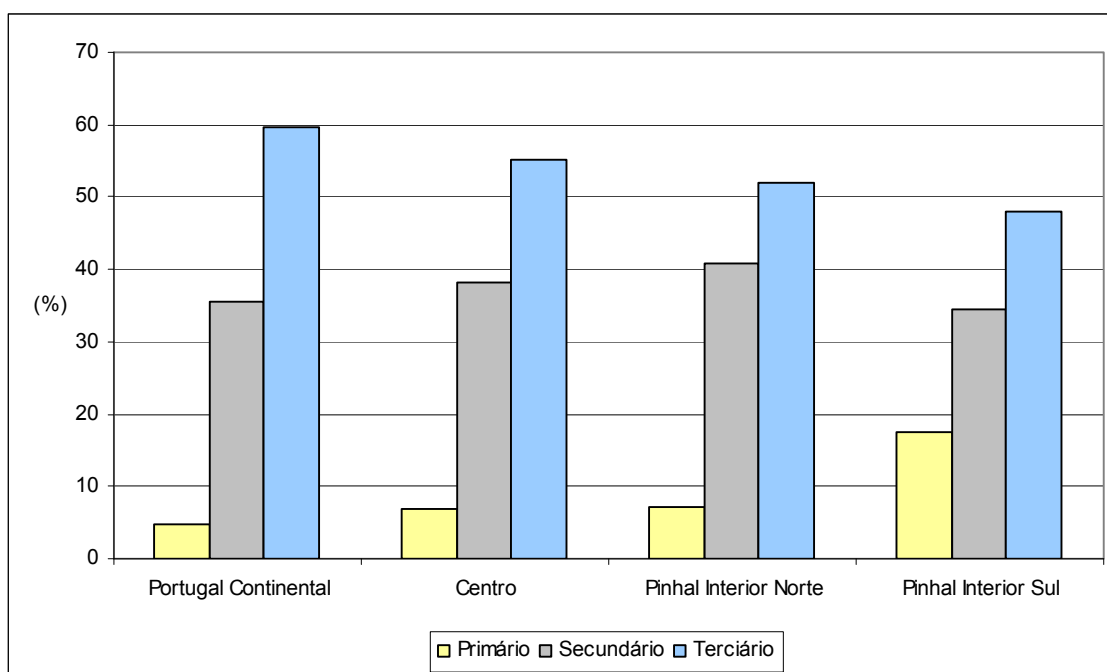
O nível de escolaridade da população residente influencia o modelo produtivo regional, baseado em mão-de-obra pouco qualificada e de baixo custo, que por seu lado, estimula a inserção precoce de jovens na vida activa.

Pode-se assim afirmar, que a região Centro, embora com contrastes expressivos entre o litoral e o interior, dispõe de um capital humano envelhecido e pouco qualificado, o que por si só dificulta a competitividade da economia. Estes problemas são particularmente sentidos nas regiões deprimidas do interior, constituindo um factor de repulsão das camadas jovens, o que agrava os problemas de envelhecimento e condiciona os níveis desejados de competitividade e coesão social.

Estrutura Produtiva

A região Centro apresenta uma estrutura produtiva territorialmente heterogénea e muito diversificada, com dinâmicas de crescimento muito diferentes entre sub-regiões. O seu perfil de especialização baseia-se, fundamentalmente, na exploração de recursos naturais e baixo custo de mão-de-obra.

No que concerne à distribuição de população empregada por sectores de actividade, verifica-se em termos regionais um predomínio do sector terciário (55,1%), o que vai de encontro à tendência nacional. No entanto, este valor é inferior à média nacional (59,9%), o que se justifica pela importância acrescida dos sectores primário e secundário na estrutura económica regional, tendência que se acentua nas sub-regiões Pinhal Interior Norte e Pinhal Interior Sul (Figura II.5).



Fonte: INE - Recenseamento Geral da População e Habitação, 2001

Figura II.5 - População Empregada por Sectores de Actividade

A agricultura, silvicultura e pecuária detêm um peso considerável na região Centro. “Os cereais, pomares, pecuária extensiva, tabaco e floresta são culturas características do interior, enquanto no litoral a especialização produtiva no sector primário está associada à horticultura e fruticultura, aos cereais (arroz) e à pecuária intensiva.” (Programa Operacional Regional do Centro 2007-2013, 2007).

No litoral realça-se ainda a importância do sector da pesca, destacando-se como principais portos de pesca Aveiro/Ílhavo, Figueira da Foz, Nazaré e Peniche.

No que concerne ao sector industrial, realça-se uma base industrial composta por diversas especializações tradicionais. Na faixa litoral (Oeste, Pinhal Litoral, Baixo Mondego e Baixo Vouga) predominam as indústrias de fabricação de produtos minerais não metálicos (cerâmica, vidro e cimentos); na faixa oriental e sul (Beira Interior Norte, Beira Interior Sul, Médio Tejo e Oeste), assim como na sub-região do Baixo Mondego, as indústrias agro-alimentares; no interior as indústrias têxtil e vestuário. Salienta-se ainda a existência de indústrias metalúrgicas de base e de indústrias de fabricação de máquinas e equipamentos nas sub-regiões Baixo Vouga, Pinhal Litoral e Dão-Lafões; de indústrias de material de transporte no Baixo Tejo e Oeste; de indústrias de couro no Médio Tejo; e de indústrias químicas em Estarreja.

Contrariamente aos restantes sectores anteriormente referidos, o turismo encontra-se ainda pouco desenvolvido face enorme potencial natural, paisagístico e patrimonial existente na região Centro.

Como se pode constatar quase todo o tecido industrial concentra-se no litoral, sendo incipiente e pouco competitivo no interior.

A região Centro apresenta pois um vasto património natural de qualidade, destacando-se pela abundância de recursos hídricos e riqueza paisagística.

O povoamento e sistema urbano são fortemente influenciados pelas características morfológicas do território. Identificam-se, a este nível, contrastes assinaláveis entre o litoral, mais dinâmico, e o interior, deprimido e em processo de despovoamento (excepto nos principais centros urbanos, onde, nas últimas duas décadas se tem assistido ao reforço demográfico), bem como debilidades internas e de articulação que resultam de uma rede de acessibilidades pouco desenvolvida.

Assiste-se a um progressivo envelhecimento populacional, sobretudo nas áreas interiores e os recursos humanos são, de um modo geral, pouco qualificados, consequência dos baixos níveis de instrução.

Economicamente, predomina o sector terciário embora com um peso inferior à média nacional, devido fundamentalmente à importância que os sectores primário e secundário detêm ainda na estrutura produtiva da região.

O Pinhal Interior é uma região pouco povoada, constituída por aglomerados de pequena dimensão e marcadamente rural. Embora predomine o sector terciário não produtivo (sobretudo camarário), o sector primário (agricultura, pastorícia e exploração de recursos florestais) tem ainda um peso significativo na sua estrutura económica.

Apesar dos problemas referidos na região Pinhal Interior, a presença de recursos naturais importantes, aliados à forte herança patrimonial, constitui uma oportunidade de desenvolvimento importante, principalmente no sector do turismo.

2 - O SECTOR DO TURISMO NA REGIÃO CENTRO E PINHAL INTERIOR

O sector do turismo detém um peso na economia da região Centro consideravelmente inferior a outras regiões do país e à média nacional: “... em 2002, o peso do VAB⁷ da CAE H⁸ na economia da região Centro era de 2,0% contra 3,2% em LVT, 9,3 na R.A. Madeira, 13,0% no Algarve e 3,1% na economia nacional como um todo.” (Augusto Mateus & Associados, Sociedade de Consultores, 2005).

Quadro II.3 - Estabelecimentos Hoteleiros e Capacidade de Alojamento, 2007

Unidades Territoriais	Estabelecimentos (n.º)				Capacidade de Alojamento (n.º)			
	Total	Hotéis	Pensões	Outros	Total	Hotéis	Pensões	Outros
Portugal Continental	1763	547	798	418	229053	109095	38890	81068
Região Centro	427	155	218	54	36837	21737	10867	4233
Pinhal Interior Norte	11	4	5	2	640	395	144	101
Pinhal Interior Sul	5	0	3	2	198	0	97	101

Fonte: INE – Anuário Estatístico da Região Centro, 2007

Em 2007, o número de estabelecimentos hoteleiros existentes na região Centro era de 427 (36,4% de hotéis, 45,5% de pensões e 18,2% de outros estabelecimentos). Estes estabelecimentos tinham uma capacidade total de 36 837, o que representava aproximadamente 16% da capacidade nacional (**Quadro II.3**).

A repartição sub-regional da capacidade de alojamento é muito desigual, encontrando-se maioritariamente concentrada no Médio Tejo, Oeste e Baixo Mondego. As NUTs III Pinhal Interior Norte e Pinhal Interior Sul representam apenas 1,7% e 0,5% respectivamente da capacidade de alojamento da região Centro.

Quadro II.4 - Estabelecimento e Capacidade de Alojamento em Espaço Rural, 2007

Turismo Em Espaço Rural	Portugal Continental	Região Centro
Total	892	224
Turismo Rural	364	87
Turismo de Habitação	210	57
Agroturismo	131	29
Casas de Campo	158	45
Turismo de Aldeia	6	1
Hotel Rural	23	5
Capacidade de Alojamento	10046	2501

Fonte: INE – Anuário Estatístico da Região Centro, 2007

⁷ VAB – Valor Acrescentado Bruto.

⁸ CAE H – Alojamento e Restauração (Restaurantes e Similares)

No caso dos estabelecimentos de turismo em espaço rural, na região Centro representam 52,4% do total regional, valor um pouco superior à média nacional (50,6%), sendo que destes 38,8% correspondem a unidades de turismo rural, 25,4% a unidades de turismo de habitação, 20,1% a casas de campo, 12,9% a unidades de agroturismo, 2,2% a hotéis rurais e apenas 0,4% a unidades de turismo de aldeia (**Quadro II.4**).

A capacidade de alojamento dos estabelecimentos de turismo em espaço rural representa 59,1% da capacidade total existente na região, percentagem significativamente superior à média nacional (12,4%), o que demonstra a importância do turismo rural neste território, rico em património natural e cultural.

Não se encontram disponíveis dados a nível sub-regional que permitam avaliar a importância desta vertente turística no Pinhal Interior, no entanto, do que foi possível apurar pela informação disponível (internet, em folhetos de postos de turismo e através do trabalho de campo) os alojamentos turísticos existentes nesta região enquadram-se maioritariamente nesta categoria, o que não é necessariamente prejudicial para o turismo da região, pois o mais importante será apostar na qualificação deste tipo de alojamento que se encontra em sintonia com as potencialidades turísticas da região.

O número de dormidas na região Centro ultrapassa os 3,8 milhões, o equivalente a cerca de 11,8% do total de dormidas em Portugal Continental, no entanto, a percentagem de dormidas nas sub-regiões Pinhal Interior Norte e Pinhal Interior Sul correspondem somente a 1,7% e 0,4% respectivamente.

Comparativamente com a média nacional, esta região atrai sobretudo turistas nacionais (63,8% na região Centro e 32,6% em todo o país), mas também espanhóis (11,3% contra 9,5%), franceses (4% contra 3,4%) e italianos (4,5% contra 2,7%).

No Pinhal Interior mais de 80% são turistas nacionais, seguindo-se os espanhóis que representam 4,7%.

Quadro II.5 - Estada Média por Estabelecimento e Taxa de Ocupação - Cama, 2007

Unidades Territoriais	Estada média (N.º de Noites)				Taxa de Ocupação – Cama (Líquida) (%)			
	Total	Hotéis	Pensões	Outros	Total	Hotéis	Pensões	Outros
Portugal Continental	2,7	2,4	2,0	4,4	41,0	46,1	25,8	37,7
Região Centro	1,9	1,9	1,9	1,9	30,1	35,1	21,2	25,5
Pinhal Interior Norte	1,6	1,6	1,7	1,7	29,9	32,8	19,2	29,6
Pinhal Interior Sul	1,5	1,4	1,5	1,7	21,4	15,8	24,5	19,8

Fonte: INE – Anuário Estatístico da Região Centro, 2007

A estada média nos estabelecimentos da região Centro (**Quadro II.5**) é consideravelmente inferior à média nacional (1,9 dias contra 2,7 noites em termos nacionais), sendo ainda mais baixa nas sub-regiões Pinhal Interior Norte e Pinhal Interior Sul (1,6 e 1,5 noites, respectivamente).

No que concerne à taxa de ocupação – cama líquida, a percentagem verificada na região Centro é também consideravelmente inferior à média nacional (30,1% contra 41% em termos nacionais). Estes valores são ainda mais reduzidos nas sub-regiões Pinhal Interior Norte e Pinhal Interior Sul (29,9% e 21,4% respectivamente).

A análise destes dados demonstra que o turismo é um sector pouco desenvolvido nesta região mas *“dispõe de uma grande variedade de recursos susceptíveis de valorização através de aproveitamento turístico, muito especialmente num quadro de desenvolvimento rápido e novas procuras turísticas dirigidas ao turismo de natureza e de aventura, ao turismo cultural, ao turismo em espaço rural, ao turismo de saúde, etc.”* (Augustos Mateus & Associados, Sociedade de Consultores, 2005).

Entre os recursos susceptíveis de valorização turística realçam-se os centros urbanos de valor histórico-patrimonial, o património arquitectónico, a riqueza ambiental e paisagística (parques naturais, serras, praias, lagoas e albufeiras), as excelentes condições para a prática de diversos desportos (de natureza e radicais) e as estâncias termais existentes nesta região.

Estes recursos potenciais localizam-se quer no litoral, quer nas áreas mais interiores e deprimidas, nomeadamente na região Pinhal Interior, onde merece especial destaque as aldeias do xisto e as praias fluviais.

Embora as aldeias do xisto sejam um produto turístico já com alguma afirmação, recentemente tem-se assistido a uma aposta também nas praias fluviais, baseada no conceito do turismo em rede.

CAPITULO III – CASO DE ESTUDO

1 - POTENCIALIDADES DA REGIÃO PINHAL INTERIOR

A região Pinhal Interior é um território com um elevado potencial natural e paisagístico, ao qual se associa um vasto património histórico, arquitectónico e cultural. Apresenta assim inúmeros recursos susceptíveis de valorização turística, podendo ocupar uma posição relevante como destino nacional de turismo de natureza, rural e activo.

1.1 - PATRIMÓNIO NATURAL E PAISAGÍSTICO

A Serra da Lousã é o elemento mais marcante deste território, em termos naturais e paisagísticos. Localizada no centro de Portugal Continental, entre a Beira Baixa e a Beira Litoral, com uma orientação predominante Nordeste/Sudoeste, tem como altura máxima cerca de 1024 m (em Altar de Trevim). Situa-se na transição entre os distritos de Coimbra e Leiria, abrangendo os concelhos de Miranda do Corvo, Lousã, Góis, Castanheira de Pêra e Figueiró dos Vinhos.



Fonte: www.louzan.web.pt

Figura III.1 - Encosta da Serra, Maio de 2009

Pela variedade e riqueza de flora e fauna, encontra-se classificada como Sítio de Interesse Comunitário da Rede Natura 2000.

Em termos endógenos, apresenta um coberto vegetal tipicamente mediterrâneo, destacando-se o carvalho, sobreiro, medronheiros e diversas plantas odoríferas. Nos cumes mais elevados e vertentes ribeirinhas predominam as formações do tipo matos, salientando-se os urzais, carquejais, tojais e giestais.

No que concerne à fauna, realça-se a existência de várias espécies de aves como o melro-de-água, o dom fafe, a petinha-do-campo e algumas aves de rapina (açor, gavião, água-de-asa-redonda, coruja, mocho e peneireiro-de-dorso-malhado).

Importa referir ainda a existência de outras espécies faunísticas como a doninha, o gineto, a lontra, o coelho, a lebre, o javali, o corso, o veado, a cobra-bastarda, o cágado, a lagartixa, a sardanisca, a osga, a víbora-cornuda, o lagarto-de-água, a salamandra lusitânea, entre outras, que atestam a riqueza e diversidade.

Ainda nesta região, entre a Serra da Lousã e a Serra da Estrela, destaca-se também a Serra do Açor, que se encontra classificada como Paisagem Protegida e como Sítio de Interesse Comunitário da Rede Natura 2000 (SIC Complexo do Açor), igualmente caracterizada pela riqueza e beleza paisagística, onde se realça uma fauna e flora variadas.

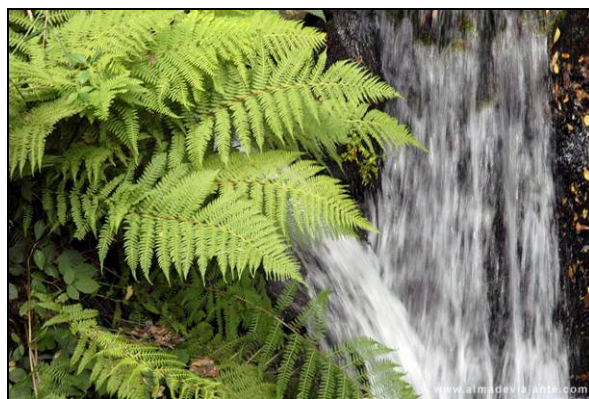
Na área da Paisagem Protegida da Serra do Açor (PPSA) distinguem-se dois sítios de especial interesse: a Mata da Margaça, um dos raros exemplos ainda existentes da vegetação natural das encostas xistosas do Centro de Portugal, e a Fraga da Pena, que resulta de um acidente geológico e integra diversas quedas de água ao longo de um curso permanente, constituindo um local de grande importância paisagística (**Figuras III.2 e III.3**).

Quer a Serra da Lousã, quer a Serra do Açor, são já palco de inúmeras actividades outdoor, promovidas profissionalmente por empresas especializadas, aproveitando os recursos naturais, focalizadas para o desporto aventura, onde se incluem por exemplo: passeios de jipe, canyoning, canoagem, caminhadas, paintball, caça ao tesouro, BTT, rapel, slide, escalada, expedições em canoa ou pedestres, peddy-paper, entre outras.



Fonte: www.almadeviajante.com

Figura III.2 - Mata da Margaça, Serra do Açor



Fonte: www.almadeviajante.com

Figura III.3 - Fragas da Pena, Serra do Açor

A região Pinhal Interior é ainda bastante rica em recursos hídricos, quer superficiais quer subterrâneos, onde merecem destaque os rios Mondego, Zêzere, Alva, Ceira e Ocreza. Alguns troços de linhas de água e respectivas margens foram intervencionados no sentido de se criarem praias fluviais.

Apesar de ao longo dos tempos, os rios já serem utilizados como zonas de banho, de recreio e lazer, só muito recentemente se verificou um efectivo desenvolvimento do conceito de praias fluviais, conseguido através da infra-estruturação destes espaços, da aposta na sua qualidade e segurança.

1.2 - PATRIMÓNIO CULTURAL

Segundo a Lei n.º 13/85, de 6 de Julho (revogada pela Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro), o Património Cultural é constituído por todos os bens materiais e imateriais que, pelo seu reconhecido valor próprio, devam ser considerados como de interesse relevante para a permanência e identidade da cultura portuguesa através do tempo.

Neste âmbito, o património cultural abrange diversas dimensões que, no seu conjunto, constituem a identidade do território: as tradições, a língua, as festividades, os rituais e as crenças, o artesanato, as tradições gastronómicas, os desportos e jogos tradicionais, entre outras.

Na região Centro salienta-se a excelência de determinados produtos classificados pela suas características peculiares e pela sua qualidade, caso da gastronomia local e regional e os produtos artesanais em que são exemplos:

Mel da Serra da Lousã - DOP (Denominação de Origem Protegida):

Provém unicamente de néctares de flores da flora espontânea,. A importância deste mel está bem perceptível na toponímia regional: Colmeal, Cortiços, Vale de Cortiços e Vale de Abelhas. É produzido em colmeias móveis localizadas nas montanhas e vales da serra. A área geográfica de produção está circunscrita aos concelhos da Lousã, Miranda-do-Corvo, Penela, Figueiró-dos-Vinhos, Pedrógão Grande, Castanheira-de-Pêra, Pampilhosa da Serra, Arganil, Góis e Vila Nova de Poiares.

Queijo do Rabaçal – DOP:

Queijo curado de ovelha e cabra com reputação nacional, originário da vila do Rabaçal no concelho de Coimbra, produzido em algumas freguesias dos concelhos de Condeixa-a-Nova, Penela, Soure, Alvaiázere, Ansião e Pombal, mantendo-se a forma tradicional de fabrico.

Gastronomia Local e Regional:

Os Talasnicos, pequenos bolos conventuais com origem no Talasnal, uma das Aldeias do Xisto do concelho da Lousã. Os vários licores artesanais de folha de figueira, amora, castanha, bolota, serrano e jeropiga, bem como as compotas artesanais de abóbora, tomate, chila, framboesa, figo, frutos silvestres, abrunho e castanhada (www.aldeiasdoxisto.pt).

Pratos e doces tradicionais como os maranhos, o arroz de fressura, o cabrito estonado, a sopa de bacalhau, o bolo de jeropiga e os bolos dormentes.

Artesanato:

Os produtos artesanais distinguem-se pela elevada qualidade, pela singularidade das peças e pela conjugação dos materiais tradicionais com o design contemporâneo.

Destacam-se os trabalhos em madeira e xisto, como figuras serranas esculpidas, miniaturas de casinhas, e diversas peças decorativas, a arte de tecer o linho (em tear manual), que origina peças de elevada qualidade artesanal (ex: vestuário, acessórios, roupa de casa e peças decorativas).

Existem lojas exclusivas de produtos tradicionais artesanais e gastronómicos (licores, compotas, entre outros) em diversas aldeias serranas.

1.3 - PATRIMÓNIO HISTÓRICO E ARQUITECTÓNICO

Aldeias Serranas:

As aldeias serranas são o testemunho de um património histórico, arquitectónico e simultaneamente cultural, pois reúnem “...um conjunto de histórias de saber popular, exemplos de adaptação, apego à terra e sobrevivência.” (www.cm-lousa.pt).

A arquitectura destas aldeias tem como principal elemento o xisto. Este era usado na construção das casas, sendo utilizado na cobertura a madeira de castanho e pinho revestida com colmo e lajetas de xisto. As portas, janelas e soalhos do piso superior eram tradicionalmente construídos em madeira. Este piso era amplo e escuro, com bancos compridos e uma lareira cujo calor era aproveitado para secar a castanha disposta num tecto falso de ripas de madeira – o “*caniço*”.

As construções adaptavam-se ao terreno acidentado onde eram implantadas, criando-se assim formas irregulares que lhes conferiam singularidade, o que no cômputo geral resultava numa paisagem rica e diversificada.

“Parecem aldeias encantadas onde se erguem casas de xisto, dando azo à criação natural de estreitas vielas sempre musicadas pelo canto dos pássaros e das cigarras” (Diário de Coimbra, de 24 de Maio de 1997, citado em www.cm-lousa.pt).



Fonte: www.cm-lousa.pt

Figura III.4 - Enquadramento paisagístico da Aldeia do Talasnal

Algumas aldeias (24) candidataram-se ao Programa das Aldeias do Xisto, desenvolvido no âmbito do QCA III, que tinha como objectivos fundamentais o reforço da identidade e a

promoção do território, pela aposta na melhoria da qualidade de vida dos seus habitantes, na salvaguarda das características suas arquitectónicas e culturais, no aproveitamento turístico da sua imagem e qualidade ambiental. Este Programa resultou na criação de uma rede de aldeias: a Rede das Aldeias do Xisto.

Capela de Santo António da Neve:

Capela em honra de Santo António, mandada construir por Júlio Pereira de Castro, neveiro-mor da Casa Real, e situada no antigo cabeço do Pereiro, freguesia do Coentral, concelho de Castanheira de Pêra.



Fonte: <http://pt.wikipedia.org>

Figura III.5 - Capela de Santo António da Neve



Fonte: <http://pt.wikipedia.org>

Figura III.6 - Antigo Poço de Neve

Na proximidade da capela localizam-se três dos antigos poços de neve, onde esta era armazenada e se transformava em gelo. Quando os poços estavam cheios, tapava-se com palha e fetos, que ajudavam a conservá-la até ao Verão, altura em que era cortada em grandes blocos e enviada para as cortes reais de Lisboa, onde era utilizada para gelados.

Património Religioso de Álvaro:

O seu conjunto de templos e acervo religioso são únicos e de grande interesse para os apreciadores de arte sacra. Destacam-se a Capela de São Pedro, a Igreja da Misericórdia, a Capela de Nossa Senhora da Nazaré, a Igreja Matriz e a Capela de Santo António.

Castelo da Lousã:

Também conhecido como Castelo de Arouce, localiza-se a cerca de dois quilómetros da Lousã. Datado da segunda metade do século XI, o castelo de pequena dimensão apresenta muralhas construídas em alvenaria de xisto e a Torre de Menagem sobressai entre a densa vegetação envolvente. Encontra-se classificado como Monumento Nacional pelo IPPAR (actual IGESPAR).



Fonte: www.lousa-digital.com

Figura III.7 - Castelo da Lousã

Igreja Matriz de Góis e Túmulo do Conde da Sortelha (D. Luís da Silveira):

Edifício de arquitectura religiosa, classificado como Monumento Nacional e localizado no extremo sul da vila de Góis, cuja construção data dos séculos XV, XVI, e XIX, dedicado a Santa Maria Maior.

A região Pinhal Interior possui um património rico e diversificado, baseado nos usos, costumes e tradições das suas populações e que constituem a identidade deste território.

Este património (natural, cultural, histórico e arquitectónico) confere à região um potencial turístico assinalável, actualmente ainda pouco explorado. No entanto, cada um dos produtos anteriormente apresentados, por si só não sobrevive, pois não têm suficiente capacidade competitiva e atractiva. Torna-se assim fundamental apostar na sua integração e articulação, de forma a dar-lhes escala territorial, o que pode potenciar o seu desenvolvimento e constituir um motivo de atracção.

Um turismo diversificado e de qualidade pode constituir-se como um complemento/alternativa ao turismo de massas (de sol e praia).

Deste modo, considera-se que a afirmação da identidade cultural, a dinamização do património existente e a integração regional são fundamentais para a valorização do território e para o reforço da competitividade, sobretudo do sector do turismo.

Em primeiro lugar, só é possível afirmar a identidade cultural desta região quando o conjunto dos elementos que constituem o património (paisagem, gastronomia, monumentos históricos, artesanato, entre outros) se desenvolver de forma integrada.

Por outro lado, a dinamização desse mesmo património pode constituir uma oportunidade de desenvolvimento, dado o seu potencial turístico.

Por fim a integração regional é uma forma de reforçar a competitividade, quer económica, quer turística e cultural, através de acções conjuntas de desenvolvimento.

2 - O TURISMO EM REDE NA REGIÃO DO PINHAL INTERIOR

O turismo em rede na região do Pinhal Interior inicia-se com o Programa das Aldeias do Xisto, financiado por fundos comunitários, e que tinha como vectores fundamentais a recuperação das tradições, a valorização do património arquitectónico construído, a dinamização das artes e ofícios tradicionais e a defesa e preservação da paisagem envolvente, com o objectivo primordial de melhorar a qualidade de vida das populações das aldeias.

2.1 - O PROGRAMA DAS ALDEIAS DO XISTO

O Programa das Aldeias do Xisto (PAX), implementado a partir de 2001, surge enquanto projecto âncora da Acção Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior, no âmbito do Programa Operacional da Região Centro, do III Quadro Comunitário de Apoio.

Este desenvolveu-se a partir da criação de um Plano Global de Intervenção que permitiu identificar quatro linhas de intervenção a serem apoiadas pelo FEDER (Monteiro e Deville, 2007):

- ♦ Reforço e requalificação da capacidade de alojamento turístico;
- ♦ Apoio à animação turística e promoção turística do território;
- ♦ Infra-estruturas e equipamento de promoção das potencialidades e acessibilidades locais transversais.

Atendendo à diversidade e potencialidade do território, definiram-se três linhas estratégicas de desenvolvimento: a criação de uma rede das aldeias do xisto, de uma rede de praias fluviais e de uma rede de percursos do Pinhal Interior. (Monteiro e Deville, 2007/CCDRC, 2001).

No âmbito deste Programa, o xisto surge como elemento unificador e identificador da paisagem e as aldeias são representativas da organização socioeconomica do território. Deste modo, o *PAX* desenvolve-se em três dimensões distintas mas interligadas: social, patrimonial e turística (**Quadro III.1**) (CCDRC, 2005 citado por Monteiro e Deville, 2007).

Quadro III.1 - Dimensões e finalidades do PAX

DIMENSÃO	OBJECTIVOS
Social	Melhorar a qualidade de vida das populações, elevar a sua auto-estima, qualificá-los, fixá-los e atrair novos residentes, potenciando a economia local.
Patrimonial	Considerar o conjunto edificado “ <i>aldeia</i> ” como um valor patrimonial, quer o construído, quer o imaterial, enquadrando-o no património natural envolvente.
Económica/Turística	Fomentar o aparecimento de unidades de alojamento, criar elementos informativos nas aldeias e motivar a atenção de agentes turísticos para a constituição de uma Rede das Aldeias do Xisto – marca de identidade do território.

Fonte: Adaptado de Monteiro e Deville, 2007/de CCDRC, 2005)

A candidatura das aldeias ao PAX foi efectuada pelas respectivas Câmaras Municipais, através da elaboração de Planos de Aldeia, ou seja, estudos aprofundados da aldeia, da sua população e envolvente, de forma a permitir definir linhas de acção para promover o seu desenvolvimento integrado, através da requalificação de infra-estruturas, de imóveis públicos e privados, bem como do próprio espaço. (Monteiro e Deville, 2007). O PAX fomentava ainda a animação turística das aldeias, os produtos locais e a qualificação dos seus habitantes e agentes económicos através de acções de formação profissional (www.aldeiasdoxisto.pt).

Assim, foram seleccionadas vinte e quatro aldeias, distribuídas por catorze municípios, procedendo-se à identificando-se dos seus recursos culturais, patrimoniais e paisagísticos, que funcionariam como suporte à criação de um turismo de qualidade. As intervenções foram efectuadas em quatro áreas estratégicas específicas (Monteiro e Deville, 2007):

- ♦ Criação de infra-estruturas básicas (saneamento, água, electricidade e acessibilidades);
- ♦ Intervenção nos espaços públicos (requalificação/revitalização);
- ♦ Intervenção em imóveis públicos e/ou comunitários (requalificação/revitalização);
- ♦ Intervenção em imóveis particulares e privados (requalificação e revitalização).

Ao PAX está associada uma estratégia de desenvolvimento, que embora se encontre consolidada no aproveitamento turístico do território, pretende sobretudo a melhoria das condições de vida das populações residentes, através da criação de emprego e da qualificação dos recursos humanos, visando o surgimento de uma nova base económica.

Deste programa resultaram então diversos projectos associados, já desenvolvidos ou ainda prospectados, no sentido de atingir os objectivos propostos no PAX. Entre estes salientam-se

2.2 - REDE DAS ALDEIAS DO XISTO

A Rede das Aldeias do Xisto, liderada pela ADXTUR – Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto, em parceria com 16 municípios da região Centro e com mais de 70 operadores privados que actuam no território, integra 24 aldeias pertencentes a 14 concelhos, conforme se pode observar no **Quadro III.2**

Quadro III.2 - Rede das Aldeias do Xisto

CONCELHOS	ALDEIAS
Arganil	Benfeita
Castelo Branco	Martim Branco Sarzedas
Figueiró dos Vinhos	Casal de S. Simão
Fundão	Barroca Janeiro de Cima
Góis	Aigra Nova Aigra Velha Comareira Pena
Lousã	Candal Casal Novo Cerdeira Chiqueiro Talasnal
Miranda do Corvo	Gondramaz
Oleiros	Álvaro
Pampilhosa da Serra	Fajão Janeiro de Cima
Penela	Ferraria de S. João
Proença-a-Nova	Figueira
Sertã	Pedrogão Pequeno
Vila de Rei	Água Formosa
Vila Velha de Rodão	Foz do Cobreão



Figura III.9 e III.10 - Casal de S. Simão (integrado na Rede das Aldeias do Xisto), Figueiró dos Vinhos

Esta Rede pretende transformar as Aldeias do Xisto em pólos de atracção turística dinâmicos, de forma a estimular a criação de uma nova base económica de atracção de investimento privado e de captação de visitantes.

Neste sentido, o desenvolvimento da marca “*Aldeias do Xisto*” enquanto destino turístico de qualidade, resultou numa rede público-privada potenciadora de uma identidade regional, que contribuiu para a afirmação e distinção deste produto no mercado de turismo nacional, mas também internacional.

Efectivamente, as Aldeias do Xisto têm-se vindo a afirmar-se no mercado turístico enquanto produto de qualidade, não acessível a todas as bolsas. O desenvolvimento de programas específicos para estrangeiros (sobretudo alemães e ingleses), por exemplo, tem contribuído para a sua divulgação. No entanto, estes programas têm origem nos seus próprios países, não existindo ainda a nível nacional uma forte aposta neste sector. A procura nacional é pouco significativa e restrita a uma classe média/alta. Os próprios agentes turísticos locais (que actuam nestas aldeias) não se mostram interessados em atrair outro tipo de turista, com receio da massificação. Pretende-se assim assegurar a qualidade destes espaços e proteger o património natural e cultural que constituem a sua identidade, o que por outro lado, pode condicionar a sua dinamização e o seu sucesso.

O facto de se ter apostado numa estratégia de rede, potenciou o envolvimento de actores e agentes locais, nomeadamente dos técnicos municipais, população residente e diversas entidades que actuam neste território

Assim, com base numa parceria entre agente públicos e privados, desenvolveu-se um projecto global de animação, comunicação e promoção dos valores endógenos desta região: tradição, património, natureza, desporto outdoor, gastronomia, alojamento rural e lazer

“O projecto de dinamização da Rede das Aldeias do Xisto já alargou a sua marca a sub-marcas e projectos complementares: a Rede de Lojas das Aldeias do Xisto, que comercializa produtos locais; o Calendário de Animação das Aldeias do Xisto, um programa permanente de eventos idealizados em conjunto com os parceiros locais do território...” (que promove iniciativas como a recriação da tradicional matança do porco, da descamisada do milho ou de um magusto tradicional, a celebração tradicional do Entrudo, ateliers de animação, entre outras);”... *Rede de Património do Xisto, um projecto internacional de parceria com Roros,*

um local UNESCO na Noruega; a Rede de Praias Fluviais, que junta algumas das zonas fluviais mais deslumbrantes do território.” (www.aldeiasdoxisto.pt).

Rede da Arte Rupestre das Aldeias do Xisto

Este projecto visa lançar as bases para a criação de uma Rota da Arte Rupestre nas Aldeias do Xisto, a partir do Poço do Caldeirão (em Barroca, concelho do Fundão) e de Chãs d'Égua, no Piódão (Arganil). Nestes locais existem gravuras rupestres, já identificadas e estudadas pelas entidades nacionais, sendo agora necessário, criar centros interpretativos para assegurar a continuação dos estudos e a recepção dos visitantes, bem como apostar num projecto global de promoção desta rede temática específica.

Rede do Património do Xisto

Projecto internacional, candidatado e aprovado no âmbito do mecanismo financeiro EEA Grants⁹, que resulta de uma parceria entre a Rede das Aldeias do Xisto e o Museu de Røros, uma cidade norueguesa classificada como Património da Humanidade pela Unesco. Este baseia-se na transferência de conhecimentos entre os artesãos noruegueses e portugueses, visando a recuperação de edifícios nas Aldeias do Xisto de acordo com a filosofia de preservação do património implementada em Røros.

É assim possível constatar, que embora com resultados tímidos, pois devido à sua filosofia, nunca poderá chegar a um grandes número de turistas, varias iniciativas tem sido levadas a cabo nesta área, explorando a ideia de rede, dando escala ao fenómeno, tentando atrair mais turistas e aumentando o tempo de permanência na região.

⁹ EEA Grants - Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu

2.3 - REDE DE PRAIAS FLUVIAIS DO PINHAL INTERIOR

A Rede de Praias Fluviais do Pinhal Interior (RPFPI) é outra das iniciativas existentes, constituída por vinte e uma praias distribuídas por onze concelhos, que integram as sub-regiões Pinhal Interior Norte e Pinhal Interior Sul, da região Centro (**Quadro III.3 e Figura III.11**).

Quadro III.3 - Enquadramento Territorial da RPFPI

REGIÃO	SUBREGIÃO	CONCELHO	PRAIAS FLUVIAIS
Centro	Pinhal Interior Norte	Arganil	Piodão
			Pomares
			Secarias
		Castanheira de Pêra	Poço da Corga
			Rocas
		Figueiró dos Vinhos	Ana de Aviz
			Fragas de S. Simão
		Góis	Canaveias
			Peneda
		Lousã	Bogueira
			Sra. da Graça
			Sra. da Piedade
		Pedrógão Grande	Mosteiro
	Pinhal Interior Sul	Penela	Louçainha
		Mação	Ortiga
		Oleiros	Açude Pinto
			Cambas
		Proença-a-Nova	Aldeia Ruiva
			Fróia
			Malhadal
		Sertã	Ribeira Grande

Este projecto, criado pela Lousitânea – Liga de Amigos da Serra da Lousã em 2006, foi financiado pelo FEDER/Eixo Prioritário II do Programa Operacional da Região do Centro (PO Centro).

O projecto da Rede de Praias Fluviais do Pinhal Interior integra-se nos objectivos definidos pelo PO Centro, na medida em que contribuir para a valorização das potencialidades do território (recursos hídricos, paisagem, etc) e para a qualificação dos factores de competitividade da economia regional (principalmente em torno do sector do turismo).

As praias fluviais constituem-se pois, como espaços específicos, onde se identificam oportunidades estratégicas de desenvolvimento turístico, mas que no entanto necessitam de ser valorizados e dinamizados para se tornarem atractivos e se afirmarem.

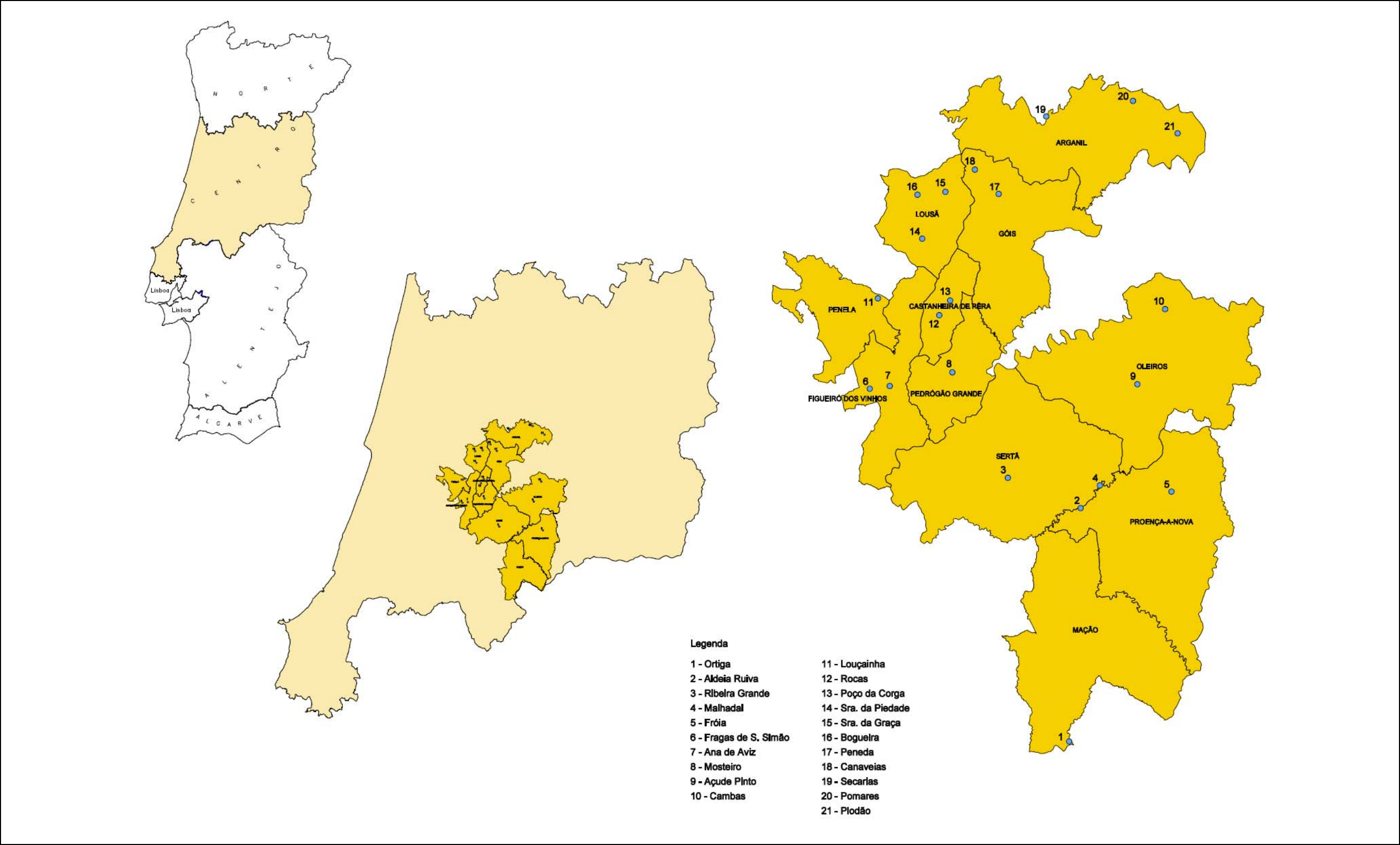


Figura III.11 – Enquadramento Territorial das Praias Fluviais integradas na RPFPI

O projecto da RPFPI beneficiou do apoio do PO Centro - Eixo Prioritário II – Acções integradas de base territorial, quer pela sua especificidade (centrado nas praias fluviais), quer pelo seu potencial a nível regional (desenvolvimento turístico e dinamização territorial).

Apoiado pelos municípios de Arganil, Castanheira de Pêra, Góis, Figueiró-dos-Vinhos, Lousã, Mação, Oleiros, Pedrógão Grande, Penela, Proença-a-Nova e Sertã (aqueles que disponibilizaram verbas para a criação da RPFPI), tinha como objectivos:

- ♦ “Criar uma rede integrada de acções abrangendo praias fluviais, de forma a valorizar e promover este património.
- ♦ Criar uma forte imagem global da região.
- ♦ Criar uma nova via para a região: natureza/aldeias do xisto/praias fluviais.” (www.praiasfluviais.com).

O objectivo deste projecto passava por criar pois uma rede de praias, que possuíam equipamentos de apoio à prática balnear e assim funcionar como pólos de atracção que servissem não só os turistas mas também a população aí residente. De forma a criar uma imagem associada à RPFPI, que identificasse e diferenciasses as praias que a integram e que ficasse na memória dos visitantes, adoptou-se uma mascote, o “Lontrinhas”, representada pela lontra (*lutra lutra*), um mamífero habitual dos cursos de água da região (**Figura III.12**).



Figura III.12 – O “Lontrinhas” (praia da Louçainha)

Este projecto, iniciado em 2006, esteve parado durante o ano de 2007, devido essencialmente a problemas de gestão e falta de dinamização. No entanto, desde Fevereiro de 2008 que a ADXTUR – Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto é a entidade responsável pelo seu desenvolvimento.

No ano 2008, o desenvolvimento da RPFPI centrava-se em três vectores - requalificação, promoção e animação – para os quais foram propostas diversas medidas e acções (**Quadro III.4**).

O objectivo das medidas e acções propostas para cada um dos três vectores, é tornar as praias fluviais mais atractivas e dinâmicas de forma a aliciarem mais utilizadores e, ao mesmo tempo, contribuir para a sua competitividade enquanto produto turístico ainda em franca afirmação, em articulação com a Rede de Aldeias do Xisto.

Quadro III.4 - Plano para o Ano 2008

Planos	Medidas/Acções
<u>Requalificação</u>	<ul style="list-style-type: none"> - Alteração do nome para: Rede das Praias Fluviais e das Aldeias do Xisto; - recolha de sugestões por parte das Autarquias e Concessionários; - apresentação individualizada do Projecto às Autarquias e Concessionários; - criação de um Caderno de Encargos para inclusão na Rede; - elaboração de uma Ficha Técnica para cada praia; - elaboração de um Calendário de Visitas Regulares às praias pela Equipa Coordenadora; - acompanhamento das obras de requalificação.
<u>Promoção</u>	<ul style="list-style-type: none"> - Actualização do site www.praiasfluviais.com; - criação da newsletter mensal da Rede das Praias Fluviais das Aldeias do Xisto; - promoção de reportagens nas revistas temáticas de viagens e turismo; - desenvolvimento das Regiões de Turismo do território na promoção da Rede; - criação de uma base de dados, de fotografias e coordenadas GPS no site das Praias Fluviais - estudar e apoiar as autarquias na definição das candidaturas a Praia Fluvial Acessível e Bandeira Azul; - estudar a possibilidade de colocação de montras dos produtos da rede de Lojas das Aldeias do Xisto nos espaços dos concessionários das Praias Fluviais e vice-versa; - colocação de painéis informativos da Rede de Praias Fluviais em todas as praias; - criação do Camião das Praias Fluviais a percorrer os centros urbanos do território; - criação de novo Merchandising das Praias Fluviais, em continuidade do material já elaborado: mochilas, discos voadores, baralhos de cartas, dominós, raquetes de ténis, toalhas, postais e guias de bolso, miniaturas do Lontrinhas, entre outros; - realização de um mega-evento de promoção da abertura da época balnear na Rede.
<u>Animação</u>	<ul style="list-style-type: none"> - elaboração de um Plano de Animação em articulação com o Plano de Animação das Aldeias do Xisto - elaboração de um Plano de Eventos Desportivos para a Rede das Praias Fluviais das Aldeias do Xisto com a organização de provas de Polo Aquático e Kayak Pólo, Encontros de Canoagem, etc. - desenvolvimento e promoção das estruturas existentes nas praias com actividades como Passeios Pedestres, BTT, Escalada ou Pesca Desportiva; - criação de um Catálogo de Actividades de animação das praias a desenvolver pelos Concessionários/Autarquias; - realização de acções de educação ambiental com crianças dos ATL; - realização de um Concurso Gastronómico envolvendo os restaurantes das praias.

Nem todas estas medidas foram implementadas, quer por dificuldades técnicas (falta de interesse de algumas autarquias, dificuldade em contratar nadadores-salvadores e concessionários), quer por dificuldades financeiras.

No que respeita à mudança do nome para Rede das Praias Fluviais e das Aldeias do Xisto (medida prevista para o vector da requalificação), houve uma efectiva alteração da denominação em alguns panfletos, mas não se procedeu a essa rectificação, por exemplo, no site oficial.

Por outro lado, algumas acções foram bem sucedidas, nomeadamente a colocação de painéis informativos em todas as praias da rede; a realização de acções de educação ambiental com crianças dos ATL, sempre em parceria com as autarquias; e a concretização de alguns eventos desportivos, como baptismos de mergulho, realizados entre os dias 12 e 29 de Agosto de 2008 em diversas praias que integram a rede; o apoio prestado às autarquias na definição da candidatura a Praia Acessível ou Bandeira Azul, através do contacto com a CCDDR-C; e o desenvolvimento e promoção de actividade outdoor em parceria com empresas especializadas e com a autarquia (ex: colocação de uma parede de escalada na praia Ana de Aviz, destinada ao desenvolvimento de actividades com crianças carenciadas, com transporte gratuito proporcionado pela Câmara Municipal).

A falta de coordenação, articulação e cooperação entre agentes locais/regionais e a própria população é o principal entrave ao sucesso de determinadas acções e medidas propostas, que poderiam contribuir para potenciar as praias fluviais enquanto produto turístico.

Segundo o relatório anual 2008 sobre a “*Qualidade das Águas Balneares*”, do Instituto da Água, I.P. (Salvado, 2009), todas as praias fluviais que integram a RPFPI obtiveram resultados positivos na análise à qualidade das suas águas¹⁰. Das 21 praias, 12 (57,1%) foram conseguiram a classificação máxima, “Boa¹¹”, e as restantes a classificação “Aceitável¹²” (**Quadro III.5**).

¹⁰ A qualidade das águas balneares portuguesas é classificada, por ordem decrescente, em “Boa”, “Aceitável”, “Má” e “Interdita”. (www.aldeiasdoxisto.pt)

¹¹ “Boa”- qualidade da água balnear conforme os Valores Guia para os parâmetros “Coliformes Totais”, coliformes fecais/*Escherichia coli*, e com os valores imperativos para os parâmetros físico-químicos, óleos minerais, substâncias tensioactivas e fenóis. (Salvado, 2009)

¹² “Aceitável”- qualidade de água balnear conforme os valores imperativos para os parâmetros “Coliformes Totais”, coliformes fecais/*Escherichia coli*, óleos minerais, substâncias tensioactivas e fenóis. (Salvado, 2009)

Quadro III.5 – Classificação da qualidade da água nas praias que integram a RPFPI

Praia Fluvial	Classificação
Piodão	“Aceitável”
Pomares	“Boa”
Secarias	“Aceitável”
Poço da Corga	“Boa”
Rocas	-
Ana de Aviz	“Boa”
Fragas de S. Simão	“Aceitável”
Canaveias	“Aceitável”
Peneda	“Boa”
Bogueira	“Boa”
Sra. da Graça	“Aceitável”
Sra. da Piedade	“Aceitável”
Mosteiro	“Aceitável”
Louçainha	“Boa”
Ortiga	“Aceitável”
Açude Pinto	“Boa”
Cambas	“Boa”
Aldeia Ruiva	“Boa”
Fróia	“Boa”
Malhadal	“Boa”
Ribeira Grande	“Boa”

Fonte: Salvado, 2009

3 - PRAIAS EM ANÁLISE¹³

As praias que integram a RPFPI apresentam características distintas, que diversificam e valorizam a oferta.

A avaliação do contributo das praias fluviais para o desenvolvimento regional centrou-se no trabalho de campo realizado no local, durante o Verão de 2008, nomeadamente com visita a 18 das 21 praias que integram a rede; em entrevistas efectuadas a agentes locais (principalmente Câmaras Municipais) e na realização de inquéritos em quatro das praias da RPFPI, escolhidas precisamente pelas suas características distintas, de forma a que a amostra fosse o mais heterogénea possível, com o intuito de analisar a percepção dos utilizadores/visitantes.

As praias seleccionadas distinguem-se essencialmente pela sua localização (próxima ou não de aglomerados populacionais) o que, por sua vez, influencia a paisagem envolvente; pelos serviços, infra-estruturas e equipamentos que oferecem aos veraneantes, onde pode ser incluído a vigilância (presença ou não de nadador-salvador); ou mesmo pelos galardões atribuídos.

3.1 - PRAIA DA BOGUEIRA

Praia fluvial no rio Ceira, localizada no aglomerado rural de Casal de Ermio, concelho da Lousã.

A praia apresenta diferentes equipamentos de apoio, nomeadamente WC (incluindo instalações para deficientes), chuveiros e bar com esplanada sobre o rio. Na zona em que o rio atinge já alguma profundidade foi construída uma prancha de saltos em madeira.

Na margem direita do rio, localiza-se um parque de merendas, parque infantil e campo de jogos. Estes equipamentos um pouco afastados da zona de banhos, confere alguma tranquilidade.

¹³ No **Anexo 1** apresenta-se uma ficha completa para cada uma das praias fluviais seleccionadas para a realização dos inquéritos, com imagens e informação relativa à sua localização, infra-estruturas, equipamentos e serviços existentes, galardões e vigilância (presença ou não de nadador-salvador).



Figura III.13 - Praia da Bogueira

Na margem esquerda, com acesso por um passadiço de madeira, apresenta um espaço relvado, piscina para crianças, pequena construção em madeira de apoio ao bar nos dias de maior movimento, bancos de jardim e algumas árvores para sombra.

O acesso à água faz-se através de rampas, o fundo do rio mantém as suas características naturais e as margens (pouco intervencionadas) mantêm a vegetação autóctone. Nesta praia é possível alugar barcos, caiaques e canoas.

Galardoada como “*Praia Acessível*”¹⁴, dispõe de uma cadeira especial que permite o acesso à água a pessoas com mobilidade reduzida.

Apresenta um pequeno parque de estacionamento ordenado, com capacidade para 12 viaturas, no largo, junto à entrada da praia. Nos dias de maior afluência de visitantes, o estacionamento faz-se também de forma desordenada ao longo das ruas estreitas de Casal de Ermio (gerando dificuldades de circulação) ou num parque de terra à entrada da localidade.

¹⁴ Praia Acessível – galardão atribuído a praias marítimas e fluviais, indicativo de acessibilidade total. O projecto Praia Acessível/Praia para Todos nasceu de uma iniciativa da Comissão Nacional de Coordenação para o Ano Europeu das Pessoas com Deficiência.

O seu tamanho não lhe permite comportar um grande número de utilizadores (reduzida capacidade de carga) e os períodos de maior afluência são: à tarde e durante os fins-de-semana, principalmente nos meses de Julho e Agosto.

Durante a época balnear 2008, esta era uma praia vigiada apenas entre as 15h e as 19h.

3.2 - PRAIA DA LOUÇAINHA

Localizada no concelho de Penela, na Serra do Espinhal, a praia da Louçainha, também conhecida como represas naturais da Louçainha é, em termos paisagísticos, uma das praias mais naturais da RPFPI.

A povoação mais próxima (Louçainha) localiza-se a cerca de 1 km, não sendo possível vislumbrar qualquer aglomerado populacional na paisagem, onde predomina área florestal.



Figura III.14 - Praia da Louçainha

Neste espaço existem duas zonas de água, embora só uma esteja preparada para banhos. Nesta o acesso à água faz-se através de escadas na parte mais funda, onde também existe uma prancha de saltos, e por uma rampa na zona mais baixa. O tanque/piscina é revestido a xisto, embora o fundo mantenha as suas características naturais.

À entrada da praia encontram-se os placards informativos, caixotes para o lixo diferenciados e uma zona para estacionamento de bicicletas.

Na margem esquerda existe um pequeno espaço de areia onde, em 2008, se encontrava instalada a Fluvioteca (serviço prestado pela Biblioteca Municipal de Penela) que possibilitava o acesso a jornais, revistas, livros e jogos.

Na margem direita situam-se os WC, o posto de 1.º Socorros e os chuveiros. Sob o lado interdito a banhos localiza-se o bar/restaurante panorâmico e um pouco mais afastado o parque de merendas.

Dispõe de um parque de estacionamento ordenado, com poucos lugares (5-7), localizado junto à principal via de acesso.

Esta praia encontra-se classificada como “*Praia Acessível*” e “*Bandeira Azul*”.

Em 2007 foi-lhe atribuído pela primeira vez o galardão Bandeira Azul; em 2008 voltou a ser classificada mas, sensivelmente a meio da época balnear, a bandeira foi arreada definitivamente devido a problemas na qualidade da água; na actual época balnear (2009) foi-lhe novamente atribuída.

A capacidade de carga desta praia é reduzida, certamente influenciada quer pelo tamanho da praia, quer pelos poucos lugares de estacionamento existentes.

Aquando do trabalho de campo realizado constatou-se existir um reduzido número de utilizadores, mesmo ao fim-de-semana, apesar da Câmara Municipal de Penela disponibilizar transporte gratuito aos munícipes.

3.3 - PRAIA DAS ROCAS

A praia das Rocas é um complexo de piscinas, inserido no centro de Castanheira de Pêra, que integra a Rede de Praias Fluviais do Pinhal Interior, apesar de não se encontrar classificada como praia de banho fluvial ou lacustre sujeita a uso balnear quer na Portaria 579/2009, de 2 de Junho, quer no Relatório Anual 2008 sobre a Qualidade das Águas Balneares, Aplicação da Directiva 76/160/CEE e da Directiva 2006/7/CE, (Salvado, 2009).

Este é um empreendimento gerido pela Prazilândia¹⁵, com acesso pago¹⁶, constituído por três áreas distintas: uma piscina de ondas (praia), uma piscina circular e uma albufeira (ribeira de Pêra).

A piscina de ondas, com 2 100 m², é a principal atracção. As ondas são geradas de hora a hora e anunciadas pelo som de uma sirene, altura em que a maioria dos veraneantes correm para a água. Estas fazem-se sentir durante cerca de 10/15 minutos.

A piscina circular, sem ondas, apresenta uma ilha circular ao centro, sendo constituída por uma zona relvada, com palmeiras. A ilha é um dos primeiros locais escolhidos pelos visitantes para se instalarem.



Figura III.15 - Praia das Rocas

Ambas as piscinas utilizam água da ribeira de Pêra que, no entanto, sofre alguns tratamentos químicos, visível na transparência dos espelhos de água.

¹⁵ Prazilândia, Turismo e Ambiente, EM.

¹⁶ Gratuito até aos 6 anos; 3 euros nos dias úteis e 4 euros aos fins-de-semana e feriados dos 7 aos 16 anos e para pessoas com mais de 65 anos; 4,50 euros nos dias úteis e 5,50 euros aos fins-de-semana e feriados dos 17 aos 64 anos

Na albufeira, inserida na ribeira de Pena e que se encontra fisicamente separada das duas piscinas, é possível, através de aluguer, andar de barco a remos ou gaivotas.

Situado em plena Praia das Rocas, salienta-se ainda a existência do complexo turístico “*Villapraia*”, composto por seis bungalows (doze quartos duplos) e quatro veleiros (com capacidade de alojamento para quatro ou seis pessoas). Os utentes da “*Villapraia*” têm, durante a época balnear, acesso livre à praia (incluído no preço do alojamento).

A praia das Rocas oferece um conjunto diversificado de serviços e equipamentos: aluguer de sombras e espreguiçadeiras, massagens, aluguer de barcos a remos e gaivotas, aluguer de donuts (bóias gigantes, onde são servidas refeições), WC, chuveiros, bar/restaurante, posto de primeiros socorros e vigilância (nadadores-salvadores). No entanto, impõe também um conjunto de regras/práticas obrigatórias que em parte, pelo trabalho de campo realizado, parecem desagradar aos utilizadores, principalmente o facto de não ser permitido comer junto à água, levar geleiras para a praia e chapéus-de-sol.

Outros aspectos bastantes contestados são o sistema de entradas e o número de sombras e espreguiçadeiras existentes. Nas duas visitas de campo efectuadas à Praia das Rocas, durante o mês de Agosto, foi possível constatar que a capacidade de carga deste lugar é largamente ultrapassada, pelo que se torna impossível responder de forma eficaz:

- Os visitantes acumulam-se à entrada, esperando bastante tempo, primeiro na fila para comprar os bilhetes e depois para entrar e colocar a pulseira de identificação (que lhes permite entrar e sair do empreendimento durante esse dia), congestionando e atropelando-se uns aos outros na pressa de serem os primeiros;
- Por volta das 10h00 estão esgotados as sombras e espreguiçadeiras para alugar, o que obriga os veraneantes a procurarem abrigo debaixo das estruturas que lhes possam proporcionar alguma sombra ou a ficar todo o dia expostos ao sol.

A praia das Rocas está aberta durante os meses de Junho, Julho e Agosto, excepto à segunda-feira, dia em que encerra para manutenção.

Apesar de em 2005 (ano de abertura) ter registado cerca de 400 mil entradas, o facto de só estar aberta durante a época balnear, põe em causa a sua rentabilidade e o próprio retorno financeiro do investimento realizado. A autarquia de Castanheira de Pêra procura já soluções para dinamizar este empreendimento nos restantes meses do ano, de forma a torná-lo mais rentável.



Figura III.16 – Entrada na Praia das Rocas



Figura III.17 – Sombras esgotadas na Praia das Rocas

O facto de se inserir numa região interior, a uma distância/tempo considerável do litoral, pode justificar o sucesso deste complexo, na medida em que oferece um produto diferente, onde merece realce as ondas, com o qual as demais praias que integram a RPFPI não podem concorrer. Este é um bom exemplo da singularidade que dá ao local uma atracção bastante superior à que se regista nas outras praias.

A praia das Rocas funciona ainda como motor de dinamização da Rede de Praias Fluviais do Pinhal Interior pois, pelo seu sucesso têm sido difundida na comunicação social (TV, jornais e revistas), contribuindo deste modo para a divulgação das demais praias que integram a RPFPI e atraindo visitantes à região e consequentemente às praias fluviais.

3.4 - PRAIA ANA DE AVIZ

A praia Ana de Aviz, localizada no concelho de Figueiró dos Vinhos, situa-se próximo da Aldeia Ana de Aviz e do IC8 (que liga Figueira da Foz a Castelo Branco).

A praia dispõe de duas entradas: a principal, na margem esquerda, junto à principal via de acesso (que estabelece a ligação com o IC8), onde se situam o bar, os WC e os placards informativos; ou do lado oposto, através uma passagem pedonal (ponte) sobre o rio, que estabelece a ligação entre a praia e os parques de estacionamento e de merendas.



Figura III.18 - Praia Ana de Aviz

Na margem esquerda do rio existe uma pequena área relvada (a partir da qual se acede à zona de banhos), chuveiros e de algumas mesas em pedra.

Na margem direita, dispõe de uma parque de estacionamento em terra, desordenado e com uma capacidade elevada, mais de 35 lugares, atendendo à dimensão da praia, bem como de um pequeno parque de merendas com churrasco.

Esta é uma praia vigiada (nadador-salvador) e encontra-se classificada como “*Praia Acessível*”.

Aquando da realização do trabalho de campo, estava montada uma parede de escalada na praia Ana de Aviz para as actividades de animação desenvolvidas no âmbito do Programa “*ViváPraia*”¹⁷.

¹⁷ Esta iniciativa, promovida pela Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos e pelo projecto “Figueiró – Construir para a inclusão”, integra um programa de animação ao ar livre com vista à promoção e qualificação das praias fluviais. Este programa de animação destina-se a uma população essencialmente jovem (entre os 6 e os 18 anos) contém actividades recreativas, desportivas e lúdico-pedagógicas, entre as quais se destacam os jogos aquáticos, escalada, jogos com GPS, jogos de corda, atelier de pintura de T-shirts, caça ao tesouro, entre outras. (www.aldeiasdoxisto.pt; Construir para a Inclusão, s/d).

Esta praia foi classificada como “*Bandeira Azul*” durante duas épocas balneares consecutivas (2006 e 2007). Segundo informação da Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos, no ano 2008 a praia Ana de Aviz não se candidatou a este galardão porque o município decidiu realizar pequenas melhorias, sendo que as intervenções/obras não foram finalizadas a tempo. Em 2009 voltou a candidatar-se e a receber este galardão, mas por motivos relacionados com a qualidade da água¹⁸, a bandeira foi arreada definitivamente.

O **Quadro III.6**, sintetiza as infra-estruturas, equipamentos e serviços existentes nas quatro praias fluviais escolhidas para a realização dos inquéritos.

Quadro III.6 - Infra-estruturas, equipamentos e serviços existentes nas praias fluviais em estudo

Infra-estruturas e Equipamentos / Serviços	Praias			
	Brogueira	Louçainha	Rocas	Ana de Aviz
WC	X	X	X	X
Chuveiros	X	X	X	X
Bar	X	X	X	X
Restaurante		X	X	
Infra-estruturas para deficientes	X	X		X
Estacionamento	X	X	X	X
Biblioteca (Fluvioteca)		X		
Aluguer de canoas, caiaques, barcos sem motor	X		X	
Aluguer de chapéus, espreguiçadeiras, colchões, etc			X	
Posto de Primeiros Socorros		X	X	
Parque de Merendas	X	X		X
Parque Infantil/Campo de jogos	X			
Vigilância (nadador-salvador)	X	X	X	X
Prancha de saltos	X			
Piscina	X			
Piscina de ondas			X	
Tenda de massagens			X	
Alojamento			X	
Zona relvada	X			X
Zona de areia		X		

Existe pois, pelas praias analisadas, que são representativas da rede de praias fluviais, um esforço de infraestruturização e qualificação destes espaços, de forma a serem locais atractivos para a fruição por parte dos seus utilizadores.

¹⁸ A qualidade da água balnear registou pela segunda vez consecutiva resultados que ultrapassaram o valor máximo recomendado. (www.abae.pt).

4 - ENTREVISTAS

No âmbito da presente investigação procedeu-se à realização de entrevistas exploratórias a diversas entidades, de forma a perceber o seu contributo e o seu empenho no fomento do desenvolvimento das praias fluviais.

Optou-se por escolher, primeiramente, como entrevistados indivíduos ligados à área das praias fluviais das Câmaras Municipais dos concelhos onde foram realizados os inquéritos (Lousã, Penela, Castanheira de Pêra e Figueiró dos Vinhos). Procurou-se também entrevistar empresas de animação turística da região, que desenvolvessem actividades ligadas às praias fluviais.

Apesar dos inúmeros esforços efectuados e tentativas de contacto não foi possível entrevistar ninguém responsável da Câmara Municipal de Penela ou outras empresas de actividades existentes na região para além da entrevistada.

Por outro lado, no seguimento do trabalho de campo efectuado, surgiu a oportunidade de realizar três outras entrevistas consideradas pertinentes (na Junta de Freguesia de Casal de Ermio, na Casa da Eira e ao nadador-salvador da praia da Louçainha), que contribuíram para o esclarecimento de algumas questões e cujo conteúdo informativo foi integrado na presente investigação. Duas destas entrevistas não foram sujeitas a uma análise exaustiva já que os objectivos pretendidos não a justificavam.

Quadro III.7 - Entidades entrevistadas

Entidades
GO- OUTDOOR – empresa de animação turística (desportos radicais, actividades ao ar livre e de educação ambiental, entre outras)
Câmara Municipal da Lousã
Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos
Câmara Municipal de Castanheira de Pêra
Junta de Freguesia de Casal de Ermio
Casa da Eira – Casa de Campo (turismo em espaço rural)
Nadador-salvador da praia da Louçainha

As entrevistas foram efectuadas presencialmente e gravadas em áudio. Optou-se por seguir uma tipologia semi-estruturada (com questões base pré-definidas mas não totalmente fechadas de modo a englobar outras informações consideradas pertinentes) e dirigida ao âmbito da investigação.

4.1 - ANÁLISE DOS RESULTADOS¹⁹

Neste ponto, apresenta-se uma breve análise para cada uma das questões colocadas.

1- Que investimento tem sido feito ao nível das praias fluviais?

Os investimentos realizados nas praias fluviais foram principalmente ao nível dos equipamentos e infra-estruturas de apoio (ex: bares, esplanadas, chuveiros e construção de uma piscina para crianças na praia da Bogueira).

Denota-se uma clara preocupação dos municípios em relação à melhoria das acessibilidades para pessoas com mobilidade reduzida, tendo sido efectuados investimentos também nesta área (ex: criação de instalações sanitárias adequadas e melhorias nas condições de acesso à água), o que se reflecte no número de bandeiras “*Praia Acessível*” (6 - 28,6%) das praias que integram a RPFPI.



Figura III.19 - WC para deficientes (praia da Bogueira)



Figura III.20 - Cadeira para indivíduos com mobilidade reduzida (praia da Bogueira)

A Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos investiu também na formação de nadadores-salvadores, na sensibilização ambiental (desenvolvendo diversas actividades de educação ambiental na praia de Ana de Aviz, por estar integrada no Programa Bandeira Azul), na promoção turística e na animação de praia. Aliou-se também ao projecto “*ViváPraia*” e ao

¹⁹ No **Anexo 2** apresenta-se um resumo das entrevistas efectuadas, onde se sintetizam os aspectos/informações mais relevantes obtidos para cada uma das questões colocadas.

programa “*PROGRIDE*”²⁰, que pretendia trazer as crianças mais desfavorecidas à praia, disponibilizando transporte e apoio técnico, e desenvolvendo actividades de animação.

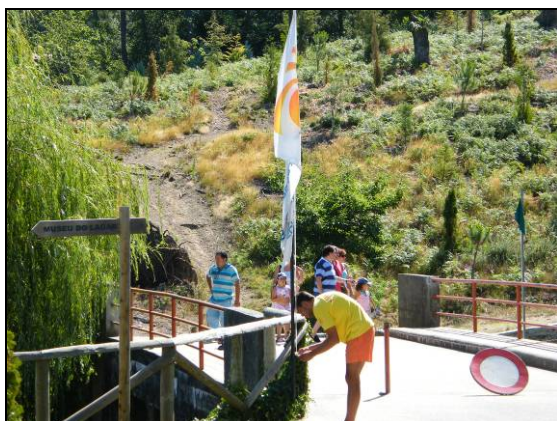


Figura III.21 - Bandeira Praia Acessível (praia do Poço da Corga)



Figura III.22 - Estacionamento para deficientes (praia da Louçainha)

No município de Castanheira de Pêra o grande investimento foi a construção da praia das Rocas e as transformações que este empreendimento exigiu na área envolvente, nomeadamente ao nível da melhoria das acessibilidades e estacionamento. Recentemente, têm sido apenas efectuadas pequenas melhorias naquela praia.

2- Qual a importância que esse investimento representa?

Embora as Câmaras Municipais não tenham facultado valores efectivos, analisando as respostas obtidas nas entrevistas realizadas, considera-se que, de um modo geral, os investimentos realizados nas praias fluviais podem ser considerados significativos, na medida em que representam um grande esforço financeiro para os municípios, que dispõe de poucos recursos económicos e humanos (ex: é difícil contratar nadadores-salvadores e concessionar as praias).

Em termos globais, o maior investimento foi realizado na praia das Rocas (vários milhões de euros). Os valores aqui investidos não podem ser, de forma nenhuma, comparados com os investimentos realizados nas demais praias que integram a RPFPI, pois este é um projecto que se espera rentável a curto prazo (é a única praia paga da RPFPI).

²⁰ Programa vocacionado para o combate à pobreza e exclusão social, financiado exclusivamente por verbas nacionais e já referenciado no Plano Nacional de Acção para a Inclusão (PNAI) 2003-2005 como um dos seus instrumentos de inclusão. (www.cnpcjr.pt).

Os restantes investimentos realizados nas praias são menos avultados, pois o retorno financeiro é indirecto e muito lento (são praias de livre acesso), dependente do que os visitantes/veraneantes estão dispostos a gastar (por ex: em alojamento, restauração, etc.).

Existem ainda inúmeros projectos pensados para as praias, que por exigirem grandes investimentos têm de ser muito bem ponderados (valerá ou não a pena avançar) e aguardar pela disponibilização de verbas (ex: pretende-se alargar a praia Ana de Aviz para a margem direita do rio, bem como ampliar o parque de merendas e criar um circuito de manutenção na praia da Bogueira).

3- Qual a vantagem de estar integrado na Rede de Praias Fluviais do Pinhal Interior?
--

Os entrevistados identificaram diversas vantagens de se estar integrado na RPFPI: maior visibilidade, valorização da oferta, promoção e divulgação conjunta das praias, desenvolvimento de actividades e projectos em parceria, maior sonância na comunicação social e estímulo à concorrência “*saudável*” (ver o que tem sido feito nas outras praias para melhorar e equilibrar a oferta).

A GO-OUTDOOR salienta ainda as mais valias que resultam da associação da RPFPI com a Rede das Aldeias do Xisto: permite que beneficiem de mais fundos e atrai um maior número de visitantes quer às praias, quer às aldeias.

A RPFPI é já, actualmente, uma referência da região Centro, que valoriza a oferta existente, desenvolvendo mecanismos de promoção das praias fluviais e fomentando a criação de diversas actividades para as mesmas, o que contribui para atrair mais visitantes. Por parte de todos os entrevistados foi unânime a existência de vantagens de estar integrado na Rede.

4- O que considera factores de atracção da região?
--

No cômputo geral, o património natural, ao qual se associa a qualidade ambiental são os factores de atracção mais apontados pelos entrevistados, e integram os rios, as serras, as praias fluviais, o sossego e o ar puro. Seguidamente, surge o património cultural: a gastronomia, as festas e as feiras e as aldeias do xisto.

A Câmara Municipal da Lousã, destaca ainda o património edificado (ex: monumentos históricos), que na sua opinião se encontra menos potenciado que o património natural, e o saber receber (hospitalidade).

A Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos considera que o turismo radical na praia das Fragas de S. Simão é também uma das principais atracções da região e a GO-OUTDOOR salienta a importância das pessoas enquanto motor de desenvolvimento.

Importa salientar que as praias fluviais ou os rios apenas não são apontados como factor de atracção por um dos entrevistados, município de Castanheira de Pêra, curiosamente o município onde foram feitos maiores investimentos (Praia das Rocas).

5- O que acha que pode ser feito para melhorar a atracção das praias fluviais?
--

Os aspectos mais apontados pelos entrevistados, quando questionados sobre o que poderia ser feito para melhorar a atracção das praias fluviais, são a promoção, divulgação e dinamização/animação durante a época balnear.

A Câmara Municipal da Lousã refere que seria também importante melhorar as condições e a qualidade das praias, definir de forma objectiva o tipo de serviços que se quer prestar (nomeadamente por parte dos concessionários), desenvolver serviços complementares que fomentem uma procura mais universal, cativando pessoas de todas as idades (famílias, crianças e idosos) e melhorar a atractividade dos serviços, para que a utilização das praias seja mais efectiva e alargada no tempo.

A Junta de Freguesia de Casal de Ermio propõe mais equipamentos para as praias (ex: parque infantil e campo de jogos) e a GO-OUTDOOR destaca a necessidade de manutenção dos espaços, considera que mais do que criar novos equipamentos e infra-estruturas é fundamental conservar e reparar o que já existe e que se vai estragando com o tempo.

6- A Rede das Praias Fluviais contribui para aumentar o número de visitantes/utentes?

Apesar de não existirem dados concretos e objectivos que permitam analisar se o facto das praias fluviais estarem integradas na RPFPI contribui para aumentar o número de visitantes/utentes, a maioria dos entrevistados considera que houve um aumento substancial da procura, embora não consigam quantificar. A Câmara Municipal da Lousã foi a única entidade entrevistada que não respondeu directamente a esta questão, por afirmar não dispor de indicadores objectivos, no entanto a Junta de Freguesia de Casal de Ermio, que integra este concelho, afirmou claramente que na praia da Bogueira se verificou um grande aumento da procura.

7- Que tipo de actividades desenvolvem? E ligadas às praias fluviais?

A GO-OUTDOOR desenvolve actividades relacionadas com animação turística (percursos pedestres, passeios de BTT, canoagem, entre outras), animação de eventos (principalmente para crianças) e dinâmicas de grupo para empresas. Outra vertente que desenvolve é a implementação de infra-estruturas para percursos pedestres e de BTT, que inclui por ex: a marcação do percurso, a sinalética e a colocação de placards informativos.

Ao nível das praias fluviais aposta sobretudo na animação, desenvolvendo diversas actividades nestes espaços como escalada, peddy paper, cordas paralelas e rappel.

8- Considera que as praias fluviais são uma mais valia para a região?

A GO-OUTDOOR considera que as praias fluviais são uma mais valia para a região, pois cativam visitantes, e destaca o papel da praia das Rocas enquanto produto turístico que todos os anos atrai milhares de pessoas de vários pontos do país.

No que respeita às praias fluviais, os investimentos realizados pelas autarquias foram sobretudo ao nível dos equipamentos e apoios de praia, fundamentais para a qualificação destes espaços e para o fomento da sua atractividade.

A segurança é outro dos aspectos apontado pelas autarquias, tendo-se também investido, embora de forma menos avultada, nesta área. Dado o elevado número de incidentes que todos os anos ocorrem em praias fluviais (a maioria não oficial), a segurança deveria ser uma prioridade dos municípios, de forma a contrariar a ideia generalizada de que as praias fluviais são mais perigosas que as marítimas.

Para os entrevistados, a RPFPI tem um papel importante para a promoção/divulgação das praias e consequente aumento da procura (verificado nos últimos anos).

Ressalva-se que, o facto de não existir um controlo/acompanhamento por parte dos municípios, no que concerne por exemplo à monitorização do número de utilizadores, dificulta a avaliação da eficácia dos investimentos realizados, do retorno esperado e do próprio desenvolvimento das praias fluviais enquanto potencial produto turístico. Aspecto importante também que deve ser salientado é a necessidade de manutenção dos equipamentos, para justificar os investimentos efectuados e não se assistir a uma degradação dos mesmos. Este aspecto deverá ser tão importante como a execução de novos investimentos.

5 - A PERCEPÇÃO DOS UTILIZADORES

5.1 - OS INQUÉRITOS

O inquérito aos utilizadores é um instrumento frequentemente utilizado na investigação social, pois possibilita a obtenção de um conjunto de dados individuais que podem ser interpretados e generalizados. Este instrumento é utilizado, por exemplo, em estudos de percepção que pretendem a análise de complexas características humanas e sociais, dificilmente observáveis (Pereira da Silva, 2002).

A realização de inquéritos permite captar percepções, reacções e opiniões sobre qualquer conteúdo. Estes adaptam-se ao público-alvo e à temática em causa, constituindo uma importante ferramenta de trabalho quer ao fomentarem a participação pública, quer ao contribuírem para sustentar/suportar uma determinada investigação.

Esta técnica é uma das formas mais directas de recolha de informação sobre atitudes e comportamentos, conjugando para esse efeito questões abertas e fechadas que incluem a exploração de técnicas de diferenciação semântica, ordenação, checklists e escalas de atitude. Cada uma destas técnicas permite recolher determinadas informações dos inquiridos, que por vezes não são perceptíveis para os mesmos. Uma das desvantagens apontadas para este tipo de técnicas é o elevado grau de abertura que as questões podem apresentar e a subjectividade das respostas, sendo que o investigador não deverá fazer qualquer tipo de avaliação que possa inibir o inquirido e comprometer o resultado do exercício. Esta abertura traduz-se em dificuldades acrescidas no tratamento e análise estatística. Deste modo, o investigador terá de adoptar um código de interpretação das respostas obtidas, que resultará da análise cuidada dos resultados, visando a objectivação dos comportamentos. Como exemplo, em Portugal, pode-se destacar o trabalho inovador de Graça Saraiva (1999), que utilizou como instrumento de investigação para a gestão e ordenamento de corredores fluviais, a percepção de pares fotográficos, no sentido de perceber como as diferentes paisagens fluviais eram avaliadas, neste caso específico salientando a importância da percepção da paisagem.

No caso concreto deste estudo sobre o contributo das praias fluviais para o desenvolvimento regional, o inquérito teve como objectivo analisar a percepção dos utilizadores/visitantes, no sentido de perceber qual a área de influência das praias fluviais, identificar os aspectos mais importantes para os seus utilizadores e, simultaneamente, os que mais lhes agradam e

desagradam, sobre os quais se devem centrar os investimentos futuros a realizar. Entender se a mudança é percebida pelos utilizadores de forma positiva.

Optou-se por elaborar um inquérito constituído por quinze questões, dez de carácter aberto e cinco fechadas. A opção por esta estrutura resultou do facto de este ser um trabalho dos primeiros trabalhos ao nível do estudo das praias fluviais, não existindo assim pistas que pudessem auxiliar a realização de um inquérito composto essencialmente por questões fechadas. Um dos principais objectivos foi não influenciar as respostas dos inquiridos, permitindo resultados mais rigorosos e fidedignos.

As questões estavam relacionadas com as praias onde foram realizados os inquéritos, com a Rede de Praias Fluviais do Pinhal Interior, com os factores de atracção daquela região, e de carácter mais geral com as praias fluviais.

Em cada uma das praias escolhidas, os inquéritos foram realizados em dois períodos distintos (dias úteis e fins-de-semana), de forma a permitir identificar contrastes entre os tipos e números de utilizadores.

Conforme se pode aferir no **Quadro III.8**, foram realizados 79 inquéritos, entre os dias 02 e 06 de Agosto, em quatro das praias integradas na Rede de Praias Fluviais do Pinhal Interior (Bogueira, Louçainha, Rocas e Ana de Aviz).

Quadro III.8 - Inquéritos Realizados

Praias Fluviais	N.º de Inquéritos	Data de Realização
Bogueira	20	02-08-08 e 05-08-08
Louçainha	14	02-08-08 e 05-08-08
Rocas	30	03-08-08 e 06-08-08
Ana de Aviz	15	03-08-08 e 06-08-08

As razões da selecção destas praias prendem-se com o facto de se integrarem na Rede de Praias Fluviais do Pinhal Interior, de serem passíveis de uso balnear²¹ e de apresentarem características distintas entre si (reveladas anteriormente aquando da descrição destas quatro praias).

Devido à natureza deste estudo, ao carácter inovador e ao espaço da sua realização, a definição da amostra foi um problema a contornar, pois era difícil conhecer o universo do

²¹ Ressalva-se que a praia das Rocas não se encontra designada como praia de banhos fluviais ou lacustres na Portaria n.º 579/2009, de 2 de Junho.

número de utilizadores das praias fluviais onde se iriam realizar os inquéritos. Desta forma, a definição da amostra acabou simplesmente por se basear no número de utilizadores existentes²², excepto na praia das Rocas, onde o número foi limitado a 30 por forma a não influenciar excessivamente os resultados, procurando-se respeitar a proporcionalidade entre as diferentes praias.

O inquérito foi realizado em dois períodos diários, de manhã (entre as 10h00 e as 12h00) e à tarde (das 15h às 17h00), divididos entre dias úteis e fins-de-semana (quando se verifica maior utilização balnear das praias). Optou por uma abordagem aleatória e directa (em vez de ser o próprio indivíduo a preencher o questionário), o que permitiu a validação de todos os inquéritos realizados e evitou, provavelmente, um elevado número de respostas em branco.

Durante a realização dos inquéritos foram mostrados panfletos de divulgação da Rede de Praias Fluviais do Pinhal Interior, visando esclarecer dúvidas que pudessem surgir, nomeadamente no que concerne à identificação de todas as praias que a integram.

De um modo geral, os inquéritos tiveram uma aceitação muito boa, registando-se um número reduzido de recusas.

A informação obtida nos inquéritos foi, posteriormente, tratada estatisticamente através do programa Statistical Package for Social Sciences (SPSS). Os resultados foram analisados e interpretados de forma conjunta, o que permitiu apresentar resultados globais, particularizando-se apenas algumas situações relevantes que pudessem influenciar determinados resultados.

5.2 - ANÁLISE DOS RESULTADOS

Conforme referido anteriormente foram realizados 79 inquéritos, destes 38% foram realizados na praia das Rocas, 25% na praia fluvial da Bogueira, 19% na praia Ana de Aviz e 18% na praia da Louçainha (**Quadro III.9**). Os valores embora reduzidos permitem uma análise exploratória dos dados que permitem pistas para um trabalho mais desenvolvido.

²² Consideravelmente reduzido em todas as praias, excepto na praia das Rocas.

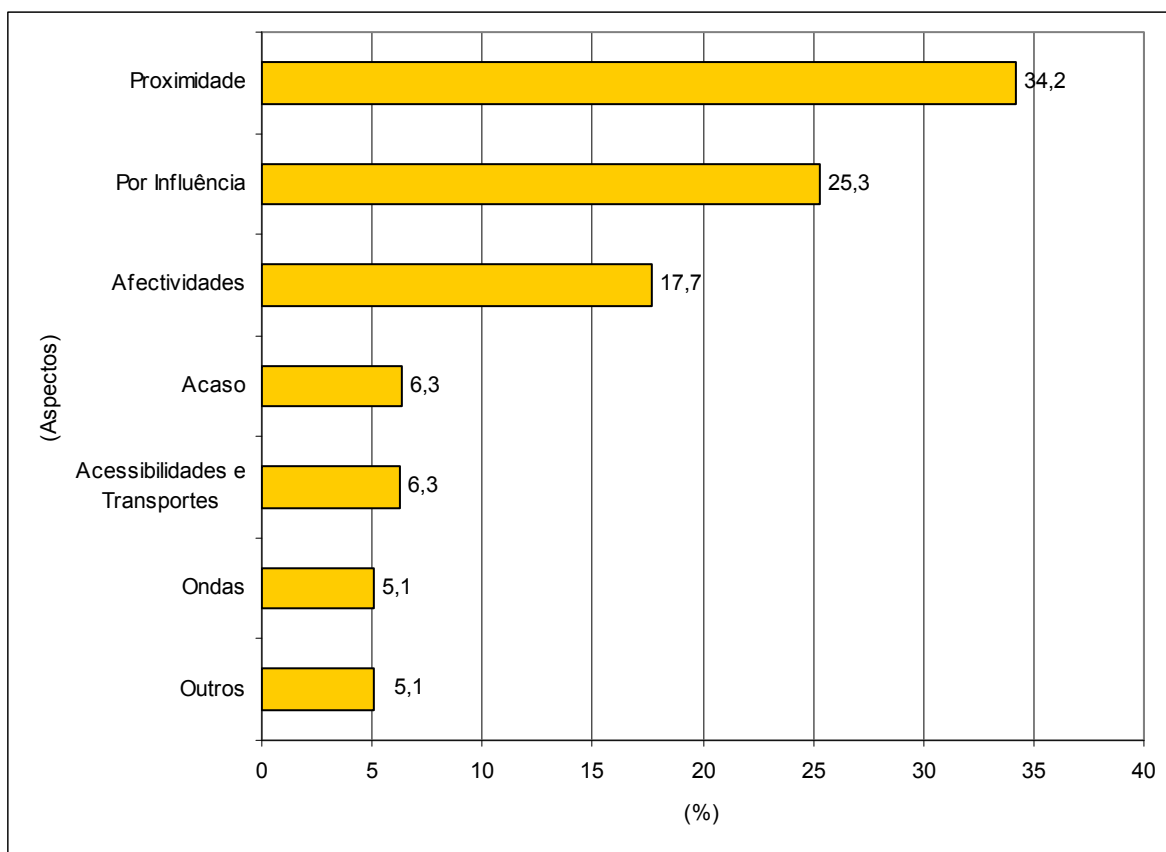
Quadro III.9 - Inquéritos Realizados

Praias Fluviais	N.º de Inquéritos	Representatividade (%)
Bogueira	20	25
Louçainha	14	18
Rocas	30	38
Ana de Aviz	15	19

Seguidamente, apresentam-se os principais resultados obtidos em cada uma das questões colocadas.

1. Porque escolheu esta praia?

A primeira questão procurou entender qual o principal motivo que levou os inquiridos a escolher a praia onde se encontravam, ou seja, o que justifica a sua presença naquele lugar e, numa primeira abordagem, a principal atracção para um utilizador de uma praia fluvial.

**Figura III.23 - Aspectos que motivaram a ida à praia**

A proximidade é o principal factor apontado, por cerca de 34% dos inquiridos, seguido pela influência de familiares e amigos (25%) e pelas afectividades²³ (18%).

A conjugação destes três factores (apontados pelos inquiridos como principais motivos de escolha da praia) revela a ainda reduzida área de influência das praias fluviais, localizadas em regiões interiores. O protótipo do utilizador corresponde, neste caso, ao indivíduo que vive nas localidades mais próximas à praia, ou que tem alguma ligação afectiva às mesmas (cresceu e/ou tem familiares, casa de férias naquela zona), o que demonstra a sua ainda reduzida capacidade de atracção.

O acaso (6,3%) é o quarto motivo mais importante apontado pelos inquiridos, embora seja já pouco representativo. Este tipo de inquiridos representa o grupo de indivíduos que, descobre a praias por mero acaso, numa deslocação ocasional pela zona ou que está, na sua maioria, pela primeira vez a passar férias naquela região.

Destacam-se ainda dois aspectos particulares que motivaram a escolha das praias da Louçainha e das Rocas. No primeiro caso, as Acessibilidades e Transportes (6,3%), associado ao transporte colectivo disponibilizado pela Câmara Municipal de Penela. Um autocarro recolhe população em várias localidades do concelho e transporta-as até à praia durante o período da manhã, sendo que ao fim da tarde faz o percurso inverso, gratuitamente.

Por outro lado, uma percentagem significativa dos utilizadores da praia das Rocas, justificam a sua ida pelas ondas, a principal atractividade daquela praia.

2. Como conheceu esta praia? Há quanto tempo a conhece? Quantas vezes a visitou?
--

O conjunto de perguntas que compõem a segunda questão do inquérito encontram-se interligadas entre si, e tinham como objectivo principal perceber de que forma os inquiridos conheceram aquela praia, há quanto tempo a conhecem, quantas vezes a visitaram e a relação entre estas duas últimas variáveis.

²³ Entende-se por “afectividades” a ligação emocional e afectiva que o indivíduo estabelece com determinado local e que pode determinar o gostar ou não do mesmo. Ter nascido ou passado a infância naquele lugar, ter ali familiares e amigos, são alguns exemplo.

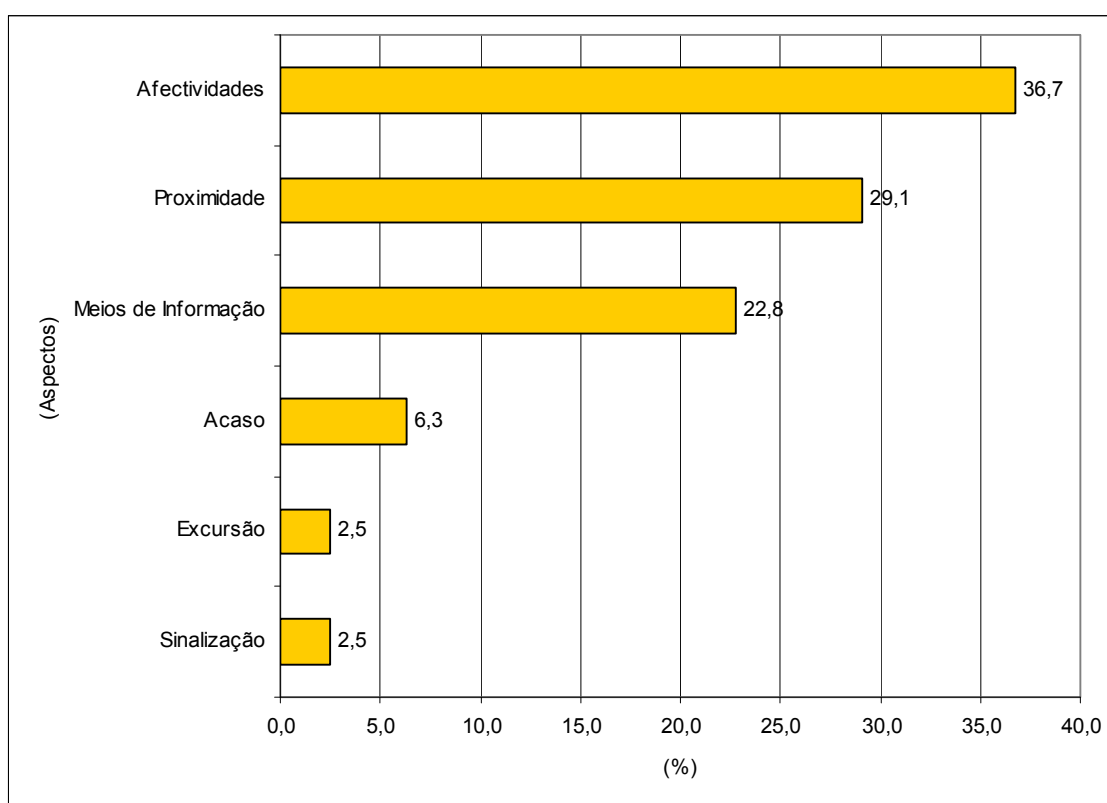


Figura III.24 - Forma como conheceram a praia

As afectividades (36,7%) e a proximidade (29,1%) foram os principais motivos apontados pelos inquiridos para justificar a forma como conheceram aquela praia, indo se encontro ao protótipo do utilizador identificado com a primeira questão, ou seja, o indivíduo que vive nas localidades mais próximas à praia, ou que tem alguma ligação afectiva às mesmas (cresceu e/ou tem familiares, casa de férias naquela zona).

Importa ainda referir que a divulgação a através dos meios de comunicação foi apontada por 22,8% dos inquiridos, sobretudo na praia das Rocas. Esta, que constitui uma excepção, tem sido, nos últimos tempos, bastante publicitada quer através da internet, quer em alguns jornais/revistas, podendo-se afirmar que existe já uma forte estratégia de marketing associada a esta praia que ainda não existe para as outras da rede, mas que se tenta agora, a pouco e pouco, implementar.

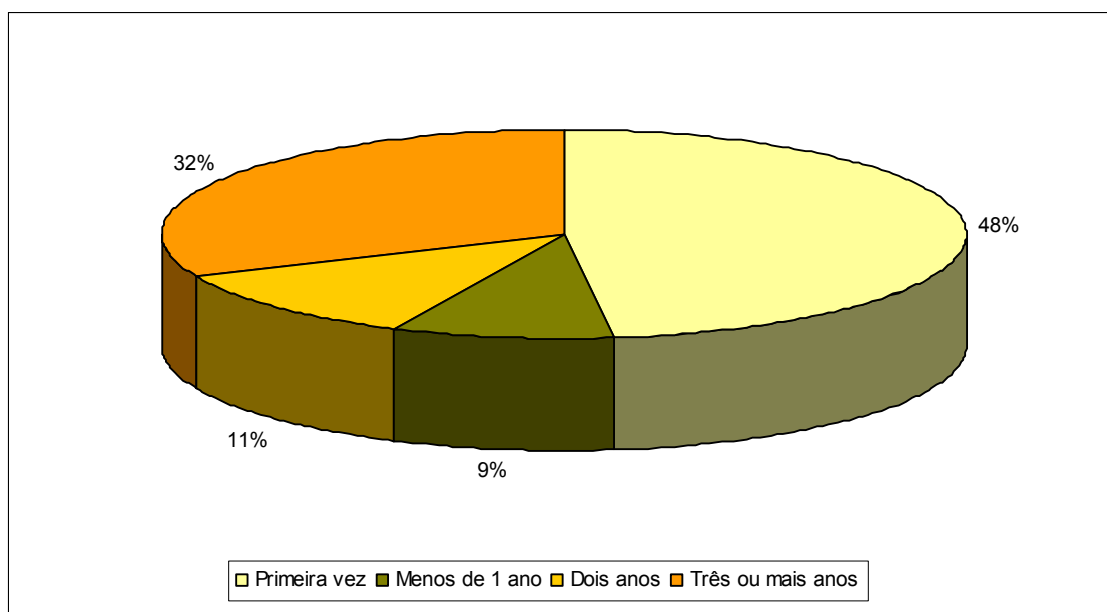


Figura III.25 - Há quanto tempo que conhecem a praia

Curiosamente, apesar de as afectividades e a proximidade terem sido os principais motivos apontados para justificar a forma como conheceram a praia onde foram realizados os inquéritos, 48% diz terem-na conhecido naquela mesmo dia (pela primeira vez). Esta percentagem significativa revela que até há pouco tempo as pessoas não estavam sensibilizadas para a existência de praias fluviais. No entanto, no Verão de 2008, estas foram bastante divulgadas nos Media, entrando de certa forma na “*moda*”, o que levou a que algumas pessoas as visitassem pela primeira vez. Assim muitos dos utilizadores embora fossem daquela área estavam pela primeira vez na praia fluvial, o que parece ser bastante animador em relação ao investimento feito.

Por outro lado, 32% dos inquiridos diz já a conhecerem há três ou mais anos, o que facilmente se depreende pela ligação afectiva ou de proximidade existente entre a maioria dos utilizadores e local.

A menor percentagem de inquiridos que conheceram a praia no próprio dia (primeira vez) verificou-se na praia da Bogueira (40%) e a maior na praia Ana de Aviz (53,3%). Por outro lado, o valor mais elevado de inquiridos que já conheciam a praia há três ou mais anos registou-se na praia da Louçainha e a menor na praia Ana de Aviz (20%), seguida da praia das Rocas (30%).

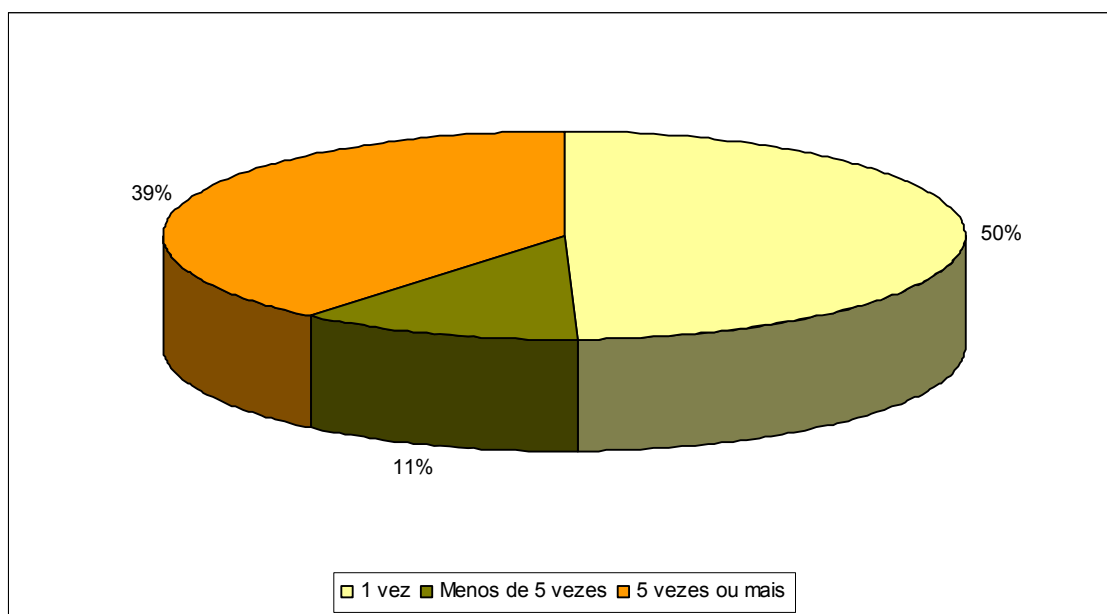


Figura III.26 - Número de vezes que visitaram a praia

A maioria dos inquiridos (50%) visitou a praia onde foi inquirido pela primeira vez sendo que, tal como referido anteriormente, 48% conheceram-na naquele mesmo dia. Estas percentagens são praticamente coincidentes e facilmente relacionáveis.

Também a percentagem de inquiridos que diz ter visitado aquela praia cinco vezes ou mais (39%) é muito próxima da percentagem que afirmaram já a conhecerem há três ou mais anos (32%).

Tal como seria de esperar existe uma correlação lógica entre o número de anos que a pessoa conhece aquela praia e o número de vezes que a visitou; ambos aumentam ou diminuem de forma progressiva e no mesmo sentido.

3. Diga qual o aspecto que mais e menos lhe agrada nesta praia.

Na terceira questão foi pedido aos inquiridos que identificassem o aspecto que mais e o que menos lhe agradava na praia, no sentido de compreender quais são os principais factores de atracção para os utilizadores das praias fluviais, assim como quais os aspectos que menos lhes agradam.

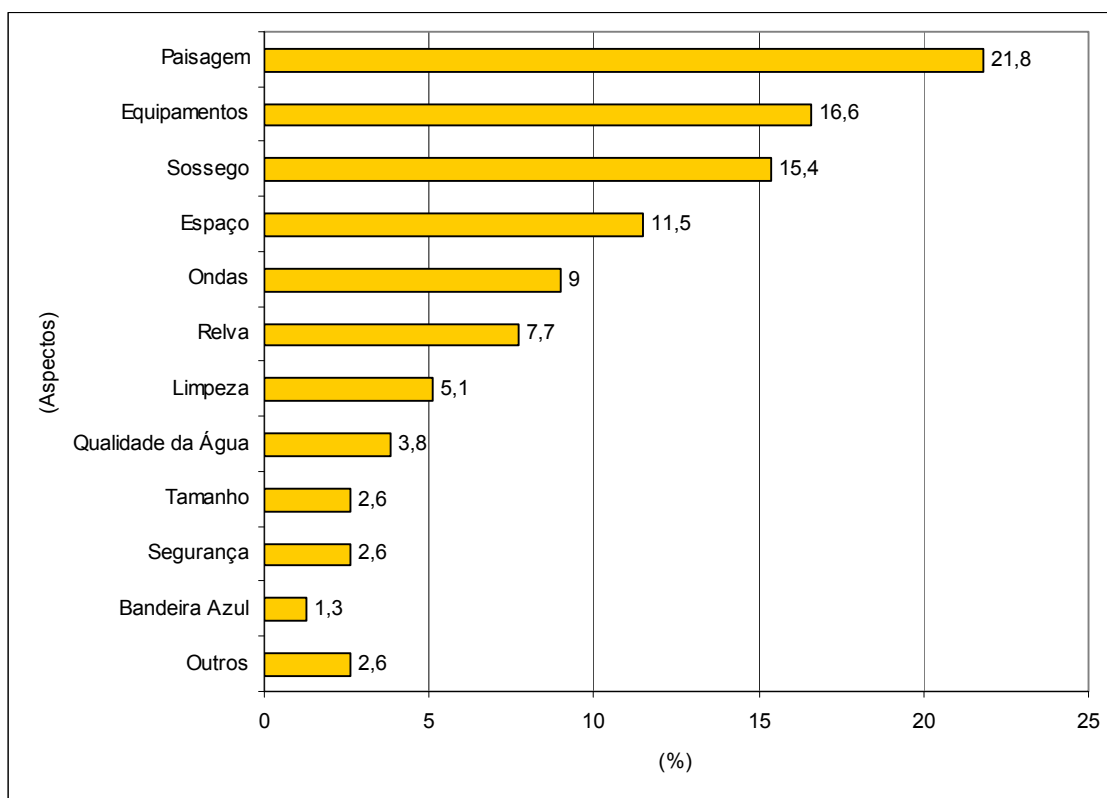


Figura III.27 - Aspectos que mais agradam na praia

Os três aspectos que mais agradaram aos inquiridos foram: a Paisagem, os Equipamentos e o Sossego.

Para melhor compreender estes resultados, será importante relacionar os aspectos apontados com as características naturais do território e com a sua própria realidade social da região onde se inserem as praias fluviais escolhidas para a execução dos inquéritos.

A paisagem foi o principal aspecto apontado pelos inquiridos como o que mais agrada (21,8%). O facto das praias fluviais escolhidas para a realização dos inquéritos se localizarem numa região de grande riqueza e beleza paisagística natural, onde a Serra da Lousã se assume como o elemento mais marcante, justifica em grande medida a percentagem obtida.

Os equipamentos são mencionados como o segundo aspecto que mais agrada aos inquiridos (16,6%), estando sobretudo relacionado com os bares de praia (importante principalmente a nível social, como ponto de encontro entre amigos/familiares) e com os apoios existentes na praia das Rocas (chapéus de sol, cadeiras, chuveiros, gaivotas para alugar, entre outros).

O sossego é um factor importante para 15,4% dos inquiridos, sendo apontado sobretudo nas praias da Louçainha e Bogueira, o que facilmente se depreende, pois para além de não

existirem núcleos urbanos de dimensão significativa na envolvente da mesma, o turismo não é ainda massificado como acontece com a maioria das praias litorais.

A escolha do sossego e da paisagem como aspectos que mais agradam na praia vai de encontro ao estudo de Vaz (2008), onde a mesma questão foi colocada aos inquiridos mas em relação às praias marítimas. Neste, os valores gerais obtidos foram de 21% para a paisagem e 37% para o sossego, o que demonstra a relevância destes aspectos para os veraneantes.

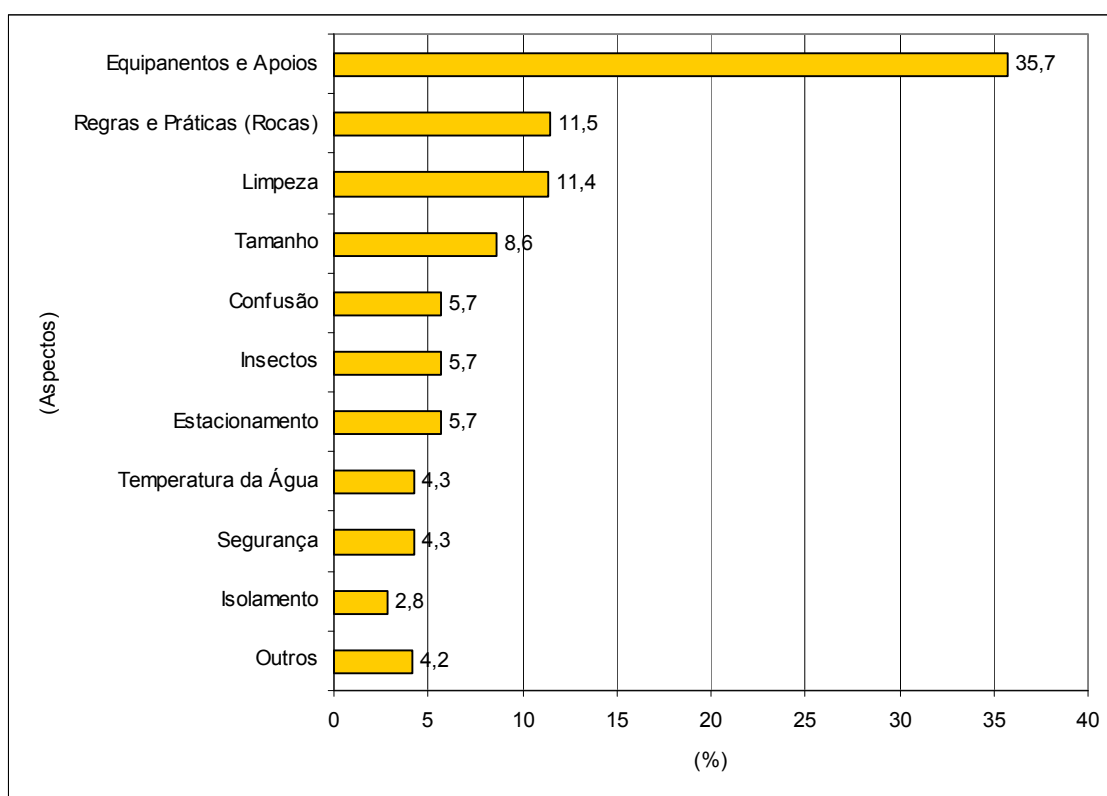


Figura III.28 - Aspectos que menos agradam na Praia

Por outro lado, os três aspectos apontados pelos inquiridos como os que menos agradam foram: os Equipamentos e Apoios, as Regras e Práticas e a Limpeza.

Os equipamentos e apoios foi o motivo mais apontado pelos inquiridos como o que menos agradava (35,7%), embora os equipamentos também tenham sido mencionados como um dos aspectos que mais agradavam (ocupado o segundo lugar, conforme anteriormente referido). Neste caso, este valor foi fortemente influenciado pela falta de sombras nas praias, principalmente nas Rocas (onde os chapéus de sol não eram suficientes para dar resposta às pretensões dos visitantes devido à elevada afluência), o que contribuiu para salientar ainda mais a importância deste aspecto.

As regras e práticas impostas, definidas para a praia das Rocas, foi o segundo motivo mais apontado (11,5%) e está fundamentalmente relacionado com a proibição de geleiras e chapéus-de-sol, com o sistema de entradas e o aluguer de sombras, que não satisfaz uma percentagem significativa dos utilizadores.

A limpeza é o terceiro aspecto que mais se evidencia pela negativa. O fundo das piscinas na praia das Rocas, com manchas de cor castanhas provocadas pelo ferro da água, que aparentam ser ferrugem, desagrada aos utilizadores deste espaço.

Da análise efectuada aos resultados obtidos, constata-se que na praia das Rocas, embora tenha uma enorme afluência de visitantes, é onde existe maior descontentamento, devido sobretudo ao facto de não se respeitar a sua capacidade de carga. Por ter crescido, em termos de número de visitantes, demasiado depressa deixou de conseguir dar resposta às necessidades dos utilizadores que, devido ao facto de pagarem entrada, são mais exigentes ao nível do serviço prestado e da qualidade o empreendimento.

4. Mudaria alguma coisa nesta praia? Se sim, o quê?

Na quarta pergunta deste inquérito, questionaram-se os inquiridos sobre o desejo ou não de alterar algum aspecto na praia, ao que 73,4% responderam afirmativamente.

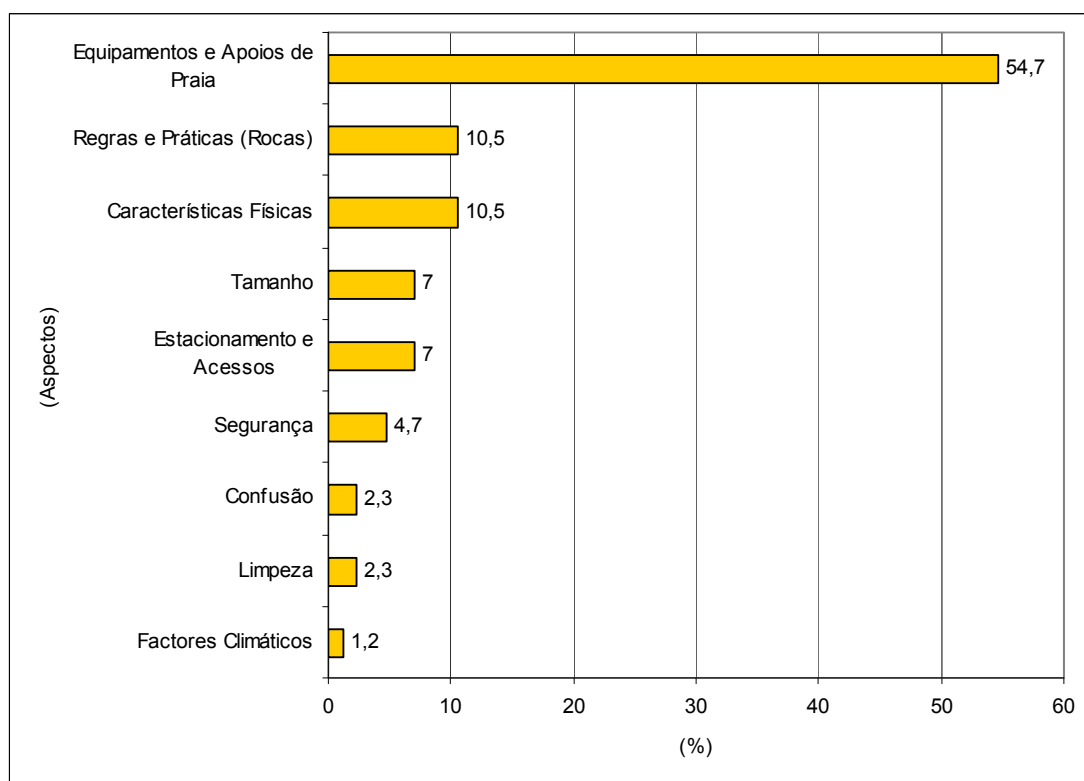


Figura III.29 - Aspectos que os utilizadores mudariam na Praia

As principais alterações propostas estão relacionadas com os equipamentos e apoios de praia (apontados por 54,7% dos inquiridos que desejavam mudar algum aspecto das praias), visando a sua melhoria qualitativa e quantitativa. Foi expresso o desejo de aumentar o número de sombras e de aproximar os equipamentos da zona balnear da praia, como por exemplo os bares que se localizavam à entrada da praia.

5. Como considera o nº de utilizadores desta praia no momento actual?

Excessivo ☐ Está bem assim ☐ Poucos ☐

No que concerne à percepção do número de utilizadores presentes na praia no momento da entrevista, os resultados são bastantes expressivos, sendo que 66% dos inquiridos considera o número de utilizadores adequado.

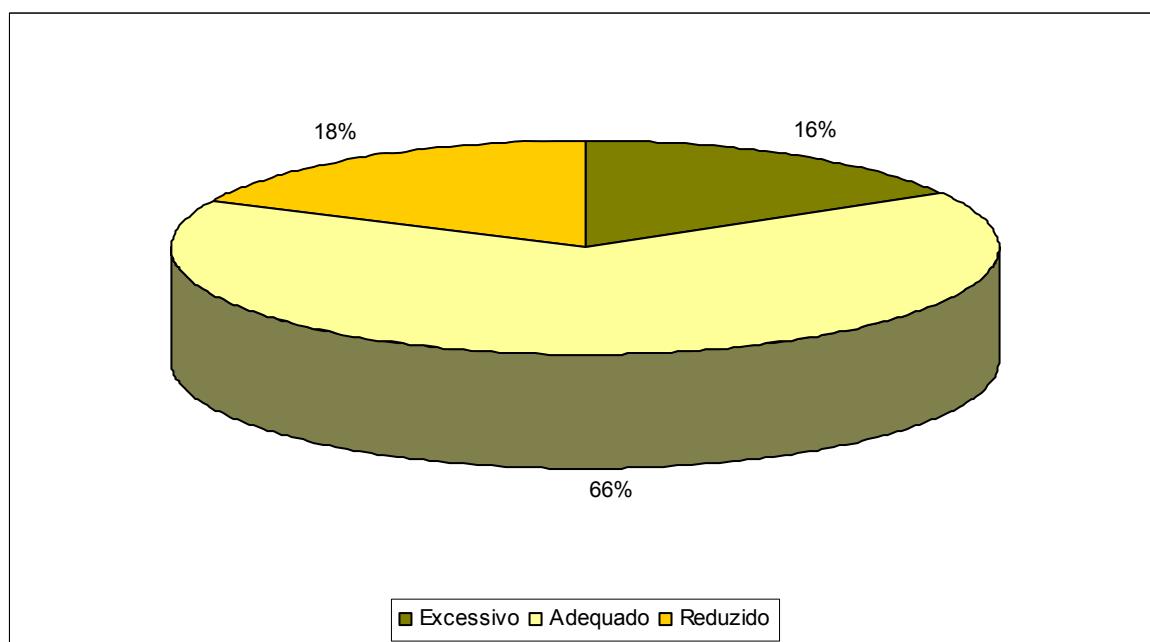


Figura III.30 - Opinião dos utilizadores relativamente ao número de pessoas na praia

O número excessivo de utilizadores foi apontado, sobretudo, na Praia das Rocas, onde se verificou, aquando da elaboração dos inquéritos, uma afluência significativa de banhistas. Esta é uma praia muito procurada pelas suas características peculiares (ex: as ondas), apresentando uma utilização intensiva principalmente nos meses de Julho e Agosto.

Por outro lado, o número de utilizadores foi considerado reduzido na praia da Louçainha, que apresenta características mais naturais e que não se encontra inserida em nenhum aglomerado urbano.

6. Já ouviu falar da Rede de Praias Fluviais do Pinhal Interior?

Com esta questão pretendia-se saber se os inquiridos tinham conhecimento da existência da Rede de Praias Fluviais do Pinhal Interior, ou seja, se o conceito de Rede conjunta de praias é suficiente e eficazmente divulgado de forma a conseguir chegar aos seus utilizadores.

Importa referir que apenas 21,5% dos inquiridos afirmou ter conhecimento da existência desta rede, registando-se a percentagem mais baixa na praia Ana de Aviz (13,3%). Constatase assim que a grande maioria dos utilizadores das praias onde foram realizados os inquéritos não tinham conhecimento da existência da Rede de Praias Fluviais do Pinhal Interior, apesar de todo o investimento realizado na sua divulgação, o que requer ponderação em relação à estratégia seguida.

7. Se sim associa-a a alguma símbolo/mascote? Qual?

As praias escolhidas para a realização dos inquéritos inserem-se na “*Rede de Praias Fluviais do Pinhal Interior*”, cuja mascote é o “*Lontrinhas*”.

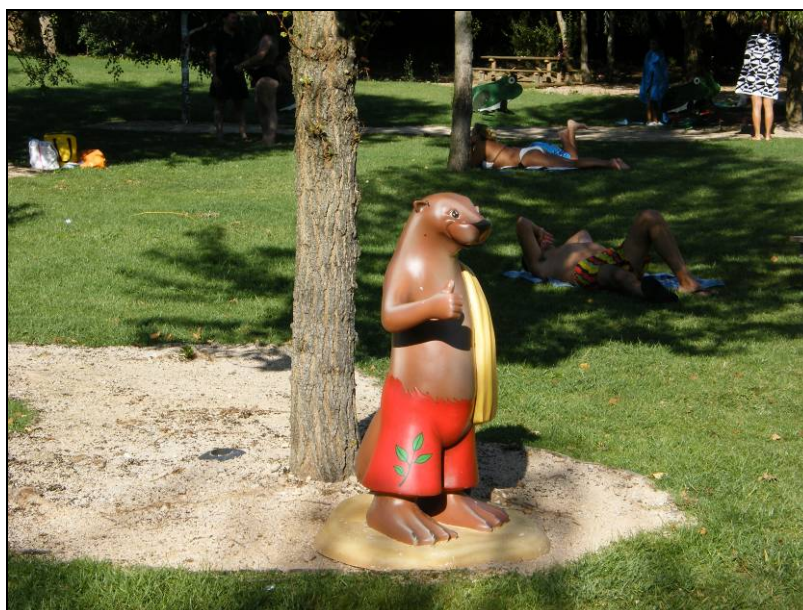


Figura III.31 - O “Lontrinhas”, mascote da Rede de Praias Fluviais do Pinhal Interior

Esta questão relacionada com o símbolo/mascote da rede de praias fluviais tinha como objectivo perceber até que ponto existia um reconhecimento “*visual*” da Rede e a divulgação da mesma estaria a ser conseguida.

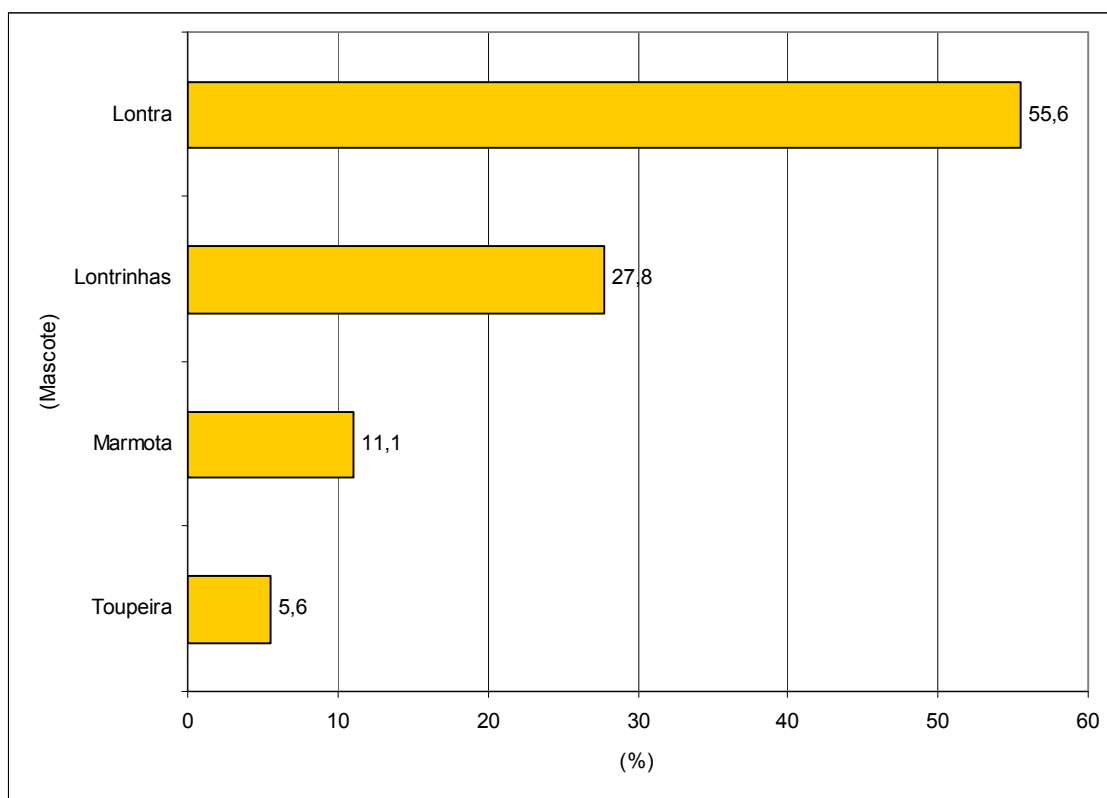


Figura III.32 - Símbolo ou mascote que os utilizadores associam à RPFPI

O reconhecimento da mascote significa que os princípios associados às campanhas de divulgação da rede, visando transmitir uma “*imagem*” global da mesma através de um símbolo relacionado com as praias fluviais que possa ser identificado facilmente, estão a ser, de alguma forma, alcançados.

Do total de inquiridos que responderam afirmativamente associar a rede a alguma mascote/símbolo, 83,4% conseguiram identificá-lo correctamente, embora 55,6% reconheça somente que é uma lontra e não se recorde ou saiba como é designada/denominada (apenas 27,8% respondeu “*lontrinhas*”). Os restantes 16,7% confundiram a mascote com outros animais como a marmota e a toupeira.

8. Já visitou outras praias fluviais integradas nesta Rede? Quais (mostrar mapa)?

Apesar da grande maioria dos inquiridos não ter conhecimento da existência da Rede de Praias Fluviais do Pinhal Interior, quando confrontados com o folheto onde estavam representadas todas as praias integradas na Rede, 70,9% afirmaram já terem visitado outras, sendo que as maiores percentagens se verificaram nas praias da Bogueira e Ana de Aviz (90% e 80% respectivamente). Opostamente, a percentagem mais baixa registou-se na Praia das

Rocas, que atrai visitantes sobretudo por representar um produto turístico muito específico e diferente, que se deslocam até aquela região com o único propósito de usufruir daquele espaço único.

As praias mais conhecidas/visitadas pelos inquiridos eram as que localizavam mais próximas do local onde se encontravam ou onde estavam alojados, nomeadamente as praias: Sra. da Piedade (16,3%), Rocas (13,9%), Fragas de S. Simão (11,6%) e Poço da Corga (11,6%).

Por outro lado, as praias menos visitadas e conhecidas são as que apresentam uma localização mais interior ou uma acessibilidade difícil (maus acessos e/ou uma elevada distância/tempo), destacando-se neste caso as praias de Açude de Pinto, Aldeia Ruiva e Ortiga.

Os resultados obtidos da análise das respostas a esta questão evidenciam uma vez mais o papel do factor proximidade na escolha de uma praia.

9. Indique uma praia integrada na Rede de Praias Fluviais do Pinhal Interior que não tivesse gostado de visitar e explique porquê.

Quando questionados sobre as praias integradas na Rede de Praias Fluviais do Pinhal Interior que não gostaram de visitar, apenas 40,5% dos inquiridos conseguiu responder a esta pergunta.

Entre as praias referidas destacam-se duas: a praia das Rocas (31,3%) e a praia das Fragas de S. Simão (18,7%). No entanto, será importante reter que a escolha dos locais indicados é feita em função dos espaços que os indivíduos já visitaram, daí que mais importante que a praia indicada é reter o motivo pelo qual se gosta ou não de determinada praia.

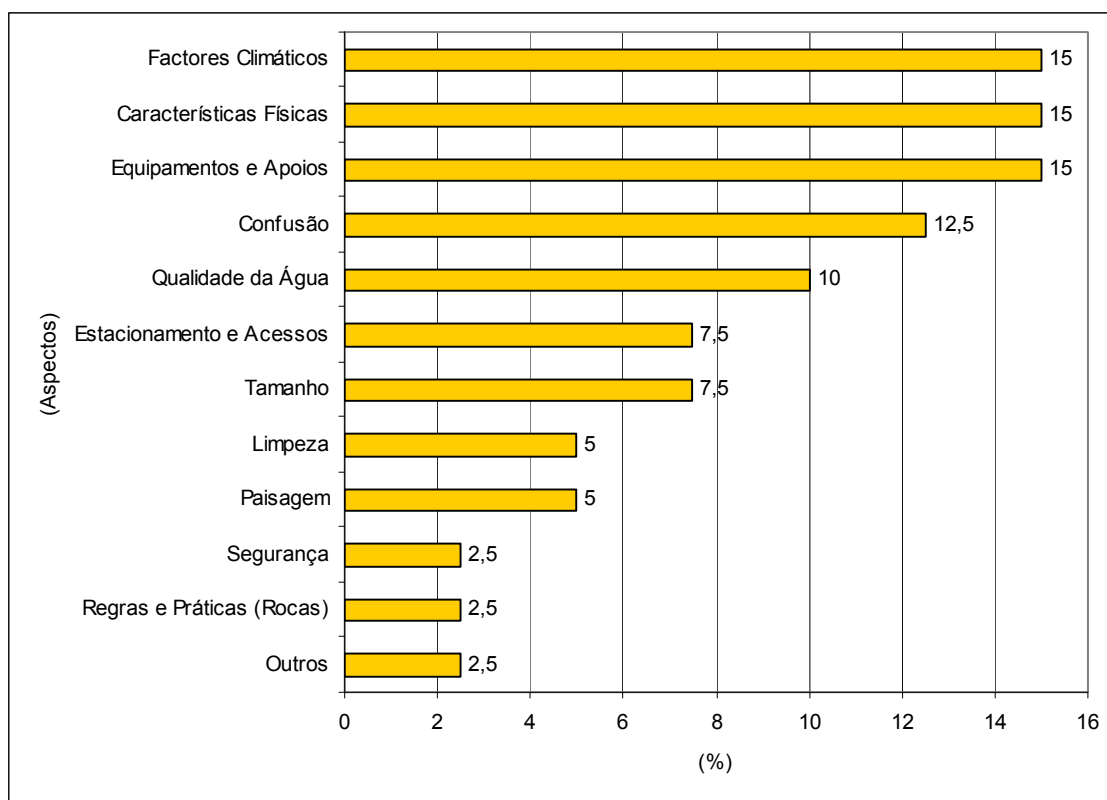


Figura III.33 - Aspectos negativos referidos pelos utilizadores

Os três motivos mais apontados pelos inquiridos, com percentagens idênticas (15%), foram: os factores climáticos, as características físicas e os equipamentos e apoios.

A baixa temperatura da água (considerado um factor climático), que se acentua nas praias que se localizam junto à nascente dos rios, é uma das características das praias fluviais que mais desagrada aos banhistas.

O motivo características físicas está associado maioritariamente ao fundo da piscina/rio (que pode manter características naturais ou ser artificializado), à existência de rochas (praia das Fragas de S. Simão), ou ao facto de a praia ser muito artificial (praia das Rocas).



Figura III.34 - Praia das Rocas



Figura III.35 - Praia das Fragas de S. Simão

O outro motivo com maior relevância é falta de equipamentos e apoios de praias, nomeadamente de chapéus-de-sol, cadeiras/espreguiçadeiras, chuveiros e outros equipamentos de diversão como pranchas de salto.

10. Indique qual é para si a melhor praia integrada na Rede de Praias Fluviais do Pinhal Interior. Porquê.

No seguimento da questão anterior, pretende-se neste ponto identificar quais as melhores praias integradas na Rede de Praias Fluviais do Pinhal Interior para os inquiridos, e sobretudo qual o motivo que está por detrás dessa escolha.

As três praias da rede que registaram a maiores percentagens, ou seja, identificadas pelos inquiridos como as melhores foram: Rocas (30,4%), Bogueira (21,7%) e Ana de Aviz (17,4%).

Rocas é simultaneamente apontada por um número significativo de inquiridos, que a identificou quer como uma das piores, quer como uma das melhores da Rede, o que demonstra existir alguma controvérsia em torno do conceito desta praia, que apresenta características muito peculiares e distintas das restantes praias integradas na rede.

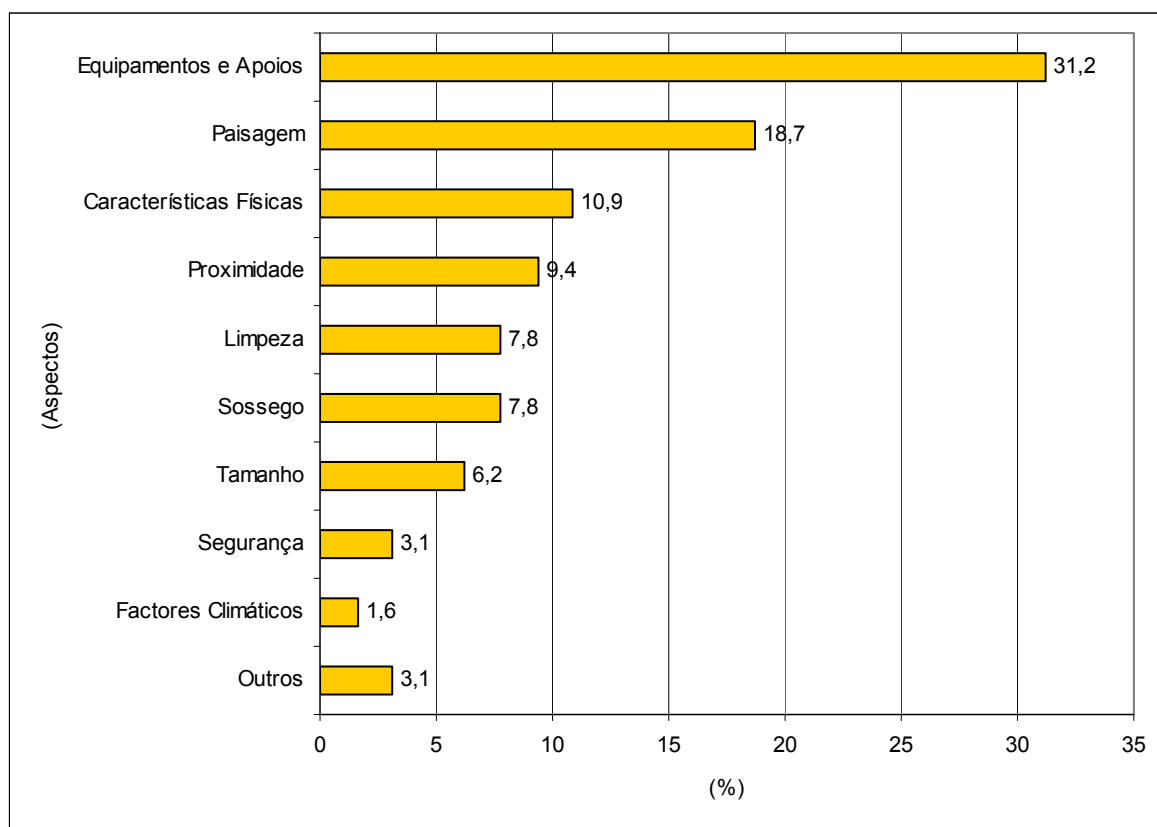


Figura III.36 - Aspectos que os utilizadores valorizam nas praias

No que concerne aos motivos em que se baseiam a escolha dos inquiridos importam destacar dois: os equipamentos e apoios (31,2%) e a paisagem (18,7%).

O aspecto equipamentos e apoios foi sobretudo apontado pelos inquiridos que identificaram como melhores praias Rocas e Bogueira.

No que se refere à praia das Rocas, o que mais se realçou foi a diversidade de equipamentos e apoios de praia (chapéus de sol, espreguiçadeiras, gaivotas para alugar, entre outros). Por outro lado, na praia da Bogueira destaca-se a existência de uma pequena piscina para as crianças, que parece cativar bastante os seus utilizadores.

A paisagem foi também um dos elementos principais na escolha da melhor praia integrada na Rede, sendo apontado maioritariamente pelos inquiridos que se encontravam nas praias da Louçainha e das Rocas. Curiosamente, estas duas praias são em termos paisagísticos muito diferentes uma da outra:

- ♦ A praia da Louçainha é considerada uma das mais naturais, sendo que na sua envolvente predominam essencialmente áreas verdes e a intervenção antrópica é

reduzida. Esta encontra-se consideravelmente afastada dos aglomerados urbanos de maior dimensão.

- ♦ A praia das Rocas localiza-se no interior do aglomerado de Castanheira de Pêra, predominando uma paisagem sobretudo urbana. Constitui um complexo de piscinas fortemente artificializado, com grande diversidade de equipamentos e apoios de praia e reduzidos espaços verdes.

O facto da praia das Rocas, localizada no centro de Castanheira de Pêra, estar integrada numa paisagem marcadamente urbana, em oposição às demais praias da RPFPI (inseridas em paisagens rurais ou naturais), parece cativar os seus utilizadores. Por outro lado, a paisagem natural agrada sobretudo a quem no seu dia-a-dia vive em grandes centros urbanos, principalmente aos visitantes que não vivem nesta região.

11. Conhece outras praias fluviais fora da Rede? Se sim, quais?

As praias da Bogueira e Louçainha apresentaram a maior número de inquiridos que afirmou conhecer outras praias fluviais fora da rede (70% e 78,6%, respectivamente). A maioria não consegue identificar os nomes das praias que já visitou, mas menciona os concelhos/região onde se inserem, sendo um dos mais referidos Coimbra. Também foram apontadas algumas praias fluviais localizadas na região Norte.

Coimbra é umas das principais cidades da região Centro, concentrando determinados serviços/actividades económicas que servem os concelhos mais próximos, nomeadamente Penela e Lousã, pelo que é perfeitamente normal que grande parte dos utilizadores destas duas praias conheça outras naquele concelho.

Opostamente, a maioria dos inquiridos (73,3%) na praia de Ana de Aviz diz desconhecer outras praias fluviais.

A praia da Rocas apresenta um maior equilíbrio entre os utilizadores que dizem conhecer e os que afirmam desconhecer outras praias fluviais fora da rede (56,7% e 43,3% respectivamente).

12. Numa escala com quatro níveis - nada, pouco, algum e muito - Considera que a Rede de Praias Fluviais é positiva para a: divulgação da região, atracção de turistas, atracção de investimento, melhoria da qualidade de vida da população, fixação de jovens?
--

Para esta questão foram considerados previamente 5 factores: divulgação da região, atracção de turistas, atracção de investimento, melhoria da qualidade de vida da população e fixação de jovens.

Pedi-se aos inquiridos que, numa escala com quatro níveis (nada, pouco, algum e muito), classifikassem o contributo positivo da Rede de Praias Fluviais para os factores anteriormente referidos.

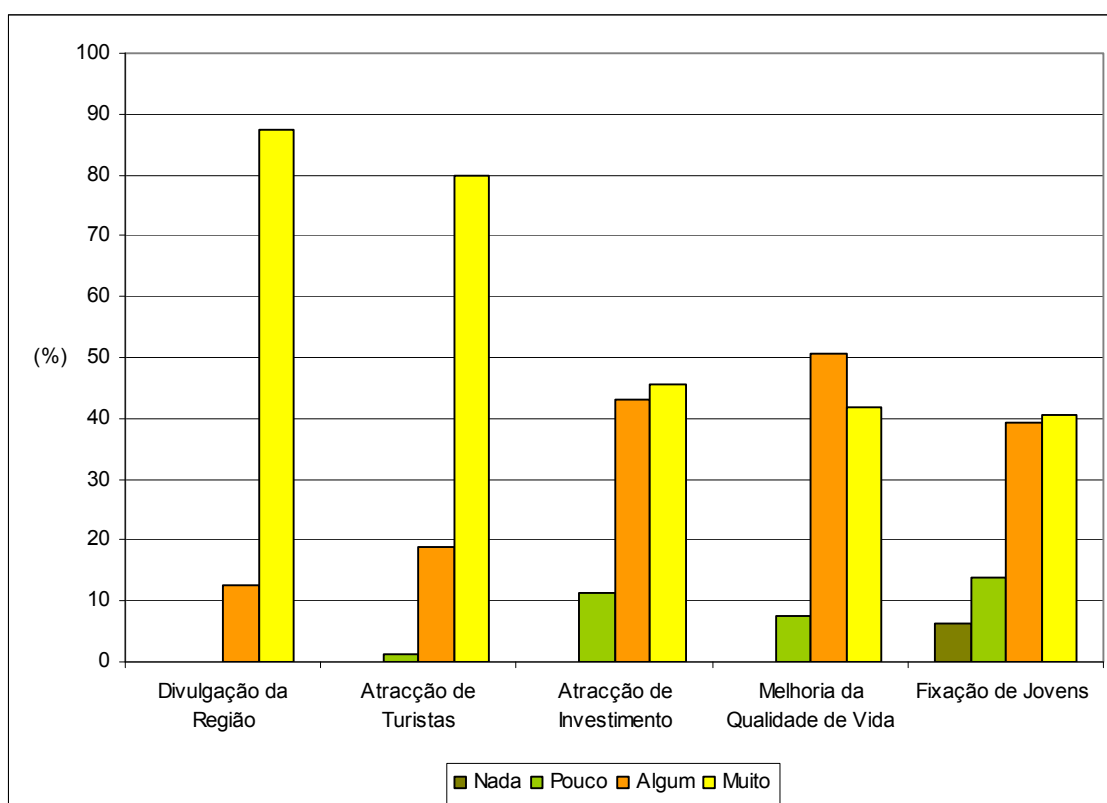


Figura III.37 - Grau de importância dos aspectos apresentados aos utilizadores, no concerne ao contributo da RPFPI

Os resultados obtidos demonstram que, para os inquiridos, a Rede de Praias Fluviais é muito importante para a divulgação da região (87,3%) e para a atracção de turistas (sendo que mais de 75% dos inquiridos classificaram este factor como muito importante).

O contributo para a fixação de jovens foi o único aspecto qualificado como “*nada importante*” pelos inquiridos, embora com uma percentagem abaixo dos 10%.

Da análise global aos resultados obtidos com esta questão, pode-se concluir que a grande maioria dos inquiridos acredita que a Rede de Praias Fluviais do Pinhal Interior pode contribuir de alguma forma para o desenvolvimento daquela região, nomeadamente através

dos 5 factores pré-definidos para esta questão (embora lhes sejam atribuídos diferentes pesos, conforme se retira da análise anteriormente efectuada).

13. Numa escala com quatro níveis - nada, pouco, algum e muito - Quais dos seguintes aspectos considera ser importantes quando visita uma praia fluvial: tamanho, formato, temperatura da água, qualidade da água, clima (vento e temperatura), enquadramento paisagístico, limpeza, segurança, equipamentos, estacionamento.

Para esta questão foram seleccionados 10 factores que podem caracterizar/ distinguir uma praia fluvial ou que podem ser importantes para os seus utilizadores: tamanho, formato, temperatura da água, qualidade da água, clima (vento e temperatura), enquadramento paisagístico, limpeza, segurança, equipamentos e estacionamento.

Pretendia-se, com esta pergunta, saber qual o grau de importância que cada um dos aspectos apresentados representava para os entrevistados, numa escala com quatro níveis (nada, pouco, algum e muito).

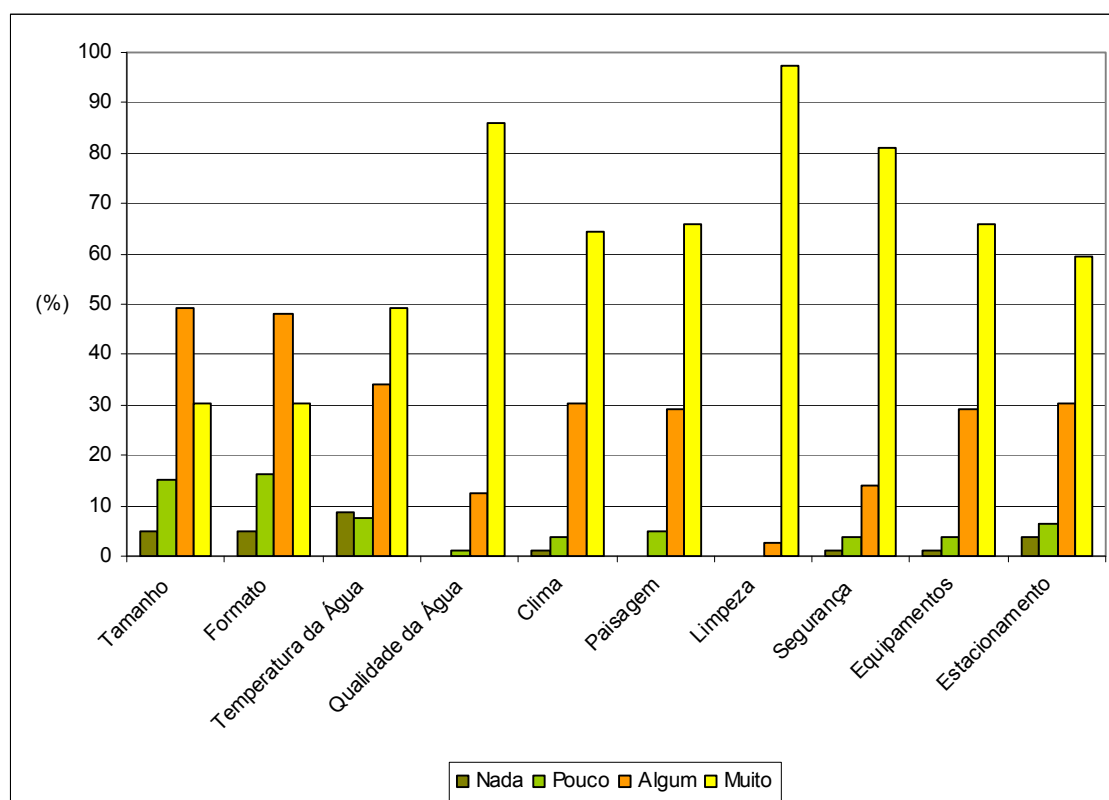


Figura III.38 - Grau de importância dos aspectos apresentados aos utilizadores, aquando da visita à praia

Os factores considerados mais importantes (que mais de 60% dos inquiridos classificam como “*muito*” importantes) foram: a limpeza, a qualidade da água, a segurança, a paisagem, os equipamentos e o clima. À excepção do clima, os restantes aspectos podem ser influenciados de forma directa pela acção antrópica (ex: limpeza – lixo na areia, qualidade da água – actividades poluentes e descargas nos rios, segurança – existência ou não de nadador-salvador, paisagem – urbana/rural/natural, equipamentos – criação ou não de novos equipamentos e apoios de praia).

Por outro lado, o tamanho, o formato e a temperatura da água, que determinam parte das características físicas de uma praia fluvial, foram os aspectos que detiveram as maiores percentagens de respostas com “*nada*” ou “*pouco importante*”. Estes são também os que o homem mais dificuldades terá em modificar, em alterar de acordo com a sua vontade.

Esta questão permitiu saber o grau de importância que os banhistas atribuem a cada um dos factores apresentados, independentemente de estes poderem ser ou não preponderantes na escolha de uma praia.

Num estudo anterior, Vaz (2008) colocou uma questão idêntica aos utilizadores de praias marítimas e os resultados foram muito semelhantes: os aspectos limpeza, qualidade da água e segurança foram considerados como os mais importantes; por outro lado o tamanho e o formato surgem como os menos importantes. Para além deste estudo permitir validar os resultados obtidos, demonstra que os utilizadores, quer de praias marítimas, quer de praias fluviais, de um modo geral, valorizam os mesmos aspectos, o que poderá significar que as praias fluviais terão capacidade para atrair parte dos veraneantes costeiros, que procurem por exemplo fugir das áreas litorais mais congestionadas. Neste sentido, será fundamental apostar nos aspectos mais importantes para os utilizadores, quer de praias fluviais, quer marítimas.

14. Quais considera ser as duas principais atracções para o turismo desta região?

Esta questão aberta pretendia saber até que ponto os inquiridos consideravam as praias fluviais um factor de atracção para o turismo da região, sem influenciar de algum modo as respostas com a apresentação de factores já definidos.

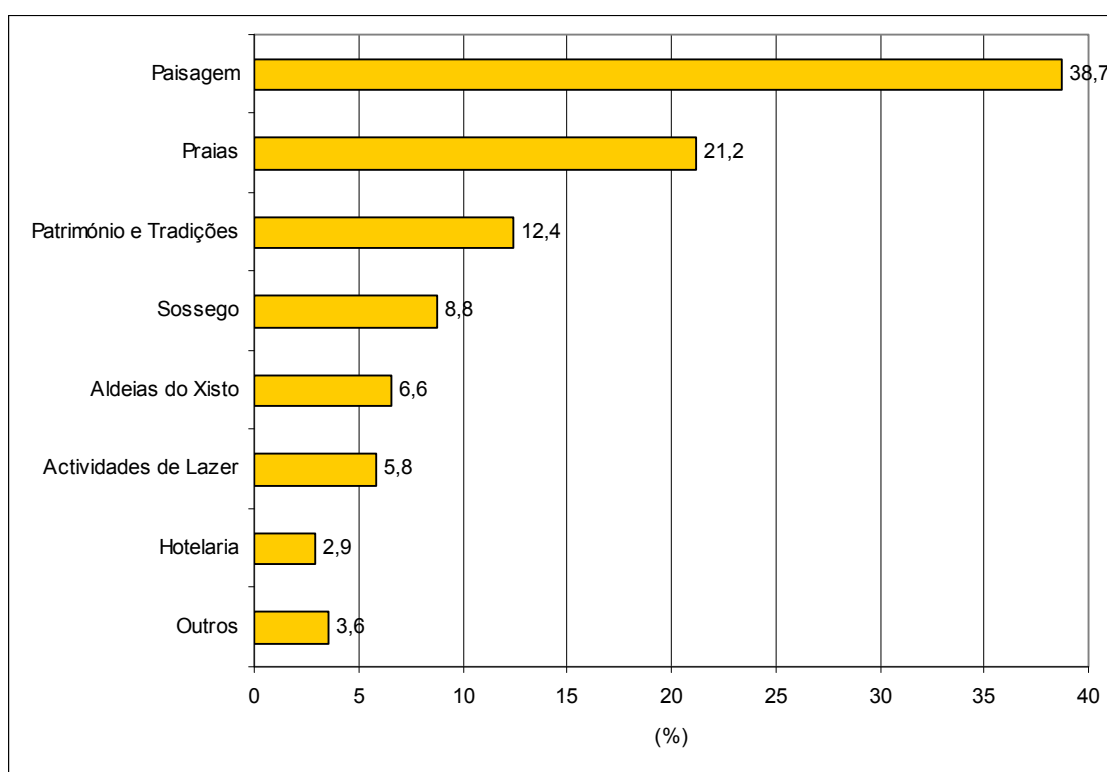


Figura III.39 - Principais atracções para o turismo da região

A paisagem foi considerada pelos inquiridos a maior atracção para o turismo da região (38,7%),

As praias fluviais, com 21,2%, foram consideradas a segunda grande atracção turística daquela região, o que reflecte a grande aposta que tem sido feita recentemente nesses espaços e na sua divulgação, principalmente nos integrados na Rede de Praias Fluviais do Pinhal Interior. No entanto, é importante ressaltar que este resultado é influenciado pelo local de realização dos inquéritos (praias fluviais), bem como pelo tipo de inquirido (utilizador/visitante da praia).

As Aldeias do Xisto surgem apenas no sexto lugar (com 6,6%), o que pode ser revelador da fraca valorização que a população local lhes atribui, pois a maioria dos inquiridos vive naquela região ou tem alguma ligação afectiva à mesma.

No entanto, importa referir que as Aldeias do Xisto são um importante produto turístico da região (senão actualmente o mais importante), procurado sobretudo por turistas estrangeiros (com forte predominância de turistas alemães). Contudo, este é um produto de qualidade e

dispendioso, e por estes motivos não acessível a todos os indivíduos, pelo que dificilmente se associará a um turismo de massas.

Apesar da Rede de Praias Fluviais do Pinhal Interior procurar associar a sua imagem e apostar na divulgação conjuntamente com o produto turístico Aldeias do Xisto (pelo que se passou a denominar de Rede de Praias Fluviais do Pinhal Interior e das Aldeias do Xisto), as praias fluviais atraem um tipo de turismo diferente: acessível em termos económicos e mais restrito no que concerne à sua área de influência (local e/ou regional).

15. Numa escala com quatro níveis - nada, pouco, algum e muito - Qual a importância dos seguintes aspectos para aumentar a atracção desta área: acessibilidades, restauração, alojamento, serviços de saúde, equipamentos de lazer, actividades (desportivos, de recreio e lazer), promoção e divulgação (jornais, TV, posto de turismo).

Na última questão foram apresentados cinco factores que se consideram importantes para aumentar a atracção daquela região (acessibilidades, restauração, alojamento, serviços de saúde, equipamentos de lazer, actividades desportivas/de recreio e lazer, promoção e divulgação através de jornais, televisão, posto de turismo, entre outros meios).

Pedi-se aos entrevistados que avaliassem, numa escala com quatro níveis (nada, pouco, algum e muito), o grau de importância de cada um dos factores apresentados para aumentar a atracção daquela área.

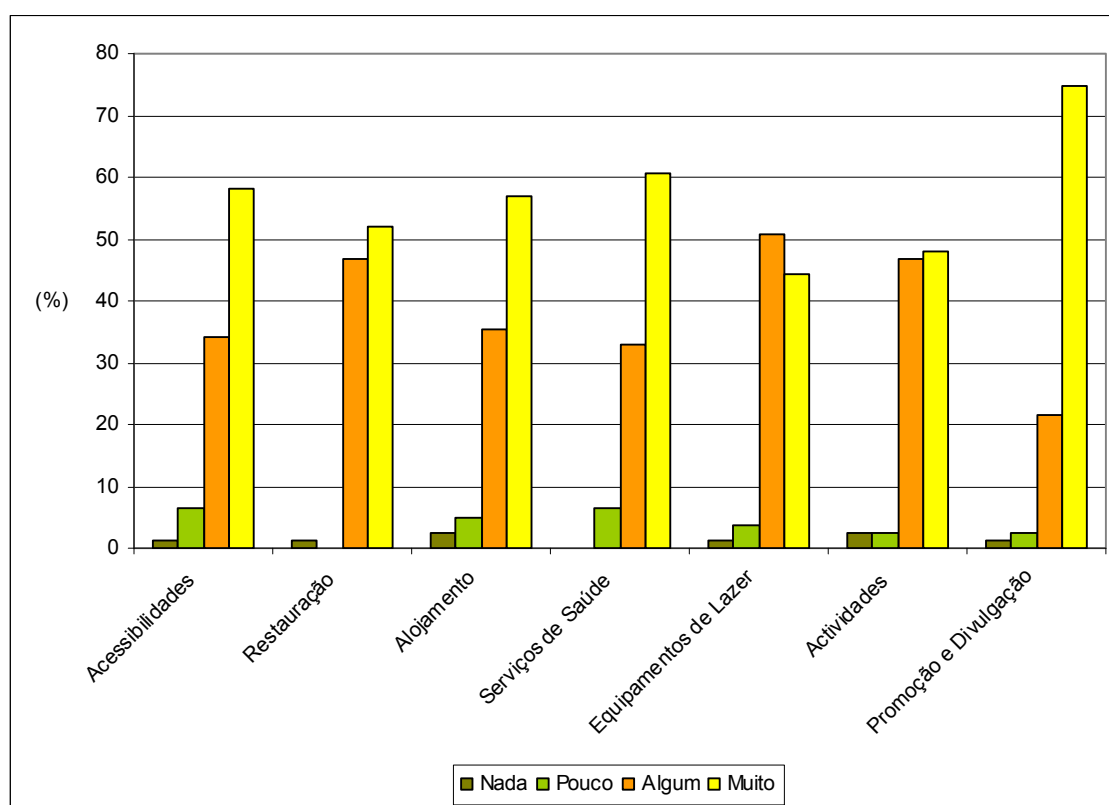


Figura III.40 - Grau de importância dos aspectos apresentados aos utilizadores, no que concerne ao seu contributo para aumento da atracção da região

A promoção e divulgação são consideradas pelos inquiridos o factor mais importante (entre os sete apresentados) para aumentar a atracção da região. Seguidamente surgem os serviços de saúde e as acessibilidades.

Todos os factores pré-definidos para esta questão foram, de um modo geral, considerados importantes para promover a atractividade regional/local, predominando as classificações “*muito*” e “*algum*”. As respostas “*nada*” e “*pouco*” importante registaram percentagens muito baixas (no primeiro caso abaixo dos 5% e no segundo dos 10%).

5.3 - IDENTIFICAÇÃO DA AMOSTRA

Aquando da realização dos inquéritos procurou-se manter um equilíbrio em relação ao género e à distribuição etária do universo.

No que concerne ao género este objectivo foi conseguido, tendo-se inquirido 51,9% de indivíduos do sexo masculino e 48,1% do sexo feminino.

Relativamente à distribuição etária esta tarefa tornou-se bastante mais difícil (senão impossível), devido principalmente, ao número reduzido de veraneantes nas praias que não permitiu pré-seleccionar os indivíduos a inquirir, optando-se assim por abordar o maior número de pessoas. Os grupos etários menos representativos foram o dos indivíduos com mais de 50 anos (7,6%). Opostamente, os grupos com idades compreendidas entre os 31 e 50 anos (49,4%) e os 19 e os 30 anos (34,2%) foram os mais expressivos. Ao grupo de indivíduos com 18 ou menos anos foram realizados 8,9% dos inquéritos.

Nas praias da Louçainha e das Rocas foi possível inquirir indivíduos de todos os grupos etários, no entanto, nas praias da Bogueira e Ana de Aviz o mesmo já não foi conseguido. No primeiro caso não foi possível inquirir indivíduos que integravam os grupos etários com idades compreendidas entre os 51 – 64 anos e com 65 ou mais anos; no segundo caso apenas indivíduos com 65 ou mais anos.

Quadro III.10 - Local de Alojamento (%)

Local de Alojamento	Praias				Total
	Bogueira	Louçainha	Rocas	Ana de Aviz	
Concelho onde se insere a Praia	65	43	10	40	35
Outros concelhos integrados na RPFPI	20	21	10	7	14
Coimbra	10	21	20	53	24
Outros Região Centro	5	-	47	-	22
Região Norte	-	-	10	-	4
Outros	-	14	3	-	1

No que concerne ao local de alojamento, constata-se que a maioria dos indivíduos inquiridos nas praias da Bogueira e da Louçainha estavam alojados no próprio concelho onde se inserem as respectivas praias (65% e 42,9% respectivamente). Por outro lado, os inquiridos na praia das Rocas encontravam-se sobretudo alojados noutros concelhos da região Centro que não os que integram a Rede de Praias Fluviais do Pinhal Interior (46,5%), destacando-se pela diversidade de locais de alojamento. Na praia Ana de Aviz os inquiridos encontravam-se maioritariamente alojados no concelho de Coimbra (53,5%), embora uma percentagem significativa estivesse alojada no concelho de Figueiró dos Vinhos (40%), onde se insere esta praia fluvial.

A grande maioria dos inquiridos estava alojado em casa própria (65,4%), ou seja, na sua residência habitual, o que se justifica pelo facto de estes residirem próximos da praia, principalmente nos concelhos envolventes à mesma. Existia ainda uma percentagem mais

reduzida, que apesar de residirem a uma distância considerável, regressavam no mesmo dia, optando apenas por passar um dia diferente.

Importa ainda referir que 16,7% estava alojada em casa de familiares e 1,3% em segunda habitação, o que contribui para justificar o peso do factor afectividades na escolha da praia.

Apenas uma percentagem muito reduzida de inquiridos pagou para estar alojada naquela região (9%), sendo que quando isso aconteceu, optaram sobretudo por ficarem alojados em parques de campismo, principalmente no localizado próximo da praia Ana de Aviz.

A forma como os inquiridos estão alojamento revela a ainda pouca atracção turística das praias fluviais. No entanto realça-se o facto das praias fluviais atraírem já os residentes locais e quem tem casa de férias na região, o que é importante para a valorização destes espaços.

No que respeita à forma como chegaram à praia, 82,3% afirmaram terem-se deslocado de carro, sendo que somente na praia da Bogueira, inserida no aglomerado rural com o mesmo nome, os inquiridos se deslocaram a pé (20%).

Outro aspecto que importa ressaltar é o peso dos transportes públicos como meio de deslocação na praia Louçainha, que embora não seja o mais utilizado (o carro representa 71,4%), detém um peso um peso significativo (21,4%), o que se justifica pelo facto do município de Penela disponibilizar um autocarro, sem custos associados para os utilizadores, que percorre diversos aglomerados populacionais do concelho de manhã, recolhendo a população que queira ir passar o dia aquela praia, sendo que no fim do dia efectua o percurso inverso.

Analisando o número de pessoas do grupo onde o inquirido estava inserido, verifica-se que a existia uma grande heterogeneidade, embora predominassem os grupos entre 3 e 4 indivíduos (36,7%), ao que se associam sobretudo famílias (mãe, pai e um ou dois filhos). Os restantes grupos considerados neste estudo (1-2, 5-8 e mais de 9) apresentavam percentagens entre os 20 e os 22%, integravam fundamentalmente casais, grupos de amigos (idades mais jovens) e famílias numerosas (não apenas nucleares, ou seja agregando outros elementos como tios, avós, entre outros).

O local de residência habitual dos inquiridos permite aferir a área de influência das praias e o grau de importância que lhes é atribuído. Considera-se, à partida, que quanto maior for a deslocação maior é a importância, pois significa que existem determinados factores que justificam essa viagem.

Quadro III.11 - Local de Residência dos Inquiridos (%)

Local de Residência	Praias Fluviais				
	Bogueira	Louçainha	Rocas	Ana de Aviz	Total
Concelho onde se insere a Praia	35	21,4	3,3	20	22,9
Outros concelhos integrados na RPFPI	-	21,4	6,6	-	3,8
Coimbra	15	21,4	20	-	15,2
Outros Região Centro	40	21,4	43,2	33,4	34,1
Região Norte	5	-	13,2	-	6,3
Região de Lisboa e Vale do Tejo	-	14,2	6,6	26,7	10,1
Estrangeiro	5	-	6,7	19,1	7,5

Da análise do quadro anterior, conclui-se que um número significativo de utilizadores é proveniente do concelho onde se insere a praia, excepto no que respeita à praia das Rocas, o que revela a ainda pouca capacidade de atracção das praias fluviais enquanto produto turístico. Verifica-se também uma percentagem considerável de utilizadores residentes no concelho de Coimbra, onde se insere o principal pólo urbano da região Centro, salvo na praia Ana de Aviz.

De um modo global, é possível aferir que a grande maioria dos banhistas é proveniente da região Centro. No entanto é importante destacar algumas particularidades que se passam seguidamente a enumerar:

- ♦ Na praia da Louçainha, existe uma percentagem significativa de utilizadores residentes noutros concelhos integrados na Rede de Praias Fluviais do Pinhal Interior, e não apenas naquele onde se insere a praia;
- ♦ Na praia da Bogueira, apenas 10% dos banhistas não são provenientes da região Centro (o valor mais baixo das 4 praias estudadas) e destes 5% residem no estrangeiro;
- ♦ A praia das Rocas, no que concerne aos locais de residência, apresenta a maior heterogeneidade de utilizadores, o que permite perceber que a sua área de influência é claramente superior às restantes praias, o que se justifica quer pelas suas particularidades, quer pelas políticas de divulgação associadas à mesma;
- ♦ A praia Ana de Aviz apresenta o maior número de utilizadores residentes habitualmente noutros concelhos que não inseridos na região Centro, incluindo a percentagem mais elevada de banhistas residentes no estrangeiro.

Por fim, importa analisar se existe predominância de grupos de indivíduos nas praias segundo o tipo de profissão. Neste sentido, optou-se por agrupar as profissões em grandes grupos, de acordo com o Instituto de Emprego e Formação Profissional.

A grande maioria dos inquiridos, profissionalmente, inseria-se no grupo 5²⁴ (22%) e 4²⁵ (15%). A percentagem de estudantes foi significativamente elevada (15,4%) e as de reformados e desempregados reduzidas (3,8% respectivamente). Em termos particulares, importa salientar que na praia da Louçainha, a única da Rede com Bandeira Azul e das poucas a nível nacional, predominam os inquiridos cujas profissões se enquadram no grupo 2, ou seja indivíduos à partida com mais estudos e também mais sensibilizados para o que significa desse galardão. Por outro lado, na praia Ana de Aviz verificava-se um claro predomínio de estudantes (33,3%).

Em suma, embora as praias fluviais tenham ainda uma área de influência bastante reduzida, atraindo sobretudo a população residente ou com alguma ligação afectiva ao local, têm potencial para se desenvolverem enquanto produto turístico, podendo mesmo virem a afirmar-se pontualmente como alternativa às praias marítimas mais congestionadas, pois os utilizadores, quer de um, quer do outro tipo de praias, valorizam os mesmos aspectos: limpeza, qualidade da água e segurança.

A estes aspectos, no que concerne às praias fluviais, devido sobretudo às suas particularidades, há a acrescentar, a paisagem, os equipamentos e o clima.

A aposta nas praias fluviais enquanto produto turístico atractivo e competitivo, passará por investir na qualificação destes espaços (ao nível dos equipamentos, limpeza, qualidade da água e segurança), manutenção da qualidade e na valorização dos recursos naturais existentes e que, no seu conjunto, constituem a paisagem.

²⁴ Grande Grupo 5- Pessoal dos Serviços e Vendedores. (segundo a Classificação Nacional de Profissões – www.iefp.pt)

²⁵ Grande Grupo 4- Pessoal Administrativo e Similares (segundo a Classificação Nacional de Profissões – www.iefp.pt)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em regiões interiores, o turismo constitui uma oportunidade de desenvolvimento económico, contribuindo para a promoção do território e para a recuperação das dinâmicas demográficas e económicas, no entanto, a competitividade deste sector depende da oferta turística, que assenta nos seus recursos endógenos e na diferenciação das suas características (únicas e não repetíveis em outras regiões), na sua identidade cultural, e da valorização que lhes é atribuída.

Neste contexto, uma das conclusões que se pode extrair deste estudo é que as praias fluviais, quando integradas num território com um elevado potencial natural e paisagístico, constituem, em regiões interiores, um recurso susceptível de valorização turística, com capacidade para criar um novo segmento específico de mercado, contribuindo assim, na óptica do desenvolvimento regional, para a dinamização económica e social de áreas deprimidas.

Só muito recentemente, houve uma efectiva aposta nas praias fluviais, patente nos investimentos realizados pelos municípios um pouco por todo o país, mas em especial na região Centro (que concentra o maior número de zonas balneares interiores). Esta reflectiu-se na sua divulgação nos Media, o que levou a que muitos veraneantes, levados pela curiosidade, as visitassem pela primeira vez. A praia das Rocas, por exemplo, tem sido, nos últimos tempos, bastante publicitada, quer através da internet, quer em alguns jornais e revistas. Embora não seja propriamente uma praia fluvial (pois não se encontra classificada como tal), devido à sua capacidade atractiva e à forte aposta efectuada ao nível da sua divulgação, poderá funcionar como âncora de toda a RPFPI, contribuindo para dar visibilidade às demais praias que a integram.

No entanto, as praias fluviais, em termos turísticos, são um sector ainda pouco competitivo, com uma área de influência e capacidade de atracção reduzidas, perceptível no protótipo de utilizador traçado a partir dos resultados obtidos no estudo ora desenvolvido, e que corresponde ao indivíduo que vive nas localidades mais próximas à praia, ou que tem alguma ligação afectiva à mesma.

A percepção dos utilizadores e dos agentes locais é fundamental para compreender de que forma as praias fluviais podem contribuir para o desenvolvimento regional em áreas interiores, permitindo entender quais os aspectos considerados importantes e apontando pistas para futuras investigações.

O presente estudo permite igualmente validar aspectos de outros estudos sobre zonas balneares costeiras (Vaz, 2008), mostrando a sua representatividade perante os utilizadores das praias fluviais. Tal é de facto verificado, muito embora existam ainda outros três aspectos considerados muito importantes e que merecem igual destaque: a paisagem, os equipamentos e o clima.

Por outro lado, à paisagem e aos equipamentos junta-se, entre os aspectos que mais agradam para aos utilizadores das praias fluviais, o sossego, o que vai também de encontro ao estudo de Vaz (2008), confirmando a sua importância para os utilizadores de praias, quer marítimas, quer fluviais.

Relativamente à paisagem, há uma clara propensão para a praia preferida ser justificada através da paisagem, que não terá de estar obrigatoriamente associada a um ambiente natural, mas a aspectos que sejam do agrado do utilizador. Apesar da beleza natural paisagística ser bastante referida pelos veraneantes, o enquadramento geral da praia das Rocas, inserida no centro de Castanheira de Pêra (área predominantemente urbana) também agrada aos visitantes.

Os equipamentos são bastante valorizados pelos utilizadores, principalmente os bares e equipamentos de restauração que detêm um papel bastante relevante a nível social, funcionando como ponto de encontro ao fim do dia para os que habitam na envolvente e como local de eleição para os veraneantes que visitam as praias. Neste sentido, considera-se importante não é só criar equipamentos, mas também apostar sua manutenção, de forma a garantir a qualidade destes espaços.

O sossego está relacionado com a qualidade ambiental da região (predominantemente de características rurais) e com a reduzida frequência das praias, que permite um contraste com a confusão das praias litorais, sobrelotadas nos meses de Verão, e onde se faz sentir uma forte pressão urbana.

Na praia das Rocas, em oposição às demais praias que integram a Rede de Praias Fluviais do Pinhal Interior, considera-se existir um número excessivo de utilizadores nos meses de Julho e Agosto, que ultrapassa a própria capacidade de carga deste espaço. Neste caso concreto, o factor sossego não se aplica, pois na realidade predomina a confusão e a falta de espaço, colocando em causa a qualidade que este empreendimento pretende oferecer.

Já no que se refere aos motivos que mais desagradam aos utilizadores de praias fluviais, os mais apontados são a baixa temperatura da água (factores climáticos), as características físicas das praias (sobretudo o fundo das zonas de banhos, rio ou piscina) e a falta de equipamentos de apoios de praia.

Constatou-se ainda que a proximidade tem um papel fundamental no processo de escolha de uma praia. Os utilizadores das praias tendem a deslocar-se para espaços que lhes são mais favoráveis relativamente à distância a efectuar, independentemente de se gostar ou não da praia (Vaz, 2008). Esta consideração é também pertinente ao nível das praias fluviais e reflecte-se na reduzida área de influência das mesmas. A praia das Rocas constitui uma excepção, pois atrai visitantes de vários pontos do país, mas sobretudo da região Norte e Centro, aliciados fundamentalmente pela piscina de ondas e pelo enquadramento geral do empreendimento

No computo geral, importa salientar a relevância que os equipamentos e apoios assumem, surgindo simultaneamente como um dos factores que mais agrada e desagrada aos utilizadores, influenciado o facto de se gostar ou não de determinada praia, o que reflecte a sua importância na valorização destes espaços.

Talvez apercebendo-se da importância que os equipamentos e apoios detêm como factores de atracção, os municípios tendem a apostar sobretudo nesta área (visível nos investimentos já realizados ou projectados apontados pelas Câmaras Municipais entrevistadas), procurando aumentar e qualificar a oferta.

Existe também uma clara preocupação em relação à melhoria das acessibilidades para pessoas com mobilidade reduzida, tendo sido também efectuados investimentos nesta área, à qual se associa o galardão “*Praia Acessível*”.

Os investimentos, mais ou menos avultados, representam um grande esforço financeiro para os municípios. No entanto ressalva-se que nem todos têm investido da mesma forma nas praias fluviais o que, quando inseridos em rede, pode contribuir para desvalorizar a oferta global, pois os visitantes de uma praia menos cuidada não ficam aliciados a visitar outras. Por outro lado, os que não apostam beneficiam dos investimentos realizados noutras, pois estes aliciam os veraneantes a visitarem outras dentro da rede, esperando encontrar a mesma qualidade.

As praias fluviais mais interiores são as que de um modo geral se apresentam mais cuidadas e infra-estruturadas, pois como se localizam em áreas por norma deprimidas económica e demograficamente, com poucos recursos e atracções, são mais valorizadas pelos municípios onde se inserem.

Comparando a informação obtida através das entrevistas com os resultados dos inquéritos é possível retirar algumas conclusões, nomeadamente:

- ◆ Os investimentos realizados nas praias fluviais foram sobretudo ao nível dos equipamentos e apoios de praia, elementos muito valorizados pelos utilizadores o que reflecte claramente a sua importância na valorização destes espaços.
- ◆ Os equipamentos e apoios destacam-se também como um dos motivos mais salientados pelos utilizadores para gostarem ou não de determinada praia, o que comprova a importância destes numa praia fluvial.
- ◆ Os inquiridos consideram que a RPFPI é muito importante para a divulgação da região e atracção de turistas, indo ao encontro da opinião dos entrevistados segundo os quais a Rede tem um papel fundamental na promoção destes espaços e, embora não existam dados objectivos, fomenta um aumento da procura.
- ◆ Para os inquiridos, os factores considerados mais importantes quando se visita uma praia fluvial são: a limpeza, a qualidade da água, a segurança, a paisagem, os equipamentos e o clima. Os equipamentos e a segurança são aspectos importantes referidos pelos entrevistados, salientando-se a aposta e os investimentos dos municípios nestas duas áreas.
- ◆ A paisagem e as praias fluviais foram consideradas as duas grandes atracções turísticas da região pelos inquiridos, sendo também factores apontados pelos entrevistados.

Pode-se assim afirmar que existe uma correlação entre as informações recolhidas nas entrevistas e os resultados dos inquéritos, entre os aspectos considerados importantes para os inquiridos e os investimentos realizados, entre o que pode e deve ser melhorando nas praias.

A organização em rede, estudada através da Rede de Praias Fluviais do Pinhal Interior, revela-se de extrema importância para a promoção, divulgação de produtos turísticos, nomeadamente das praias fluviais.

A Rede de Praias Fluviais do Pinhal Interior permite uma maior visibilidade, uma valorização da oferta e maior notoriedade na comunicação social, conseguida através da promoção e divulgação conjunta das praias e tão necessária em regiões interiores. Possibilita ainda o desenvolvimento de actividades e projectos em parceria, estimula a concorrência saudável entre praias (que tentam melhorar e equilibrar a oferta) e a troca de experiências, potenciando ainda o envolvimento da comunidade local (agentes e actores do território).

Efectivamente, com base nas informações obtidas através das entrevistas realizadas, é possível afirmar, que a Rede de Praias Fluviais do Pinhal Interior, potenciou um aumento da procura não só de turistas mas sobretudo local, facto que deve ser salientado.

Assim, as vantagens associadas ao desenvolvimento turístico em rede resultam fundamentalmente da troca de experiências entre os diversos actores envolvidos no processo, que ao trabalharem para um mesmo objectivo, num esforço conjunto para melhor a oferta, criam incentivos ao investimento e reforçam a sua competitividade.

Os benefícios apontados aos desenvolvimento turístico em rede, em particular no que concerne à Rede de Praias Fluviais do Pinhal Interior, integram-se nos três vectores definidos por Lynch et al (2000, citado por Rodrigues e Rodrigues, 2007) para a construção de destinos turísticos bem sucedidos, apresentados no Capítulo I: aprendizagem e troca de experiências, actividade empresarial (por exemplo ao nível do aumento das actividades de empreendedorismo em rede e da qualidade do produto) e comunidade (integração da população e dos agentes locais).

A criação de redes turísticas em regiões interiores e deprimidas assume-se, deste modo, como uma alternativa válida para potenciar o desenvolvimento e combater a fragilidade económica. Estas podem ser desenvolvidas em torno de um único produto (ex: praias fluviais), mas não esquecendo outras ofertas turísticas (ex: a articulação da Rede de Praias Fluviais do Pinhal Interior com a Rede das Aldeias do Xisto), contribuindo para aumentar a competitividade turísticas dos territórios.

Ainda relativamente às praias fluviais, que aliam o património natural (sistemas fluviais) com a prática balnear, considera-se fundamental manter o equilíbrio necessário à sua sustentabilidade. Deste modo, a chave do sucesso desta vertente turística passará pela qualificação e nunca pela massificação, que acabaria por destruir a qualidade ambiental e

paisagística que estes espaços oferecem e que constituem uma das suas principais mais valias e motivos de atracção.

Pode-se afirmar que o turismo em torno das praia fluviais é desenvolvido de forma sustentável, quando suporta também a cultura, as características da comunidade local e a economia tradicional, pois a sua área de influência aumenta à medida que se identificam outros produtos turísticos, outras mais valias que o território pode oferecer e que o tornam distinto, aumentando a capacidade de atracção regional e como consequência o número de turistas e o seu tempo de permanência na região.

Para que o turismo associado às praias fluviais consiga potenciar o desenvolvimento de uma região, é necessário continuar a apostar na qualidade das praias, mas também na valorização dos recursos existentes e da identidade cultural do território.

Tal como referido no Capítulo I, o desenvolvimento de um produto rural bem sucedido, engloba os seguintes aspectos: atracções (naturais ou construídas), promoção, infra-estruturas turísticas, serviços e hospitalidade. Qualquer um destes aspectos é fundamental para fomentar a competitividade das praias fluviais enquanto produto turístico.

Ressalva-se ainda, no que concerne ao desenvolvimento das praias fluviais enquanto produto turístico, três grandes obstáculos a ultrapassar e que se prendem com:

- ♦ A qualidade da água – é um dos problemas principais das praias fluviais, difícil de ultrapassar, pois poderá não depender apenas da aposta realizada pelo município onde se localiza a praia.
- ♦ O público alvo – por razões climatéricas (águas mais frias) e de segurança torna-se difícil atrair a população mais idosa, que em regiões interiores, áreas demograficamente deprimidas, tem uma grande representatividade.
- ♦ A descontinuidade da aposta e do investimento - os escassos recursos financeiros dos municípios localizados em regiões interiores e por norma deprimidas, poderá condicionar a continuidade da aposta nas praias fluviais.

A Rede de Praias Fluviais do Pinhal Interior é um exemplo claro do tipo de aposta que se pode fazer em torno das praias fluviais, embora seja ainda muito cedo para avaliar o seu efectivo sucesso, pois é um projecto ainda em fase de amadurecimento, onde será necessário fazer ainda muitas melhorias, principalmente no que respeita à cooperação entre municípios.

Em termos gerais, poder-se-á afirmar que o sucesso das praias fluviais enquanto produto turístico terá obrigatoriamente de se centrar na **qualidade, singularidade, inovação e sustentabilidade**.

Os sinais até agora são positivos, mas necessitam de maior dinamização e envolvimento por parte dos agentes locais, de forma a que os investimentos iniciais não sejam perdidos e possam constituir uma verdadeira mais valia para o desenvolvimento das regiões onde se inserem.

BIBLIOGRAFIA

ADXTUR. Estatutos ADXTUR.

ADXTUR. Órgão Sociais ADXTUR 2007-2010.

Augusto Mateus & Associados, Sociedade de Consultores. (2005). *Perspectivas Sectoriais da Região Centro*. Workshop 4 – Turismo. Convenção Empresarial do Centro. V Congresso dos Empresários do Centro.

CARVALHO, M. (2007). *A Contribuição das Infra-estruturas Turísticas para o Aumento da Procura nos Destinos de Natureza e Subsequente Fixação das Populações Locais*. Congresso Internacional de Turismo – Leiria e Oeste.

CARVALHO, P. (2003). *Património e Território: dos Lugares às Redes*. V Colóquio Hispano-Português de Estudo Rurais.

DEVILLE, E.; MONTEIRO, I. (2007). *A Necessidade do Trabalho em Rede no Desenvolvimento Turístico das Regiões: o Modelo das Aldeias do Xisto*. Congresso Internacional de Turismo – Leiria e Oeste.

DINIZ, F.; NOGUEIRA, F. (2000). *Inovações do Investimento em Regiões Periféricas – do LEADER I ao LEADER II nos Açores e na Madeira*. Perspectivas de Desenvolvimento para as Regiões Marítimas. Actas do VII Encontro Nacional da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional. Volume. 1.

FEIO, P.; CARRANCA, M. A.; HENRIQUES, E. B. (1991). *O Turismo nas Políticas Recentes de Desenvolvimento Regional. O Caso Português*. Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia. Volume XXVI. Número 52. Lisboa.

FERNANDES, E. A. N. (2007). *Análise Conceptual e Abordagem Teórica do Desenvolvimento*. Revista da Ciência da Administração – versão electrónica. Vol. 01. Jan./Jun. 2007.

- FERNANDES, S. (2003). *Contributo para a Requalificação Biofísica da Praia Fluvial da Valeta (Arco de Valdevez)*. Relatório Final de Curso. Bacharelato em Engenharia do Ambiente e dos Recursos Naturais. Instituto Politécnico de Viana do Castelo. Escola Superior Agrária de Ponte de Lima.
- INAG. Qualidade da Água em Zonas Balneares. Valores Indicativos para a Época Balnear de 2007 com Base na Classificação de 2006.
- INE (2008). *Anuário Estatístico da Região Centro 2007*.
- Instituto de Conservação da Natureza (ICN). (2006). *Plano Sectorial da Rede Natura 2000*.
- Jornal de Leiria (2009). Cadernos de Distrito. Edição 1265 de 7 de Maio de 2009.
- LOPES, A.S. (2002). *Globalização e Desenvolvimento Regional*. Gestão e Desenvolvimento, 11.
- LOPES, A. S. (2001). *Desenvolvimento Regional*. 5.^a Edição. Fundação Calouste Gulbenkian Lisboa.
- MEDEIROS, C.A. *et al.* (2005). *Geografia de Portugal 1. O Ambiente Físico*. Círculo de Leitores. Lisboa
- MEDEIROS, C.A. *et al.* (2005). *Geografia de Portugal 2. Sociedade, Paisagem e Cidades*. Círculo de Leitores. Lisboa
- MEDEIROS, C.A. *et al.* (2005). *Geografia de Portugal 3. Actividades Económicas e Espaço Geográfico*. Círculo de Leitores. Lisboa
- MEDEIROS, C.A. *et al.* (2005). *Geografia de Portugal 4. Planeamento e Ordenamento do Território*. Círculo de Leitores. Lisboa
- Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas. (2008). *Programa Rede Rural Nacional*.
- Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas. Direcção Geral dos Recursos Florestais. (2006). *Plano Regional de Ordenamento Florestal do Pinhal Interior Norte*.
- Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas. Direcção Geral dos Recursos Florestais. (2006). *Plano Regional de Ordenamento Florestal do Pinhal Interior Sul*.

- Ministério da Economia e da Inovação. Turismo de Portugal, I.P. (2007). *Programa de Intervenção do Turismo*. Linha de Apoio I – Territórios, Destinos e Produtos. Ficha Informativa.
- Ministério da Economia e da Inovação. Turismo de Portugal, I.P. (2006). PENT – *Plano Estratégico Nacional do Turismo*.
- Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional. (2007). PNPOT – *Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional*.
- PEREIRA DA SILVA, C. (2002). Gestão Litoral. *Integração de Estudos de Percepção da Paisagem e Imagens Digitais na Definição da Capacidade de Carga das Praias. O Troço Litoral S. Torpes – Ilha do Pessegueiro*. Dissertação de Doutoramento apresentada ao Departamento de Geografia e Planeamento Regional. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Universidade Nova de Lisboa. Lisboa.
- PEREIRA DA SILVA, C. (2006). “Tipos de Paisagem”. In SOEIRO DE BRITO, R. (coord.). *Atlas de Portugal*. MCOTA-SEAL, Lisboa, pp. 66-79.
- PIMENTEL, D. (2006). “A População”. In SOEIRO DE BRITO, R. (coord.). *Atlas de Portugal*. MCOTA-SEAL, Lisboa, pp. 86-97.
- Quadro de Referência Estratégico Nacional. (2008). *Programa Operacional Regional do Centro 2007-2013*.
- RAMOS, G.; SANTOS, D. (2007). *Uma Leitura Sobre os Desafios Regionais de Inovação em Regiões Periféricas Aplicados ao Turismo*. Congresso Internacional de Turismo – Leiria e Oeste.
- ROCA, Z.; MOURÃO, J.C. (2003). *Identidade e Desenvolvimento Territorial entre a Retórica e a Prática*. Unidade de Estudos e Investigação em Ciências Sociais Aplicadas. Centro de Estudos de Geografia e Desenvolvimento Regional. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.
- RODRIGUES, A.; RODRIGUES, A. (2007). *Rede Europeia de Turismo de Aldeia, um Caso de Inovação em Turismo Rural*. Congresso Internacional de Turismo – Leiria e Oeste.

- SALVADO, J. (2006). *A Directiva 2006/7/CE relativa à Gestão da Qualidade das Águas Balneares*. Implementação da Directiva 2006/7/CE relativa à Gestão da Qualidade das Águas Balneares – Jornada Técnica.
- SALVADO, J. (2009). *Qualidade das Águas Balneares. Aplicação da Directiva 76/160/CEE e da Directiva 2006/7/CE*. Relatório Anual – 2008. INAG. Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.
- SARAIVA, M. G. A. N. (1999). *O Rio como Paisagem*. Fundação Calouste Gulbenkian. Fundação para a Ciência e Tecnologia. Ministério da Ciência e Tecnologia. Lisboa.
- SIRGADO, J.R. *Turismos nas Regiões Portuguesas. Contributo para a Modelação de um Cenário de Desenvolvimento e Inovação para o Final do Século*. Inforgeo VI.
- SOARES, N. P. (2006). “*Uma População que se Urbaniza*”. In SOEIRO DE BRITO, R. (coord.). *Atlas de Portugal*. MCOTA-SEAL, Lisboa, pp. 104-119.
- VAZ, B. (2008). *Contributos para a Avaliação e Gestão de Praias: A Importância da Percepção dos seus Utilizadores*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Universidade Nova de Lisboa. Lisboa.

LEGISLAÇÃO:

- Declaração de Rectificação n.º 48/2009, de 14 de Julho – Rectifica a Portaria n.º 579/2009, de 2 de Junho, relativa às zonas balneares costeiras e zonas interiores.
- Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 de Agosto – estabelece normas, critérios e objectivos de qualidade, visando a protecção do meio aquático e a melhoria da qualidade das águas em função dos seus principais usos.
- Directiva 2006/7/CE, de 15 de Fevereiro - relativa à gestão da qualidade das águas balneares e que revoga a Directiva 76/160/CEE.
- Directiva 76/160/CEE, de 8 de Dezembro de 1975 - relativa à qualidade das águas balneares.
- Lei n.º 13/85, de 6 de Julho – Património Cultural Português.
- Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro – estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural.

Portaria n.º 579/2009, de 2 de Junho – considera praias marítimas as designadas como zonas balneares costeiras e as praias de águas de águas fluviais e lacustres as designadas como zonas interiores.

SITIOS INTERNET:

AgroPortal. (2009). www.agroportal.pt

Água em Revista. (2009). www.aguaonline.co.pt

Aldeias do Xisto. (2009). www.aldeiasdoxisto.pt

Alma de Viajante – Jornalismo de Viagens. (2009). www.almadeviajante.com

Alojamentos e Aventura na Serra da Lousã. (2009). www.louzan.web.pt

Associação Bandeira Azul da Europa (ABAE). (2009). www.abae.pt

Associação Portuguesa de Geógrafos. (2009). www.apgeo.pt

Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos (2009). www.aprh.pt

Câmara Municipal da Lousã. (2009). www.cm-lousa.pt

Câmara Municipal de Castanheira de Pêra. (2009). www.castanheiradepera.pt

Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos. (2009). www.cm-figueirodosvinhos.pt

Câmara Municipal de Góis. (2009). www.cm-gois.pt

Câmara Municipal de Penela. (2009). www.cm-penela.pt

Centro de Estudos de Geografia e Planeamento Regional. (2009). <http://e-geo.fcsh.unl.pt>

Centro de Estudos Geográficos. Universidade de Lisboa. (2009). www.ceg.ul.pt

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro. (2009). www.ccdrc.pt

Comissão Nacional de Protecção das Crianças e Jovens em Risco. (2009). www.cnpcjr.pt

Descubra Portugal. (2009). www.descubraportugal.com.pt

Diário da República Electrónico. (2009). <http://dre.pt/>

Diário de Notícias. (2009). <http://dn.sapo.pt>

European Network of Village Tourism. (2009). www.genuineland.com

- III Congresso Internacional de Leiria e Oeste. (2009). <http://cassiopeia.esel.ipleiria.pt>
- III Congresso Internacional de Turismo de Leiria e Oeste. ESSE. (2009). http://cassiopeia.esel.ipleiria.pt/esel_eventos/portal/sites/congintturismo
- INR – Praias Acessíveis. (2009). www.inr.pt/content/1/17/praias-acessiveis
- Instituto da Água, I.P. (2009). www.inag.pt
- Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade. (2009). www.icnb.pt
- Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico. (2009). www.igespar.pt
- Instituto do Emprego e Formação Profissional. (2009). www.iefp.pt
- Instituto Nacional de Estatística. (2009). www.ine.pt
- Instituto Português do Património Arquitectónico. (2009). www.ippar.pt
- Jornal de Notícias. (2009). <http://jn.sapo.pt>
- Lifecooler – Viagens e Lazer. (2009). www.lifecooler.com
- Lousã Digital. (2009). www.lousa-digital.com
- Plano Sectorial da Rede Natura 2000. (2009). www.icn.pt/psrn2000/
- Praia das Rocas. (2009). www.praiadasrocas.com
- Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) 2007-2013. (2009). www.qren.pt
- Rede de Praias Fluviais. (2009). www.praiasfluviais.com
- Restauración de Rios. (2009). www.restauracionderios.org
- Revista da Ciência da Administração. (2009). <http://fcap.adm.br/revistas/rcaatual.htm>
- SIDDAMB. Agência Portuguesa do Ambiente. (2009). <http://siddamb.apambiente.pt/>
- Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos (SNIRH). (2009). <http://snirh.pt/>
- Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais. (2009). www.sper.pt
- TERCUD – Centro de Estudos do Território, Cultura e Desenvolvimento. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. (2009). <http://tercud.ulusofona.pt/>
- Terras de Sicó. (2009). www.terrasdesico.pt
- Turismo Centro de Portugal. (2009). www.turismo-centro.pt

Turismo de Portugal, I.P. (2009). www.turismodeportugal.pt

Universidade de Aveiro. (2009). www.ua.pt

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (2009). www.utad.pt

ANEXOS

ANEXO 1 - FICHAS DE PRAIA

Praia Fluvial da Bogueira		
<u>Localização:</u>		
Praia fluvial no rio Ceira, localizada no aglomerado rural de Casal Ermio, no concelho da Lousã.		
<u>Fotografias:</u>		
		
		
<u>Infra-estruturas, equipamentos e serviços:</u>		
WC; chuveiros; bar com esplanada; infra-estruturas para deficientes; estacionamento (junto à praia existe um pequeno parque organizado e mais afastado, junto à entrada da povoação, existe outro parque mas desorganizado); aluguer de canoas, caiaques e barcos sem motor; parque de merendas; parque infantil; campo de jogos; prancha de saltos; zona relvada e piscina.		
<u>Vigilância (nadador-salvador):</u>		(apenas das 15h00 às 19h00, em 2008)

<div> <div>Praia Fluvial da Louçainha</div> </div>	<div>  </div>	<div>  </div>
<div> <div>Localização:</div> <div> <p>A praia da Louçainha, também conhecida como Represas Naturais da Louçainha, localiza-se na Serra do Espinhal, concelho de Penela.</p> </div> </div>		
<div> <div>Fotografias:</div> <div> <div>  </div> <div>  </div> <div>  </div> <div>  </div> </div> </div>		
<div> <div>Infra-estruturas, equipamentos e serviços:</div> <div> <p>WC; chuveiros; bar/restaurante com esplanada; infra-estruturas para deficientes; estacionamento (organizado); parque de merendas; fluvioteca (biblioteca); zona de areia e posto de primeiros socorros.</p> </div> </div>		
<div> <div>Vigilância (nadador-salvador):</div> </div>	<div>  </div>	

Praia Fluvial das Rocas	
<u>Localização:</u>	
Localiza-se no centro de Castanheira de Pera (sede de concelho).	
<u>Fotografias:</u>	
	
	
<u>Infra-estruturas, equipamentos e serviços:</u>	
WC; chuveiros; bar/restaurante; estacionamento (dois parques: um organizado e outro desorganizado); aluguer de canoas, caiaques, gaivotas e barcos sem motor; posto de primeiros socorros; alojamento (VillaPraia: bungalows e veleiros); tenda de massagens e piscina de ondas.	
<u>Vigilância (nadador-salvador):</u>	
<u>Outras Informações:</u>	Criada em 2005 e gerida pela Prazilândia – Turismo e Ambiente, Empresa Municipal, é uma praia paga, com regulamento e regras próprias.

<p>Praia Fluvial de Ana de Aviz</p>	
<p><u>Localização:</u></p>	
<p>Praia fluvial na ribeira da Aldeia, localizada próximo da aldeia de Ana de Aviz e do IC 8, no concelho de Figueiró dos Vinhos.</p>	
<p><u>Fotografias:</u></p>	
	
	
<p><u>Infra-estruturas, equipamentos e serviços:</u></p>	
<p>WC; chuveiros; bar com esplanada; infra-estruturas para deficientes; estacionamento (parque desorganizado de terra batida); zona relvada e parque de merendas.</p>	
<p><u>Vigilância (nadador-salvador):</u></p>	

ANEXO 2 – QUADRO RESUMO DAS ENTREVISTAS

Quadro 1 - Quadro Resumo das Entrevistas Efectuadas

QUESTÕES	ENTIDADES ENTREVISTADAS				GO - OUTDOOR
	Câmara Municipal da Lousã	Câmara Municipal de Castanheira de Pera	Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos	Junta de Freguesia da Bogueira	
1 - Que investimento tem sido feito ao nível das praias fluviais municipais?	<ul style="list-style-type: none"> - Vários, com dois objectivos essenciais: qualificação dos espaços (espaços mais atractivos) e espaços acessíveis. 	<ul style="list-style-type: none"> - O grande investimento foi a praia das Rocas; - melhoria das acessibilidades na envolvente à praia das Rocas; - em 2008 retirou-se parte da vedação da praia das Rocas, de forma a tornar o espaço mais alegre; - no Poço da Corga: melhorias ao nível da segurança e acessibilidade (praia acessível), assim como na recuperação de um lagar antigo. 	<ul style="list-style-type: none"> - material para segurança dos utentes, infra-estruturas e recursos humanos (primeiro curso de nadador salvador do concelho; - sensibilização ambiental: cuidar das praias e do ambiente no interior do país; - promoção a nível turístico e animação das praias; - projecto “ViváPraia” em conjunto com o programa PROGRIDE, do qual a Câmara é parceira: trazer crianças desfavorecidas à praia, inclui transporte, animação e apoio técnico. 	<ul style="list-style-type: none"> - Refazer o que a cheia destruiu, como a esplanada; - construção da piscina para crianças, do bar e das rampas de acesso à água (para melhorar as acessibilidades); 	-

Quadro 1 – Quadro Resumo das Entrevistas Efectuadas (continuação)

QUESTÕES	ENTIDADES ENTREVISTADAS				GO - OUTDOOR
	Câmara Municipal da Lousã	Câmara Municipal de Castanheira de Pêra	Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos	Junta de Freguesia da Bogueira	
2 - Qual a importância que representa (o investimento)?	<ul style="list-style-type: none"> - Significativo nas praias da Bogueira e de Nossa Sr.^a da Piedade; - intervenções financeiras e obra com dimensão e visibilidade; - praia da Bogueira: melhorias ao nível do usufruto da esplanada, nas condições de serviço do bar, criação de instalações sanitárias acessíveis, melhoria do acesso à água em especial para as pessoas de mobilidade condicionada e criação de um espaço de lazer na margem esquerda; - praia da Senhora da Piedade: melhoria do espaço envolvente à piscina, das condições de circulação e de acessibilidade, requalificação das instalações sanitárias e dos balneários. 	<ul style="list-style-type: none"> - Investimento de alguns milhões de euros na praia das Rocas, no entanto espera-se que este seja um projecto rentável a curto prazo; - no Poço da Corga: investimento menos avultado, pois apesar de ser um incentivo para a economia local não existe retorno financeiro. 	<ul style="list-style-type: none"> - Representa um grande esforço financeiro, pois a Câmara não dispõe de muitos recursos; - fazem-se pequenas melhorias de ano para ano, ex: em 2008 substituiu-se a areia por um relvado novo porque esta levava sedimentos para a água; - em 2009 pretendia-se alargar a praia para a margem direita do rio, mas por ser investimento muito avultado teria que ser ainda ponderado. 	<ul style="list-style-type: none"> - Detém um peso muito importante; - para a realização das obras, apesar de a Câmara ter fornecido os materiais e a Junta de Freguesia a mão-de-obra, foi ainda necessário pedir um subsídio; - pretende-se aumentar o estacionamento, ampliar o parque de merendas (mais dez mesas) e criar melhores condições para lavar a loiça; - pretende-se construir uma ponte fixa, um campo de futebol de praia, um parque infantil, um quiosque e casas de banho na margem esquerda - pretende-se fazer um circuito de manutenção, interligar Casal de Ermio a Serpins através de uma passagem pedonal construída ao longo do rio e disponibilizar barcos para pessoas com mobilidade reduzida. 	-

Quadro 1 – Quadro Resumo das Entrevistas Efectuadas (continuação)

QUESTÕES	ENTIDADES ENTREVISTADAS				
	Câmara Municipal da Lousã	Câmara Municipal de Castanheira de Pera	Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos	Junta de Freguesia da Bogueira	GO - OUTDOOR
3 - Qual a vantagem de estar integrado na Rede de Praias Fluviais do Pinhal Interior?	<ul style="list-style-type: none"> - Maior visibilidade; - o produto (praias fluviais) não é vendido forma isolada e pode ser usufruído no seu conjunto; - valorização da oferta. 	<ul style="list-style-type: none"> - A Rede é já uma referência da zona Centro, valorizada pelas praias naturais e pelas paisagens; - Promoção e desenvolvimento de actividades; - funciona como um núcleo que difunde todas as praias e que cria actividades para as mesmas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Promoção conjunta (muitas praias valem mais do que uma isolada) - Maior divulgação na comunicação social; - permite desenvolver projectos em conjunto (ex: actividade de baptismo de mergulho). 	<ul style="list-style-type: none"> - Divulgação; - permite ver o que tem sido feito nas outras praias para tentar melhorar a oferta (concorrência saudável). 	<ul style="list-style-type: none"> - Dinamização das praias; - permite o desenvolvimento de actividades conjuntas, quer entre praias, quer entre estas e as Aldeias do Xisto; - a associação com as Aldeias do Xisto gera mais fundos; - atrai mais visitantes às praias e às Aldeias do xisto.
4 - O que considera factores de atracção da região?	<ul style="list-style-type: none"> - O património natural (a serra, os rios, ...); - o património edificado (histórico), ainda menos potenciado que o património natural); - a Rede das Aldeias do Xisto; - a Rede de Praias Fluviais; - a gastronomia; - o saber receber. 	<ul style="list-style-type: none"> - A paisagem; - o sossego; - o ar puro. 	<ul style="list-style-type: none"> - O turismo de natureza e a qualidade ambiental; - o turismo radical na praia das Fragas de S. Simão; - as festas e feiras. 	<ul style="list-style-type: none"> - A serra (é a maior atracção); - os rios. 	<ul style="list-style-type: none"> - As Aldeias do Xisto; - as praias fluviais; - e as pessoas (que são o motor de desenvolvimento da região).

Quadro 1 – Quadro Resumo das Entrevistas Efectuadas (continuação)

QUESTÕES	ENTIDADES ENTREVISTADAS			
	Câmara Municipal da Lousã	Câmara Municipal de Castanheira de Pera	Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos	Junta de Freguesia da Bogueira
5 - O que acha que pode ser feito para melhorar a atracção das praias fluviais?	<ul style="list-style-type: none"> - Melhorar as condições e a qualidade das praias; - publicidade e promoção (ex: na TV e em publicações de âmbito nacional); - desenvolver um programa de animação (com o envolvimento de entidades privadas); - melhorar a atratividade dos serviços (de apoio, bar, complementares, ...), o que permitirá uma utilização das praias mais efectiva e mais alargada no tempo; - definição mais ampla e objectiva do tipo de serviços que se quer prestar, até por parte dos concessionários que exploram os bares e restaurantes; - desenvolvimento de serviços complementares que permitam um maior usufruto por parte das famílias, a ocupação dos mais novos e que atraiam também a população mais idosa, para uma procura mais universal. 	<ul style="list-style-type: none"> - Melhorar a sinalização; - promoção e divulgação; - desenvolver um tipo de promoção com maior alcance. 	<ul style="list-style-type: none"> - Apostar no desenvolvimento de actividades e na promoção; - Divulgação e animação durante toda a época balnear (no entanto a Câmara não dispõe de meios humanos nem financeiros para fazer). 	<ul style="list-style-type: none"> - Mais equipamentos (ex: parque infantil, campo de jogos de praia, entre outros); - mais animação.
				<ul style="list-style-type: none"> - Manutenção dos espaços (arranjar o que se vai estragando); - dinamização, com o desenvolvimento de actividades durante todo o ano (Verão e o Inverno).

Quadro 1 – Quadro Resumo das Entrevistas Efectuadas (continuação)

QUESTÕES	ENTIDADES ENTREVISTADAS				GO - OUTDOOR
	Câmara Municipal da Lousã	Câmara Municipal de Castanheira de Pera	Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos	Junta de Freguesia da Bogueira	
6 - A Rede contribui para aumentar o número de visitantes/utentes?	- Não dispõe indicadores objectivos.	- Contribui, principalmente através da publicidade e divulgação.	- Verificou-se um aumento substancial da procura.	- Verificou-se um grande aumento da procura.	- Contribui para o aumento da procura, mas não consegue quantificar;
7 - Que tipo de actividades desenvolvem? E ligadas às praias fluviais?	-	-	-	-	Animação turística: percursos pedestres, passeios de BTT, canoagem, entre outras; - animação de eventos principalmente para crianças (ex: parede de escalada); - dinâmicas de grupo para empresas; - implementação de infra-estruturas para percursos pedestres e de BTT; - marcação do percurso, sinalética, placards, entre outros; - nas praias fluviais: animação com escalada, peddy paper, cordas paralelas, rappel, entre outras.
8 - Considera que as praias fluviais são uma mais valia para a região?	-	-	-	-	- Considera que as praias fluviais são uma mais valia, pois atraem visitantes (nomeadamente a praia das Rocas);

ANEXO 3 - INQUÉRITO

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

MESTRADO EM ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E PLANEAMENTO AMBIENTAL

INQUÉRITO

Local: _____ Data: _____ Hora: _____ Inquérito nº: _____

Condições atmosféricas: Céu Limpo ☐ Céu Pouco Nublado ☐ Céu Nublado ☐ Sem Vento ☐ Vento Fraco ☐
Vento Forte ☐

1. Porque escolheu esta praia?

2. Como conheceu esta praia? Há quanto tempo a conhece? Quantas vezes a visitou?

3. Diga qual o aspecto que mais e menos lhe agrada nesta praia.

Mais: _____ Menos: _____

4. Mudaria alguma coisa nesta praia? Se sim, o quê?

5. Como considera o nº de utilizadores desta praia no momento actual?

Excessivo ☐ Está bem assim ☐ Poucos ☐

6. Já ouviu falar da Rede de Praias Fluviais do Pinhal Interior? Sim ☐ Não ☐

7. Se sim associa-a a alguma símbolo/mascote? Qual?

8. Já visitou outras praias fluviais integradas nesta Rede? Quais (mostrar mapa)?

9. Indique uma praia integrada na Rede de Praias Fluviais do Pinhal Interior que não tivesse gostado de visitar e explique porquê.

10. Indique qual é para si a melhor praia integrada na Rede de Praias Fluviais do Pinhal Interior. Porquê.

11. Conhece outras praias fluviais fora da Rede? Se sim, quais?

12. Considera que a Rede de Praias Fluviais é positiva para...?

	Nada	Pouco	Algum	Muito
Divulgação da Região				
Atracção de turistas				
Atracção de Investimento				
Melhoria da qualidade de vida da população				
Fixação de jovens				

13. Quais dos seguintes aspectos considera ser importantes quando visita uma praia fluvial:

	Nada	Pouco	Algum	Muito
8.1 Tamanho				
8.2 Formato				
8.3 Temperatura da Água				
8.4 Qualidade da Água				
8.5 Clima (vento, temperatura)				
8.6 Enquadramento Paisagístico				
8.7 Limpeza				
8.8 Segurança				
8.9 Equipamentos				
8.10 Estacionamento				

14. Quais considera ser as duas principais atracções para o turismo desta região?

15. Qual a importância dos seguintes aspectos para aumentar a atracção desta área?

	Nada	Pouco	Algum	Muito
Acessibilidades				
Restauração				
Alojamento				
Serviços de saúde				
Equipamentos de lazer				
Actividades (desportivas, de recreio e lazer)				
Promoção e Divulgação (jornais, tv, posto de turismo)				

Dados Pessoais:

Idade: <18 ☐ 19-30 ☐ 31-50 ☐ 51-65 ☐ >65 ☐

Sexo: M ☐ H ☐

Local de Alojamento: _____

Forma como está alojado: Turismo Rural ☐ Pensão ☐ Parque de Campismo ☐ Casa Alugada ☐
Casa de Familiares ☐ 2.ª Habitação ☐ Habitação Própria ☐ Outro _____

Como chegou à praia: Carro ☐ Mota ☐ Transportes Públicos ☐ A Pé ☐ Bicicleta ☐

Nº de pessoas do grupo onde está integrado: _____

Concelho de Residência: _____

Profissão: _____

ANEXO 4 – FICHA DE PRAIA

FICHA DE PRAIA

Local: _____ Data: _____ Hora: _____ Praia: _____

1. Factores Físicos	Categorias			
	<50m	-	50-250m	-
1.1 Largura	Saliente (desabrigada)	Recortada	Fechada (protegida)	Curva
1.2 Formato	Relva	-	Areia	Terra
1.3 Substrato	>20°	-	5°-20°	<5°
1.4 Inclinação subaquática	>20°	-	5°-20°	<5°
1.5 Declive do substrato				
1.6 Tipo de Artificialização				
1.7 Tipo de envolvente	Integrada em área industrial	Integrada em área urbana	Integrada em área urbana/rural com espaço natural visível nas proximidades	Totalmente natural
1.8 Inserção em área de protecção natural (rede natura 2000, paisagem protegida)	Não	-	-	Sim
2. Factores Biológicos				
2.1 Detritos ribeirinhos a flutuarem na água	Bastantes	-	Alguns	Nenhuns
2.2 Odor geral	Forte	-	Alguns	Nenhum
2.3 Existência de flora natural	Nenhuma	-	Alguma, pouca variedade	Abundante
2.4 Existência de fauna costeira	Nenhuma	-	Alguma, pouca variedade	Abundante
2.5 Qualidade da água (média mês de Agosto)	Interdita	Má	Aceitável	Boa
3. Factores Humanos				
3.1 Fumos industriais	Fortes	-	Detectáveis	Nenhuns
3.2 Lixo ao longo da praia e da água	Substancial	Moderado	Muito pouco	Nenhum
3.3 Escoamento de rede de esgotos nas proximidades	Sim	-	-	Não
3.4 Recipientes para o lixo	Nenhuns	-	Insuficientes	Suficientes
3.5 Ruído geral	Nível elevado	-	Detectado	Nenhum
3.6 Acessos à praia	Nenhuns	Existentes, mas intransitáveis	Existentes, mas com grandes deficiências	Passadeira/escadaria em bom estado

1. Factores Físicos	Categorias			
	Inexistente	Existente, mas inoperacional	Existente, mas algo degradado	Existente, mas em número insuficiente ou temporário
3.7 Existência de WC (não contabilizando os existentes em cafés, restaurantes, etc.)	Inexistente	Existente, mas inoperacional	Existente, mas com deficiências	Existente, mas em número insuficiente ou temporário
3.8 Existência de chuveiros	Inexistente	Existente, mas inoperacional	Existente, mas com deficiências	Existente, mas em número insuficiente ou temporário
3.9 Existência de cafés, bares, etc.	Inexistente	Existente e em mau estado geral	Existente, mas em número insuficiente	Existente, serve perfeitamente as necessidades dos utilizadores
3.10 Aluguer de toldos, cadeiras de praia	Inexistente	-	-	Existente
3.11. Aluguer de Canoas, etc	Inexistente			Existente
3.12 Presença de nadador salvador	Não	-	-	Sim
3.13 Existência de posto de primeiros socorros	Não	-	-	Sim
3.14 Permissão a presença de animais	Sim	-	-	Não
3.15 Permissão de veículos na praia (excepto vigilância)	Sim	-	-	Não
3.16 Permissão de desportos de água a motor	Sim	-	-	Não
3.17 Praia com apoio a deficientes	Não	-	-	Sim
3.18 Estacionamento	Inexistente	-	Existente, desordenado	Existente e ordenado
3.19 Intensidade do uso da praia	Sobrelotado	-	Aceitável	Em número insuficiente
3.20. Existência de Placar Informativo	Sim			Não

Observações:

ANEXO 5 – QUADROS

Quadro 1- População Residente, Taxa de Variação e Densidade Populacional, 1991 e 2001

Unidades Territoriais	População Residente (n.º)		Variação da População 1991-2001 (%)	Densidade Populacional (hab./km²)	
	1991	2001		1991	2001
Portugal	9 867 147	10 356 117	5,0	107,1	112,4
Continente	9 375 926	9 869 343	5,3	105,4	110,9
Centro	2 258 768	2 348 397	3,9	80,1	83,3
Pinhal Interior Norte	139 413	138 535	-0,6	53,3	52,9
Arganil	13 926	13 623	-2,1	41,8	40,9
Castanheira de Pêra	4 442	3 733	-15,9	66,5	55,9
Figueiró dos Vinhos	8 012	7 352	-8,2	46,2	42,4
Góis	5 372	4 861	-9,5	20,4	18,5
Lousã	13 447	15 753	17,1	97,1	113,8
Pedrogão Grande	4 643	4 398	-5,2	36,1	34,2
Penela	6 919	6 594	-4,6	51,3	48,9
Pinhal Interior Sul	50 801	44 803	-11,8	26,7	23,5
Mação	10 060	8 442	-16,0	25,1	21,1
Oleiros	7 767	6 677	-14,0	16,5	14,2
Proença-a-Nova	11 088	9 610	-13,3	28,1	24,3
Sertã	18 199	16 720	-8,1	40,7	37,4

Fonte: INE - Recenseamento Geral da População e Habitação, 1991 e 2001

Quadro 2- População Residente por Grandes Grupos Etários, 2001 (n.º)

Unidades Territoriais	Grupos Etários				Total
	0 - 14	15 - 24	25 - 64	65 ou mais	
Portugal	1 656 602	1 479 587	5 526 435	1 693 493	10 356 117
Continente	1 557 934	1 399 635	5 283 178	1 628 596	9 869 343
Centro	352 388	322 118	1 217 213	456 678	2 348 387
Pinhal Interior Norte	20 053	17 435	68 352	32 695	138 535
Arganil	1 886	1 659	6 529	3 549	13 623
Castanheira de Pêra	487	433	1 865	948	3 733
Figueiró dos Vinhos	992	895	529	1 873	7 352
Góis	580	551	2 175	1 555	4 861
Lousã	2 480	2 120	8 466	2 687	15 753
Pedrogão Grande	508	458	2 016	1 416	4 398
Penela	823	784	3 191	1 796	6 594
Pinhal Interior Sul	5 409	5 289	20 199	13 906	44 803
Mação	874	821	3 565	3 182	8 442
Oleiros	618	764	3 039	2 256	6 677
Proença-a-Nova	1 177	1 267	4 276	2 890	9 610
Sertã	2 352	2 083	7 907	4 378	16 720

Fonte: INE - Recenseamento Geral da População e Habitação, 2001

Quadro 3 - População Residente por Grandes Grupos Etários, 2001 (%)

Unidades Territoriais	Grupos Etários			
	0 - 14	15 - 24	25 - 64	65 ou mais
Portugal	16,0	14,3	53,4	16,4
Continente	15,8	14,2	53,5	16,5
Centro	15,0	13,7	51,8	19,4
Pinhal Interior Norte	14,5	12,6	49,3	23,6
Arganil	13,8	12,2	47,9	26,1
Castanheira de Pêra	13,0	11,6	50,0	25,4
Figueiró dos Vinhos	13,5	12,2	48,9	25,5
Góis	11,9	11,3	44,7	32,0
Lousã	15,7	13,5	53,7	17,1
Pedrógão Grande	11,6	10,4	45,8	32,2
Penela	12,5	11,9	48,4	27,2
Pinhal Interior Sul	12,1	11,8	45,1	31,0
Mação	10,4	9,7	42,2	37,7
Oleiros	9,3	11,4	45,5	33,8
Proença-a-Nova	12,2	13,2	44,5	30,1
Sertã	14,1	12,5	47,3	26,2

Fonte: INE - Recenseamento Geral da População e Habitação, 2001

Quadro 4 - Índice de Envelhecimento, 2001

Unidades Territoriais	Índice de Envelhecimento 2001 (%)
Portugal	102,2
Continente	104,5
Centro	129,5
Pinhal Interior Norte	163,0
Arganil	188,1
Castanheira de Pêra	194,6
Figueiró dos Vinhos	188,8
Góis	268,1
Lousã	108,3
Pedrógão Grande	278,7
Penela	218,2
Pinhal Interior Sul	257,0
Mação	364,0
Oleiros	365,0
Proença-a-Nova	245,5
Sertã	186,1

Fonte: INE - Recenseamento Geral da População e da Habitação, 2001

Quadro 5 - População Residente por Nível de Ensino, 2001 (n.º)

Unidades Territoriais	Nenhum	Ensino Básico			Ensino Secundário	Ensino Médio	Ensino Superior	Total
		1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo				
Portugal	1 475 812	3 638 725	1 300 150	1 126 989	1 620 816	80 173	1 113 452	10 356 117
Continente	1 399 005	3 456 411	1 230 545	1 069 452	1 557 873	77 778	1 078 279	9 869 343
Centro	683 215	680 936	325 495	300 304	222 428	11 783	124 236	2 348 397
Pinhal Interior Norte	46 652	44 558	18 469	14 674	9 853	461	3 869	138 535
Arganil	4 729	4 644	1 844	1 328	744	31	303	13 623
Castanheira de Pêra	1 269	1 403	385	352	233	18	73	3 733
Figueiró dos Vinhos	2 535	2 380	972	751	481	30	203	7 352
Góis	1 879	1 604	613	478	211	7	69	4 861
Lousã	4 073	4 396	2 305	2 315	1 802	95	767	15 753
Pedrógão Grande	1 709	1 394	452	408	322	21	92	4 398
Penela	2 437	2 131	736	616	465	19	190	6 594
Pinhal Interior Sul	16 859	14 198	5 347	4 357	2 883	144	1 020	44 803
Mação	3 072	2 707	1 030	825	536	38	234	8 442
Oleiros	2 612	2 367	716	530	319	20	113	6 677
Proença-a-Nova	3 470	2 900	1 188	1 031	722	38	261	9 610
Sertã	6 386	5 115	2 039	1 667	1 108	40	365	16 720

Fonte: INE - Recenseamento Geral da População e da Habitação, 2001

Quadro 6 - População Residente por Nível de Ensino, 2001 (%)

Unidades Territoriais	Nenhum	Ensino Básico			Ensino Secundário	Ensino Médio	Ensino Superior
		1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo			
Portugal	14,3	35,1	12,6	10,9	15,7	0,8	10,8
Continente	14,2	35,0	12,5	10,8	15,8	0,8	10,9
Centro	29,1	29,0	13,9	12,8	9,5	0,5	5,3
Pinhal Interior Norte	33,7	32,2	13,3	10,6	7,1	0,3	2,8
Arganil	34,7	34,1	15,3	9,7	5,5	0,2	2,2
Castanheira de Pêra	34,0	37,6	10,3	9,4	6,2	0,5	2,0
Figueiró dos Vinhos	34,5	32,4	13,2	10,2	6,5	0,4	2,8
Góis	38,7	33,0	12,6	9,8	4,3	0,1	1,4
Lousã	25,9	27,9	14,6	14,7	11,4	0,6	4,9
Pedrógão Grande	38,9	31,7	10,3	9,3	7,3	0,5	2,1
Penela	37,0	32,3	11,2	9,3	7,1	0,3	2,9
Pinhal Interior Sul	37,6	31,7	11,9	9,7	6,4	0,3	2,3
Mação	36,4	32,1	12,2	9,8	6,3	0,5	2,8
Oleiros	39,1	35,5	10,7	7,9	4,8	0,3	1,7
Proença-a-Nova	36,1	30,2	12,4	10,7	7,5	0,4	2,7
Sertã	38,2	30,6	12,2	10,0	6,6	0,2	2,2

Fonte: INE - Recenseamento Geral da População e da Habitação, 2001

Quadro 7 - População Empregada por Sectores de Actividade, 2001 (n.º)

Unidades Territoriais	População Empregada por Sectores de Actividade			Total	Sectores de Actividade		
	Primário	Secundário	Terciário		Primário	Secundário	Terciário
Portugal	231646	1632638	2786663	4650947	5,0	35,1	59,9
Continente	211603	1581676	2657432	4450711	4,8	35,5	59,7
Centro	68479	383536	554358	1006373	6,8	38,1	55,1
Pinhal Interior Norte	3959	22303	28445	54707	7,2	40,8	52,0
Arganil	905	2305	2379	5589	16,2	41,2	42,6
Castanheira de Pêra	32	563	608	1203	2,7	46,8	50,5
Figueiró dos Vinhos	309	1073	1456	2838	10,9	37,8	51,3
Góis	262	619	894	1775	14,8	34,9	50,4
Lousã	131	2511	4410	7052	1,9	35,6	62,5
Pedrógão Grande	118	413	899	1430	8,3	28,9	62,9
Penela	154	1005	1267	2426	6,3	41,4	52,2
Pinhal Interior Sul	2766	5414	7564	15744	17,6	34,4	48,0
Mação	448	1029	1422	2899	15,5	35,5	49,1
Oleiros	769	672	936	2377	32,4	28,3	39,4
Proença-a-Nova	398	1293	1542	3233	12,3	40,0	47,7
Sertã	1067	1988	3111	6166	17,3	32,2	50,5

Fonte: INE - Recenseamento Geral da População e da Habitação, 2001

Quadro 8 - População Empregada por Sectores de Actividade, 2001 (%)

Unidades Territoriais	População Empregada por Sectores de Actividade		
	Primário	Secundário	Terciário
Portugal	5,0	35,1	59,9
Continente	4,8	35,5	59,7
Centro	6,8	38,1	55,1
Pinhal Interior Norte	7,2	40,8	52,0
Arganil	16,2	41,2	42,6
Castanheira de Pêra	2,7	46,8	50,5
Figueiró dos Vinhos	10,9	37,8	51,3
Góis	14,8	34,9	50,4
Lousã	1,9	35,6	62,5
Pedrógão Grande	8,3	28,9	62,9
Penela	6,3	41,4	52,2
Pinhal Interior Sul	17,6	34,4	48,0
Mação	15,5	35,5	49,1
Oleiros	32,4	28,3	39,4
Proença-a-Nova	12,3	40,0	47,7
Sertã	17,3	32,2	50,5

Fonte: INE - Recenseamento Geral da População e da Habitação, 2001

Quadro 9 - Indicadores de Hotelaria, 2007

Unidades Territoriais	Estada Média de Hóspedes Estrangeiros	Capacidade de Alojamento por 1000 habitantes	Proporção de dormidas entre Julho e Setembro
	N.º de noites	N.º	%
Portugal	3,8	24,9	36,8
Continente	3,5	22,6	38,0
Centro	2,1	15,4	36,8
Pinhal Interior Norte	1,6	4,6	30,7
Pinhal Interior Sul	1,7	4,8	36,5

Fonte: INE – Anuário Estatístico da Região Centro, 2007

Quadro 10 - Estada Média por Estabelecimento, 2007

Unidades Territoriais	Estada média (N.º de Noites)				Taxa de Ocupação – Cama (Líquida) (%)			
	Total	Hotéis	Pensões	Outros	Total	Hotéis	Pensões	Outros
Portugal	3,0	2,6	2,1	4,6	43,0	47,6	26,7	40,5
Continente	2,7	2,4	2,0	4,4	41,0	46,1	25,8	37,7
Centro	1,9	1,9	1,9	1,9	30,1	35,1	21,2	25,5
Pinhal Interior Norte	1,6	1,6	1,7	1,7	29,9	32,8	19,2	29,6
Pinhal Interior Sul	1,5	1,4	1,5	1,7	21,4	15,8	24,5	19,8

Fonte: INE – Anuário Estatístico da Região Centro, 2007

Quadro 11 - Taxa de Ocupação - Cama, 2007

Unidades Territoriais	Taxa de Ocupação – Cama (Líquida)			
	Total	Hotéis	Pensões	Outros
	%			
Portugal	43,0	47,6	26,7	40,5
Continente	41,0	46,1	25,8	37,7
Centro	30,1	35,1	21,2	25,5
Pinhal Interior Norte	29,9	32,8	19,2	29,6
Pinhal Interior Sul	21,4	15,8	24,5	19,8

Fonte: INE – Anuário Estatístico da Região Centro, 2007

Quadro 12 - Estabelecimentos Hoteleiros, 2007

Unidades Territoriais	Estabelecimentos			
	Total	Hotéis	Pensões	Outros
	N.º			
Portugal	2031	634	874	523
Continente	1763	547	798	418
Centro	427	155	218	54
Pinhal Interior Norte	11	4	5	2
Pinhal Interior Sul	5	0	3	2

Fonte: INE – Anuário Estatístico da Região Centro, 2007

Quadro 13 - Capacidade de Alojamento, 2007

Unidades Territoriais	Capacidade de Alojamento			
	Total	Hotéis	Pensões	Outros
	N.º			
Portugal	264747	129552	42199	92996
Continente	229053	109095	38890	81068
Centro	36837	21737	10867	4233
Pinhal Interior Norte	640	395	144	101
Pinhal Interior Sul	198	0	97	101

Fonte: INE – Anuário Estatístico da Região Centro, 2007

Quadro 14 - Dormidas nos Estabelecimentos Hoteleiros, 2007

Unidades Territoriais	Dormidas			
	Total	Hotéis	Pensões	Outros
	N.º			
Portugal	39736583	22141345	3834459	13760779
Continente	32562193	18013326	3400229	11148638
Centro	3851235	2714142	742884	394209
Pinhal Interior Norte	65970	-	-	-
Pinhal Interior Sul	16930	989	-	-

Fonte: INE – Anuário Estatístico da Região Centro, 2007

Quadro 15 - Hóspedes nos Estabelecimentos Hoteleiros, 2007

Unidades Territoriais	Hóspedes			
	Total	Hotéis	Pensões	Outros
	N.º			
Portugal	13366173	8556412	1793118	3016643
Continente	11886758	7647185	1682146	2557427
Centro	2053430	1441026	399860	212544
Pinhal Interior Norte	40452	-	-	-
Pinhal Interior Sul	11041	689	-	-

Fonte: INE – Anuário Estatístico da Região Centro, 2007

Quadro 16 - Dormidas nos Estabelecimentos Hoteleiros por Município, 2007

Unidades Territoriais	Total	Total UE 27	Dos quais:					
			Portugal	Alemanha	Espanha	França	Itália	Países Baixos
Portugal	39736583	36296009	12968053	3851143	3380916	1442344	1010500	1825862
Continente	32562193	29622200	11624516	2325697	3100606	1114102	880476	1579363
Centro	3851235	3611802	2456015	90974	437973	155395	176147	38666
Pinhal Interior Norte	65970	64002	53277	1103	3706	1354	716	870
Pinhal Interior Sul	16930	16667	15789	229	194	90	17	87
								185

Fonte: INE – Anuário Estatístico da Região Centro, 2007

Quadro 17 - Hóspedes nos Estabelecimentos Hoteleiros por Município, 2007

Unidades Territoriais	Total	Total UE 27	Dos quais:					
			Portugal	Alemanha	Espanha	França	Itália	Países Baixos
Portugal	13366173	12114898	6318600	777985	1392809	511787	408818	335881
Continente	11886758	10731953	5841028	547802	1332377	433973	380962	291809
Centro	2053430	1923757	1385044	41145	217696	74029	91575	19053
Pinhal Interior Norte	40452	39103	32732	626	2161	1058	454	526
Pinhal Interior Sul	11041	10916	10385	106	145	57	13	58
								101

Fonte: INE – Anuário Estatístico da Região Centro, 2007

Quadro 18 - Estabelecimento e Capacidade de Alojamento em Espaço Rural, 2007

Unidades Territoriais	Turismo Em Espaço Rural						
	Total	Turismo Rural	Turismo de Habitação	Agroturismo	Casas de Campo	Turismo de Aldeia	Capacidade de Alojamento
Portugal	1025	390	233	136	235	7	11305
Continente	892	364	210	131	158	6	10046
Centro	224	87	57	29	45	1	2501

Fonte: INE – Anuário Estatístico da Região Centro, 2007

Quadro 19 – Porque escolheu esta praia? (%)

Praias Fluviais	Proximidade	Amigos/ Familiares	Acessibilidade	Aconselhado	Acaso	Bandeira Azul	Transporte da C.M.	Trabalho	Ondas	Curiosidade	Piscina	Excursão	Diferente	Gosta da praia	Crianças	Qualidade da Água
Bogueira	16,5	2,5	1,3	3,8	1,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Louçainha	6,3	2,5	1,3	1,3	2,5	1,3	1,3	1,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Rocas	5,1	0,0	0,0	3,8	0,0	0,0	0,0	0,0	5,1	11,4	1,3	2,5	2,5	5,1	1,3	0,0
Ana de Aviz	5,1	3,8	0,0	2,5	2,5	0,0	0,0	0,0	0,0	2,5	0,0	0,0	0,0	1,3	0,0	1,3
TOTAL	32,9	8,9	2,5	11,4	6,3	1,3	1,3	1,3	5,1	13,9	1,3	2,5	2,5	6,3	1,3	1,3

Quadro 20 – Como conheceu esta praia? (%)

Praias Fluviais	Acaso	Amigos/Familiares	Mora Perto	Internet	Sinalização	Trabalho	Publicidade	TV e Jornais	Excursão
Bogueira	1,3	11,4	10,1	1,3	1,3	0,0	0,0	0,0	0,0
Louçainha	2,5	5,1	7,6	0,0	1,3	1,3	0,0	0,0	0,0
Rocas	1,3	13,9	3,8	5,1	0,0	1,3	5,1	5,1	2,5
Ana de Aviz	1,3	6,3	5,1	1,3	0,0	0,0	3,8	1,3	0,0
TOTAL	6,3	36,7	26,6	7,6	2,5	2,5	8,9	6,3	2,5

Quadro 21 – Há quanto tempo a conhece? (%)

Praias Fluviais	Primeira vez	Menos de 1 ano	Dois anos	Três ou mais anos
Bogueira	10,1	3,8	2,5	8,9
Louçainha	8,9	1,3	0,0	7,6
Rocas	19,0	1,3	6,3	11,4
Ana de Aviz	10,1	2,5	2,5	3,8
TOTAL	48,1	8,9	11,4	31,6

Quadro 22 – Quantas vezes a visitou? (%)

Praias Fluviais	1 vez	Menos de 5 vezes	5 vezes ou mais
Bogueira	10,1	1,3	13,9
Louçainha	8,9	2,5	6,3
Rocas	20,3	6,3	11,4
Ana de Aviz	10,1	1,3	7,6
TOTAL	49,4	11,4	39,2

Quadro 23 –Qual o aspecto que mais lhe agrada nesta praia? (%)

Praias Fluviais	Relva	Sossego	Prancha de saltos	Temperatura da água	Paisagem	Piscina	Fundo do rio	Equipamentos	Bandeira Azul	Qualidade da água	Piscina Natural	Limpeza	Espaço	Ondas	Tamanho	Vigilância	Parque de merendas
Bogueira	6,4	6,4	1,3	1,3	2,6	6,4	1,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Louçainha	0,0	6,4	0,0	0,0	3,8	0,0	0,0	1,3	1,3	2,6	1,3	1,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Rocas	0,0	0,0	0,0	0,0	6,4	5,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,6	11,5	9,0	2,6	0,0	0,0
Ana de Aviz	1,3	2,6	0,0	0,0	9,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,3	0,0	1,3	0,0	0,0	0,0	2,6	1,3
TOTAL	7,7	15,4	1,3	1,3	21,8	11,5	1,3	1,3	1,3	3,8	1,3	5,1	11,5	9,0	2,6	2,6	1,3

Quadro 24 –Qual o aspecto que menos lhe agrada nesta praia? (%)

Praias Fluviais	Não ter vigilância	Lixo	Falta de sombra	Estacionamento	Lixo na água/ Ferrugem	Equipamentos	Piscina	Acessos Pedonais	Moscas	O outro lado que não é aproveitado	Ser longe	Temperatura da água	Falta de Espaço
Bogueira	1,4	1,4	4,3	4,3	2,9	2,9	2,9	1,4	4,3	0,0	0,0	0,0	0,0
Louçainha	0,0	2,9	0,0	0,0	1,4	1,4	1,4	0,0	0,0	1,4	1,4	1,4	1,4
Rocas	0,0	0,0	12,9	0,0	2,9	1,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	5,7
Ana de Aviz	0,0	0,0	4,3	1,4	0,0	4,3	0,0	0,0	1,4	0,0	0,0	2,9	1,4
TOTAL	1,4	4,3	21,4	5,7	7,1	10,0	4,3	1,4	5,7	1,4	1,4	4,3	8,6

Quadro 24 –Qual o aspecto que menos lhe agrada nesta praia? (%) (cont.)

Praias Fluviais	Areia	Não estar inserida em meio urbano/rural	Haver lugares/ sombras reservadas	A entrada	Não se poder levar mala termica/comida	Muita gente/ Confusão	Organização	Excesso de zelo	Chão da piscina
Bogueira	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Louçainha	1,4	1,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Rocas	0,0	0,0	1,4	2,9	4,3	5,7	1,4	1,4	0,0
Ana de Aviz	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,9
TOTAL	1,4	1,4	1,4	2,9	4,3	5,7	1,4	1,4	2,9

Quadro 25 – Mudaria alguma coisa nesta praia? (%)

Praias Fluviais	Sim	Não
Bogueira	19,0	6,3
Louçainha	11,4	6,3
Rocas	29,1	8,9
Ana de Aviz	13,9	5,1
TOTAL	73,4	26,6

Quadro 26 – O que mudaria? – Motivo 1 (%)

Praias Fluviais	Por vigilância	Mais sombras	Acessibilidade	Equipamentos mais próximos	Mais Estacionamento	Piscina dos Miúdos	A ponte	Mais areia na zona dos miúdos	Uma zona com areia	Ampliar a praia	Arranjar o outro tanque	Nívelamento do fundo (mais zona com pé)	Limpeza da água	O fundo do tanque/piscina
Bogueira	3,4	6,9	1,7	3,4	1,7	1,7	1,7	1,7	1,7	1,7	0,0	0,0	0,0	0,0
Louçanha	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,7	3,4	1,7	1,7	1,7
Rocas	0,0	12,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,7	0,0	0,0	0,0	5,2
Ana de Aviz	0,0	3,4	0,0	1,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	3,4	0,0	0,0	0,0	3,4
TOTAL	3,4	22,4	1,7	5,2	1,7	1,7	1,7	1,7	1,7	8,6	3,4	1,7	1,7	10,3

Quadro 26 – O que mudaria? – Motivo 1 (%) (cont.)

Praias Fluviais	Mais cuidado com a envolvente	Mais relvado	Tirar a areia	Eliminar / Mudar sistema de reservas	Permitir lancheiras /comida	Mais do que uma entrada ou sistema de entrada	Mais ondas	Por a água do rio a correr	Ampliar o bar	Equipamento de diversão	Piscina mais funda	Ampliar a piscina	Temperatura da água	Cimentar o estacionamento
Bogueira	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Louçanha	1,7	1,7	1,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Rocas	0,0	0,0	0,0	3,4	5,2	3,4	1,7	1,7	1,7	3,4	0,0	0,0	0,0	0,0
Ana de Aviz	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,7	1,7	1,7	1,7
TOTAL	1,7	1,7	1,7	3,4	5,2	3,4	1,7	1,7	1,7	3,4	1,7	1,7	1,7	1,7

Quadro 27 – O que mudaria? – Motivo 2 (%)

Praias Fluviais	Ampliar o relvado	Por vigilância	Estacionamento	Equipamentos de diversão	Mais sombra	Equipamentos mais próximos	Ampliar a praia	Tirar a areia	Redução do preço	Limitar on.º de utilizadores por dia	Mais cadeiras para alugar	Chuveiros na rua	Zona para mergulhos	Espreguiçadeiras	bebedouro
Bogueira	4,8	9,5	4,8	9,5	4,8	4,8	4,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Louçanha	4,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	4,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Rocas	0,0	0,0	0,0	4,8	0,0	0,0	0,0	0,0	4,8	9,5	4,8	4,8	0,0	0,0	0,0
Ana de Aviz	0,0	0,0	0,0	0,0	4,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	4,8	4,8	4,8
TOTAL	9,5	9,5	4,8	14,3	9,5	4,8	4,8	4,8	4,8	9,5	4,8	4,8	4,8	4,8	4,8

Quadro 28 – O que mudaria? – Motivo 3 (%)

Praias Fluviais	Estacionamento	Fundo do rio	Mais sombras
Bogueira	25	25	0
Rocas	0	0	25
Ana de Aviz	0	0	25
TOTAL	25	25	50

Quadro 29 – O que mudaria? – Motivo 4 (%)

Praias Fluviais	Mais equipamentos (bar/hotelaria/WC)
Rocas	50
Ana de Aviz	50
TOTAL	100

Quadro 30 – Como considera o número de utilizadores desta praia no momento actual? (%)

Praias Fluviais	Excessivo	Adequado	Reduzido
Bogueira	1,3	17,7	6,3
Louçainha	0,0	10,1	7,6
Rocas	11,4	26,6	0,0
Ana de Aviz	3,8	11,4	3,8
TOTAL	16,5	65,8	17,7

Quadro 31 – Já ouviu falar da Rede de Praias Fluviais do Pinhal Interior? (%)

Praias Fluviais	Sim	Não
Bogueira	5,1	20,3
Louçainha	3,8	13,9
Rocas	10,1	27,8
Ana de Aviz	2,5	16,5
TOTAL	21,5	78,5

Quadro 32 – Se sim, associa-a a algum símbolo/mascote? (%)

Praias Fluviais	Sim	Não
Bogueira	6,3	19,0
Louçainha	6,3	11,4
Rocas	2,5	35,4
Ana de Aviz	7,6	11,4
TOTAL	22,8	77,2

Quadro 33 – Se sim, associa-a a algum símbolo/mascote? Qual? (%)

Praias Fluviais	Toupeira	Lontrinhas	Lontra	Marmota
Bogueira	5,6	5,6	11,1	5,6
Louçainha	0,0	11,1	11,1	5,6
Rocas	0,0	5,6	5,6	0,0
Ana de Aviz	0,0	5,6	27,8	0,0
TOTAL	5,6	27,8	55,6	11,1

Quadro 34 – Já visitou outras praias fluviais integradas nesta Rede? (%)

Praias Fluviais	Sim	Não
Bogueira	22,8	2,5
Louçainha	11,4	6,3
Rocas	21,5	16,5
Ana de Aviz	15,2	3,8
TOTAL	70,9	29,1

Quadro 35 – Já visitou outras praias fluviais integradas nesta Rede? Quais? – 1 (%)

Praias Fluviais	Aldeia Ruiva	Fragas de S. Simão	Ana de Aviz	Louçainha	Rocas	Poço da Corga	Sra. da Piedade	Bogueira	Peneda	Canaveias	Piodão
Bogueira	0,0	0,0	0,0	3,7	7,4	0,0	5,6	1,9	1,9	5,6	3,7
Louçainha	0,0	3,7	1,9	0,0	1,9	1,9	1,9	0,0	0,0	0,0	5,6
Rocas	1,9	3,7	9,3	5,6	0,0	3,7	0,0	3,7	3,7	0,0	0,0
Ana de Aviz	0,0	14,8	1,9	0,0	5,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
TOTAL	1,9	22,2	13,0	9,3	14,8	5,6	7,4	5,6	5,6	5,6	9,3

Quadro 36 – Já visitou outras praias fluviais integradas nesta Rede? Quais? – 2 (%)

Praias Fluviais	Ortiga	Ana de Aviz	Mosteiro	Louçainha	Rocas	Poço da Corga	Sra. da Piedade	Sra. da Graça	Bogueira	Peneda	Canaveias
Bogueira	0,0	0,0	0,0	2,6	5,1	0,0	12,8	5,1	2,6	2,6	2,6
Louçainha	2,6	2,6	5,1	0,0	5,1	2,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Rocas	0,0	10,3	2,6	0,0	2,6	5,1	10,3	0,0	0,0	0,0	0,0
Ana de Aviz	0,0	2,6	2,6	0,0	7,7	5,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
TOTAL	2,6	15,4	10,3	2,6	20,5	12,8	23,1	5,1	2,6	2,6	2,6

Quadro 37 – Já visitou outras praias fluviais integradas nesta Rede? Quais? - 3 (%)

Praias Fluviais	Fragas de S. Simão	Ana de Aviz	Mosteiro	Louçainha	Rocas	Poço da Corga	Sra. da Piedade	Sra. da Graça	Bogueira	Peneda	Piodão
Bogueira	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	4,2	8,3	4,2	8,3	4,2	0,0
Louçainha	0,0	0,0	4,2	4,2	0,0	0,0	8,3	0,0	0,0	0,0	0,0
Rocas	4,2	0,0	8,3	0,0	8,3	8,3	4,2	4,2	0,0	0,0	0,0
Ana de Aviz	0,0	4,2	4,2	0,0	0,0	4,2	0,0	0,0	0,0	0,0	4,2
TOTAL	4,2	4,2	16,7	4,2	8,3	16,7	20,8	8,3	8,3	4,2	4,2

Quadro 38 – Já visitou outras praias fluviais integradas nesta Rede? Quais? – 4 (%)

Praias Fluviais	Fragas de S. Simão	Mosteiro	Louçainha	Rocas	Poço da Corga	Sra. da Piedade	Bogueira	Peneda	Canaveias
Bogueira	0,0	0,0	7,7	0,0	0,0	0,0	7,7	7,7	7,7
Louçainha	0,0	0,0	7,7	7,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Rocas	7,7	0,0	0,0	7,7	7,7	7,7	0,0	0,0	0,0
Ana de Aviz	7,7	7,7	0,0	7,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
TOTAL	15,4	7,7	15,4	23,1	7,7	7,7	7,7	7,7	7,7

Quadro 39 – Já visitou outras praias fluviais integradas nesta Rede? Quais? - 5 (%)

Praias Fluviais	Açude do Pinto	Louçainha	Rocas	Poço da Corga	Sra. da Piedade	Peneda	Piodão
Bogueira	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	12,5	12,5
Louçainha	0,0	0,0	12,5	12,5	0,0	0,0	0,0
Rocas	12,5	0,0	12,5	0,0	0,0	0,0	0,0
Ana de Aviz	0,0	12,5	0,0	0,0	12,5	0,0	0,0
TOTAL	12,5	12,5	25,0	12,5	12,5	12,5	12,5

Quadro 40 – Já visitou outras praias fluviais integradas nesta Rede? Quais? - 6 (%)

Praias Fluviais	Poço da Corga	Sra. da Piedade	Piodão
Bogueira	0	0	25
Louçainha	25	25	0
Rocas	0	0	25
TOTAL	25	25	50

Quadro 41 – Já visitou outras praias fluviais integradas nesta Rede? Quais? - 7 (%)

Praias Fluviais	Bogueira
Louçainha	100
TOTAL	100

Quadro 42 – Já visitou outras praias fluviais integradas nesta Rede? Quais? - 8 (%)

Praias Fluviais	Piodão
Louçainha	100
TOTAL	100

Quadro 43 – Indique uma praia integrada na Rede de Praias Fluviais do Pinhal Interior que não tivesse gostado de visitar (%)

Praias Fluviais	Fragas de S. Simão	Ana de Aviz	Mosteiro	Louçainha	Rocas	Poço da Corga	Sra. da Piedade	Sra. da Graça	Bogueira	Peneda	Canaveias	Piodão
Bogueira	0,0	0,0	0,0	0,0	6,3	0,0	6,3	0,0	0,0	3,1	6,3	0,0
Louçainha	0,0	3,1	0,0	0,0	3,1	0,0	0,0	3,1	3,1	0,0	0,0	6,3
Rocas	6,3	0,0	3,1	0,0	6,3	3,1	3,1	0,0	3,1	0,0	0,0	0,0
Ana de Aviz	12,5	0,0	0,0	3,1	15,6	3,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
TOTAL	18,8	3,1	3,1	3,1	31,3	6,3	9,4	3,1	6,3	3,1	6,3	6,3

Quadro 44 – Indique uma praia integrada na Rede de Praias Fluviais do Pinhal Interior que não tivesse gostado de visitar e explique porquê – Motivo 1 (%)

Praias Fluviais	Muita gente	Falta de qualidade da água	Falta de Equipamentos	Acesso à água	Afunda rapidamente	Pequena	Temperatura da água	Acesso difícil	Enquadramento paisagístico	Espaço desaproveitado	Pouco espaço para as pessoas	Muitas restrições	Muito artificial	Área de banhos
Bogueira	6,3	3,1	0,0	3,1	3,1	3,1	3,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Louçainha	3,1	3,1	0,0	0,0	0,0	0,0	3,1	3,1	0,0	3,1	3,1	0,0	0,0	0,0
Rocas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	6,3	6,3	3,1	0,0	0,0	3,1	3,1	3,1
Ana de Aviz	3,1	3,1	6,3	0,0	0,0	0,0	3,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
TOTAL	12,5	9,4	6,3	3,1	3,1	3,1	15,6	9,4	3,1	3,1	3,1	3,1	3,1	3,1

Quadro 44 – Indique uma praia integrada na Rede de Praias Fluviais do Pinhal Interior que não tivesse gostado de visitar e explique porquê – Motivo 1 (%) (cont.)

Praias Fluviais	Muito rochosa	Pouco sol	Falta de manutenção/limpeza	Poucas sombras
Bogueira	0,0	0,0	0,0	0,0
Louçainha	0,0	0,0	0,0	0,0
Rocas	0,0	0,0	0,0	0,0
Ana de Aviz	6,3	3,1	3,1	3,1
TOTAL	6,3	3,1	3,1	3,1

Quadro 45 – Indique uma praia integrada na Rede de Praias Fluviais do Pinhal Interior que não tivesse gostado de visitar e explique porquê – Motivo 2 (%)

Praias Fluviais	Qualidade da água	Perigosa	Pouco espaço para nadar	Enquadramento paisagístico	Fundo do rio tem muita pedra	Falta de manutenção/limpeza
Bogueira	16,7	16,7	16,7	0,0	0,0	0,0
Louçainha	0,0	0,0	0,0	16,7	0,0	0,0
Rocas	0,0	0,0	0,0	0,0	16,7	0,0
Ana de Aviz	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	16,7
TOTAL	16,7	16,7	16,7	16,7	16,7	16,7

Quadro 46 – Indique uma praia integrada na Rede de Praias Fluviais do Pinhal Interior que não tivesse gostado de visitar e explique porquê – Motivo 3 (%)

Praias Fluviais	Muita gente	Falta de equipamentos	Poucas sombras
Bogueira	33,3	33,3	0,0
Ana de Aviz	0,0	0,0	33,3
TOTAL	33,3	33,3	33,3

Quadro 47 – Indique qual é para si a melhor praia integrada na Rede de Praias Fluviais do Pinhal Interior (%)

Praias Fluviais	Fragas de S. Simão	Ana de Aviz	Mosteiro	Louçainha	Rocas	Poço da Corga	Sra. da Piedade	Bogueira	Peneda
Bogueira	0,0	0,0	0,0	2,2	6,5	0,0	2,2	21,7	2,2
Louçainha	2,2	0,0	0,0	4,3	6,5	0,0	0,0	0,0	0,0
Rocas	0,0	6,5	4,3	0,0	15,2	2,2	2,2	0,0	2,2
Ana de Aviz	0,0	10,9	4,3	2,2	2,2	0,0	0,0	0,0	0,0
TOTAL	2,2	17,4	8,7	8,7	30,4	2,2	4,3	21,7	4,3

Quadro 48 – Indique qual é para si a melhor praia integrada na Rede de Praias Fluviais do Pinhal Interior. Porquê? – Motivo 1 (%)

Praias Fluviais	Paisagem	Proximidade	Dá para nadar - Rio Grande	Piscina para miúdos	Sossego	Espaço Verde	Mais divertimentos	Temperatura da água	Sombras	Mais Natural	Ser diferente
Bogueira	2,2	6,7	2,2	4,4	2,2	2,2	2,2	2,2	2,2	2,2	2,2
Louçanha	4,4	2,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Rocas	4,4	0,0	0,0	0,0	4,4	2,2	0,0	0,0	0,0	4,4	2,2
Ana de Aviz	2,2	2,2	0,0	0,0	2,2	0,0	0,0	0,0	0,0	2,2	2,2
TOTAL	13,3	11,1	2,2	4,4	8,9	4,4	2,2	2,2	2,2	8,9	6,7

Quadro 48 – Indique qual é para si a melhor praia integrada na Rede de Praias Fluviais do Pinhal Interior. Porquê? – Motivo 1 (%) (cont.)

Praias Fluviais	Tamanho	Parque de merendas	Melhores equipamentos	Piscina com ondas	Limpeza	Pela organização	Ser vigiada	Tem sítios para mergulhar	Ter peixes na água
Bogueira	2,2	2,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Louçanha	0,0	0,0	6,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Rocas	2,2	0,0	2,2	4,4	2,2	2,2	2,2	0,0	0,0
Ana de Aviz	0,0	0,0	2,2	0,0	0,0	0,0	0,0	2,2	2,2
TOTAL	4,4	2,2	11,1	4,4	2,2	2,2	2,2	2,2	2,2

Quadro 49 – Indique qual é para si a melhor praia integrada na Rede de Praias Fluviais do Pinhal Interior. Porquê? – Motivo 2 (%)

Praias Fluviais	Limpeza da água	Prancha de saltos	Dá para nadar – rio grande	Parque de Merendas	Fundo do rio	Esplanada sobre o rio	Parque Infantil	Boas condições	Sossego	Limpeza	Preço acessível	Proximidade do bar	Melhor para as crianças
Bogueira	5,9	5,9	5,9	5,9	5,9	5,9	11,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Louçanha	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	11,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Rocas	5,9	0,0	0,0	0,0	5,9	0,0	0,0	0,0	5,9	5,9	5,9	0,0	0,0
Ana de Aviz	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	5,9	5,9
TOTAL	11,8	5,9	5,9	5,9	11,8	5,9	11,8	11,8	5,9	5,9	5,9	5,9	5,9

Quadro 50 – Indique qual é para si a melhor praia integrada na Rede de Praias Fluviais do Pinhal Interior. Porquê? – Motivo 3 (%)

Praias Fluviais	Limpeza da água	Piscina de ondas
Bogueira	50,0	0,0
Rocas	0,0	50,0
TOTAL	50,0	50,0

Quadro 51 – Conhece outras praias fora da Rede?

Praias Fluviais	Sim	Não
Bogueira	17,7	7,6
Louçainha	13,9	3,8
Rocas	21,5	16,5
Ana de Aviz	5,1	13,9
TOTAL	58,2	41,8

Quadro 52 – Considera que a Rede de Praias Fluviais é positiva para a divulgação da região? (%)

Praias Fluviais	Algum	Muito
Bogueira	2,5	22,8
Louçainha	3,8	13,9
Rocas	3,8	34,2
Ana de Aviz	2,5	16,5
TOTAL	12,7	87,3

Quadro 53 – Considera que a Rede de Praias Fluviais é positiva para a atracção de turistas? (%)

Praias Fluviais	Pouco	Algum	Muito
Bogueira	0,0	7,6	17,7
Louçainha	0,0	5,1	12,7
Rocas	1,3	3,8	32,9
Ana de Aviz	0,0	2,5	16,5
TOTAL	1,3	19,0	79,7

Quadro 54 – Considera que a Rede de Praias Fluviais é positiva para a atracção de investimento? (%)

Praias Fluviais	Pouco	Algum	Muito
Bogueira	5,1	8,9	11,4
Louçainha	3,8	10,1	3,8
Rocas	0,0	19,0	19,0
Ana de Aviz	2,5	5,1	11,4
TOTAL	11,4	43,0	45,6

Quadro 55 – Considera que a Rede de Praias Fluviais é positiva para a melhoria da qualidade de vida da população? (%)

Praias Fluviais	Pouco	Algum	Muito
Bogueira	5,1	13,9	6,3
Louçainha	1,3	7,6	8,9
Rocas	0,0	20,3	17,7
Ana de Aviz	1,3	8,9	8,9
TOTAL	7,6	50,6	41,8

Quadro 56 – Considera que a Rede de Praias Fluviais é positiva para a fixação de jovens? (%)

Praias Fluviais	Nada	Pouco	Algum	Muito
Bogueira	2,5	6,3	8,9	7,6
Louçainha	1,3	2,5	7,6	6,3
Rocas	1,3	2,5	17,7	16,5
Ana de Aviz	1,3	2,5	5,1	10,1
TOTAL	6,3	13,9	39,2	40,5

Quadro 57 –Quais dos seguintes aspectos considera importantes quando visita uma praia fluvial? Tamanho (%)

Praias Fluviais	Nada	Pouco	Algum	Muito
Bogueira	1,3	5,1	13,9	5,1
Louçainha	0,0	3,8	7,6	6,3
Rocas	1,3	2,5	19,0	15,2
Ana de Aviz	2,5	3,8	8,9	3,8
TOTAL	5,1	15,2	49,4	30,4

Quadro 58 –Quais dos seguintes aspectos considera importantes quando visita uma praia fluvial? Formato (%)

Praias Fluviais	Nada	Pouco	Algum	Muito
Bogueira	0,0	2,5	19,0	3,8
Louçainha	0,0	5,1	6,3	6,3
Rocas	2,5	7,6	13,9	13,9
Ana de Aviz	2,5	1,3	8,9	6,3
TOTAL	5,1	16,5	48,1	30,4

Quadro 59 –Quais dos seguintes aspectos considera importantes quando visita uma praia fluvial? Temperatura da Água (%)

Praias Fluviais	Nada	Pouco	Algum	Muito
Bogueira	5,1	0,0	7,6	12,7
Louçainha	0,0	2,5	6,3	8,9
Rocas	0,0	2,5	13,9	21,5
Ana de Aviz	3,8	2,5	6,3	6,3
TOTAL	8,9	7,6	34,2	49,4

Quadro 60 –Quais dos seguintes aspectos considera importantes quando visita uma praia fluvial? Qualidade da Água (%)

Praias Fluviais	Pouco	Algum	Muito
Bogueira	0,0	3,8	21,5
Louçainha	0,0	2,5	15,2
Rocas	1,3	1,3	35,4
Ana de Aviz	0,0	5,1	13,9
TOTAL	1,3	12,7	86,1

Quadro 61 –Quais dos seguintes aspectos considera importantes quando visita uma praia fluvial? Clima (%)

Praias Fluviais	Nada	Pouco	Algum	Muito
Bogueira	0,0	1,3	11,4	12,7
Louçainha	0,0	0,0	2,5	15,2
Rocas	0,0	1,3	10,1	26,6
Ana de Aviz	1,3	1,3	6,3	10,1
TOTAL	1,3	3,8	30,4	64,6

Quadro 62 –Quais dos seguintes aspectos considera importantes quando visita uma praia fluvial? Enquadramento Paisagístico (%)

Praias Fluviais	Pouco	Algum	Muito
Bogueira	1,3	8,9	15,2
Louçainha	2,5	2,5	12,7
Rocas	0,0	11,4	26,6
Ana de Aviz	1,3	6,3	11,4
TOTAL	5,1	29,1	65,8

Quadro 63 –Quais dos seguintes aspectos considera importantes quando visita uma praia fluvial? Limpeza (%)

Praias Fluviais	Algum	Muito
Bogueira	0,0	25,3
Louçainha	2,5	15,2
Rocas	0,0	38,0
Ana de Aviz	0,0	19,0
TOTAL	2,5	97,5

Quadro 64 –Quais dos seguintes aspectos considera importantes quando visita uma praia fluvial? Segurança (%)

Praias Fluviais	Nada	Pouco	Algum	Muito
Bogueira	0,0	0,0	3,8	21,5
Louçainha	1,3	1,3	2,5	12,7
Rocas	0,0	1,3	5,1	31,6
Ana de Aviz	0,0	1,3	2,5	15,2
TOTAL	1,3	3,8	13,9	81,0

Quadro 65 –Quais dos seguintes aspectos considera importantes quando visita uma praia fluvial? Equipamentos (%)

Praias Fluviais	Nada	Pouco	Algum	Muito
Bogueira	0,0	1,3	10,1	13,9
Louçainha	1,3	1,3	5,1	10,1
Rocas	0,0	1,3	10,1	26,6
Ana de Aviz	0,0	0,0	3,8	15,2
TOTAL	1,3	3,8	29,1	65,8

Quadro 66 –Quais dos seguintes aspectos considera importantes quando visita uma praia fluvial? Estacionamento (%)

Praias Fluviais	Nada	Pouco	Algum	Muito
Bogueira	1,3	3,8	10,1	10,1
Louçainha	2,5	0,0	5,1	10,1
Rocas	0,0	2,5	10,1	25,3
Ana de Aviz	0,0	0,0	5,1	13,9
TOTAL	3,8	6,3	30,4	59,5

Quadro 67 –Quais considera ser as duas principais atracções para o turismo desta região? Atracção 1 (%)

Praias Fluviais	Espaços Verdes/ Natureza	Praias	Serra	Paisagem	Sossego	Parques de Merendas	Aldeias do Xisto	Hospitalidade	Clima	Actividades de Lazer	Alojamento	Minas (Ferrarias)	Zonas Históricas	Gastronomia	Diversão Nocturna	Turismo Rural
Bogueira	2,7	2,7	1,4	5,4	4,1	0,0	5,4	0,0	0,0	1,4	0,0	0,0	0,0	1,4	1,4	1,4
Louçainha	1,4	2,7	0,0	8,1	1,4	0,0	1,4	0,0	0,0	0,0	0,0	1,4	1,4	0,0	0,0	0,0
Rocas	5,4	10,8	5,4	8,1	0,0	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Ana de Aviz	2,7	8,1	1,4	2,7	2,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
TOTAL	12,2	24,3	8,1	24,3	8,1	1,4	8,1	1,4	1,4	2,7	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4

Quadro 68 –Quais considera ser as duas principais atracções para o turismo desta região? Atracção 2 (%)

Praias Fluviais	Monumentos	Espaços Verdes/Natureza	Clima	Gastronomia	DiversãoNocturna	Paisagem	Alojamento	Praias	Serra	Sossego	Aldeias do Xisto	Preços Baixos	Acessibilidades
Bogueira	1,6	0,0	0,0	1,6	0,0	1,6	0,0	7,9	3,2	6,3	1,6	0,0	0,0
Louçainha	0,0	3,2	0,0	3,2	0,0	0,0	0,0	3,2	1,6	0,0	1,6	0,0	0,0
Rocas	0,0	3,2	0,0	3,2	0,0	7,9	0,0	6,3	3,2	3,2	1,6	1,6	1,6
Ana de Aviz	0,0	6,3	1,6	1,6	1,6	1,6	1,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
TOTAL	1,6	12,7	1,6	9,5	1,6	11,1	1,6	17,5	7,9	9,5	4,8	1,6	1,6

Quadro 68 –Quais considera ser as duas principais atracções para o turismo desta região? Atracção 2 (%) (cont.)

Praias Fluviais	Parques de Merendas	Festas/Feiras/Produtos Tradicionais	Pedra Ferida	Actividades de Lazer	Licor Beirão	Turismo Rural
Bogueira	0,0	1,6	0,0	1,6	1,6	1,6
Louçainha	0,0	3,2	1,6	1,6	0,0	0,0
Rocas	1,6	1,6	0,0	0,0	0,0	0,0
Ana de Aviz	0,0	1,6	0,0	0,0	0,0	0,0
TOTAL	1,6	7,9	1,6	3,2	1,6	1,6

Quadro 69 –Qual a importância dos seguintes aspectos para aumentar a atracção desta área?
Acessibilidades (%)

Praias Fluviais	Nada	Pouco	Algum	Muito
Bogueira	0,0	2,5	12,7	10,1
Louçainha	0,0	0,0	6,3	11,4
Rocas	0,0	1,3	7,6	29,1
Ana de Aviz	1,3	2,5	7,6	7,6
TOTAL	1,3	6,3	34,2	58,2

Quadro 70 –Qual a importância dos seguintes aspectos para aumentar a atracção desta área?
Restauração (%)

Praias Fluviais	Nada	Algum	Muito
Bogueira	0,0	16,5	8,9
Louçainha	0,0	10,1	7,6
Rocas	0,0	13,9	24,1
Ana de Aviz	1,3	6,3	11,4
TOTAL	1,3	46,8	51,9

Quadro 71 –Qual a importância dos seguintes aspectos para aumentar a atracção desta área?
Alojamento (%)

Praias Fluviais	Nada	Pouco	Algum	Muito
Bogueira	0,0	2,5	12,7	10,1
Louçainha	0,0	1,3	5,1	11,4
Rocas	0,0	0,0	13,9	24,1
Ana de Aviz	2,5	1,3	3,8	11,4
TOTAL	2,5	5,1	35,4	57,0

Quadro 72 –Qual a importância dos seguintes aspectos para aumentar a atracção desta área?
Serviços de Saúde (%)

Praias Fluviais	Pouco	Algum	Muito
Bogueira	1,3	13,9	10,1
Louçainha	1,3	6,3	10,1
Rocas	2,5	7,6	27,8
Ana de Aviz	1,3	5,1	12,7
TOTAL	6,3	32,9	60,8

Quadro 73 –Qual a importância dos seguintes aspectos para aumentar a atracção desta área?
Equipamento de Lazer (%)

Praias Fluviais	Nada	Pouco	Algum	Muito
Bogueira	0,0	1,3	13,9	10,1
Louçainha	0,0	1,3	12,7	3,8
Rocas	1,3	1,3	16,5	19,0
Ana de Aviz	0,0	0,0	7,6	11,4
TOTAL	1,3	3,8	50,6	44,3

**Quadro 74 –Qual a importância dos seguintes aspectos para aumentar a atracção desta área?
Actividades (desportivas, de recreio e lazer) (%)**

Praias Fluviais	Nada	Pouco	Algum	Muito
Bogueira	0,0	0,0	12,7	12,7
Louçainha	0,0	1,3	11,4	5,1
Rocas	1,3	1,3	17,7	17,7
Ana de Aviz	1,3	0,0	5,1	12,7
TOTAL	2,5	2,5	46,8	48,1

**Quadro 75 –Qual a importância dos seguintes aspectos para aumentar a atracção desta área?
Promoção e Divulgação (jornais, TV, posto de turismo) (%)**

Praias Fluviais	Nada	Pouco	Algum	Muito
Bogueira	0,0	2,5	8,9	13,9
Louçainha	0,0	0,0	3,8	13,9
Rocas	1,3	0,0	5,1	31,6
Ana de Aviz	0,0	0,0	3,8	15,2
TOTAL	1,3	2,5	21,5	74,7

Quadro 76 –Idade (%)

Praias Fluviais	<18	19-30	31-50	51-64	>65
Bogueira	1,3	15,2	8,9	0,0	0,0
Louçainha	1,3	6,3	7,6	1,3	1,3
Rocas	2,5	7,6	24,1	2,5	1,3
Ana de Aviz	3,8	5,1	8,9	1,3	0,0
TOTAL	8,9	34,2	49,4	5,1	2,5

Quadro 77 – Género (%)

Praias Fluviais	Masculino	Feminino
Bogueira	10,1	15,2
Louçainha	8,9	8,9
Rocas	21,5	16,5
Ana de Aviz	11,4	7,6
TOTAL	51,9	48,1

Quadro 78 – Local de Alojamento (%)

Praias Fluviais	Vila Nova de Poiares	Lousã	Coimbra	Góis	Figueira da Foz	Carrinha/Caravana	Penela	Figueiró dos Vinhos	Ermesinde	Pombal	Castanheira de Pera	Trofa	Torres Vedras
Bogueira	3,8	16,5	2,5	1,3	1,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Louçainha	0,0	2,5	3,8	0,0	0,0	2,5	7,6	1,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Rocas	0,0	1,3	7,6	0,0	0,0	0,0	0,0	1,3	1,3	1,3	3,8	1,3	2,5
Ana de Aviz	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,3	7,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
TOTAL	3,8	20,3	13,9	1,3	1,3	2,5	8,9	10,1	1,3	1,3	3,8	1,3	2,5

Quadro 78 – Local de Alojamento (%) (cont.)

Praias Fluviais	Alcobaça	Aveiro	Montemor-o-Velho	Miranda do Corvo	Ovar	Leiria	Ansião	Pedrógão Grande	Procura alojamento na região	Estarreja	Penacova	Pombal	Alvaiázere	Constância	Vila Nova da Barquinha
Bogueira	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Louçainha	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Rocas	1,3	1,3	1,3	1,3	3,8	1,3	3,8	1,3	1,3	1,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Ana de Aviz	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,3	0,0	0,0	0,0	0,0	1,3	3,8	1,3	1,3	1,3
TOTAL	1,3	1,3	1,3	1,3	3,8	2,5	3,8	1,3	1,3	1,3	1,3	3,8	1,3	1,3	1,3

Quadro 79 – Forma como está alojado (%)

Praias Fluviais	Pensão	Parque de Campismo	Casa Alugada	Casa de Familiares	Segunda Habitação	Habitação Própria	Caravanismo	Domicílio profissional	Pousada da Juventude
Bogueira	0,0	0,0	0,0	2,6	0,0	16,7	0,0	5,1	1,3
Louçainha	0,0	0,0	1,3	3,8	0,0	10,3	2,6	0,0	0,0
Rocas	1,3	1,3	0,0	3,8	1,3	29,5	0,0	0,0	0,0
Ana de Aviz	0,0	2,6	1,3	6,4	0,0	9,0	0,0	0,0	0,0
TOTAL	1,3	3,8	2,6	16,7	1,3	65,4	2,6	5,1	1,3

Quadro 80 – Como chegou à praia (%)

Praias Fluviais	Carro	Mota	Transportes Públicos	A pé	Bicicleta	Boleia
Bogueira	17,7	1,3	0,0	5,1	0,0	1,3
Louçainha	12,7	0,0	3,8	0,0	1,3	0,0
Rocas	35,4	0,0	2,5	0,0	0,0	0,0
Ana de Aviz	16,5	0,0	0,0	0,0	0,0	2,5
TOTAL	82,3	1,3	6,3	5,1	1,3	3,8

Quadro 81 – Número de pessoas do grupo onde está integrado (%)

Praias Fluviais	1-2	3-4	5-8	Mais de 9
Bogueira	5,1	12,7	6,3	1,3
Louçainha	6,3	3,8	3,8	3,8
Rocas	3,8	16,5	7,6	10,1
Ana de Aviz	6,3	3,8	3,8	5,1
TOTAL	21,5	36,7	21,5	20,3

Quadro 82 – Concelho de Residência (%)

Praias Fluviais	Vila Nova de Poiares	Torres Novas	Coimbra	Lousã	Condeixa-a-Nova	Ovar	Guarda	Murtosa	Famalicão	Figueira da Foz	França	Oeiras	Penela	Figueiró dos Vinhos
Bogueira	2,5	1,3	3,8	8,9	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	0,0	0,0	0,0
Louçainha	0,0	0,0	3,8	2,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,5	0,0	1,3	3,8	1,3
Rocas	0,0	0,0	7,6	1,3	0,0	3,8	0,0	0,0	0,0	0,0	2,5	1,3	0,0	0,0
Ana de Aviz	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,3	1,3	0,0	3,8
TOTAL	2,5	1,3	15,2	12,7	1,3	5,1	1,3	1,3	1,3	3,8	5,1	3,8	3,8	5,1

Quadro 82 – Concelho de Residência (%) (cont.)

Praias Fluviais	Lisboa	Covilhã	Ermesinde	Pombal	Santa Maria da Feira	Trofa	Torres Vedras	Alcobaca	Aveiro	Miranda do Douro	Montemor-o-Velho	Leiria	Pedrógão Grande	Fundão
Bogueira	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Louçainha	1,3	1,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Rocas	0,0	0,0	1,3	1,3	1,3	1,3	2,5	1,3	1,3	1,3	1,3	2,5	1,3	1,3
Ana de Aviz	2,5	0,0	0,0	3,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,3	0,0	0,0
TOTAL	3,8	1,3	1,3	5,1	1,3	1,3	2,5	1,3	1,3	1,3	1,3	3,8	1,3	1,3

Quadro 82 – Concelho de Residência (%) (cont.)

Praias Fluviais	Castanheira de Pera	Sintra	Estarreja	Setúbal	Holanda	Reino Unido	Vila Nova da Barquinha
Bogueira	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Louçainha	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Rocas	1,3	1,3	1,3	0,0	0,0	0,0	0,0
Ana de Aviz	0,0	0,0	0,0	1,3	1,3	1,3	1,3
TOTAL	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3

Quadro 83 – Profissão (%)

Praias Fluviais	1	2	3	4	5	6	7	8	9	Reformado	Estudante	Desempregado
Bogueira	0,0	1,3	1,3	6,4	10,3	0,0	0,0	1,3	1,3	0,0	3,8	0,0
Louçainha	0,0	6,4	0,0	1,3	0,0	0,0	1,3	0,0	1,3	2,6	1,3	2,6
Rocas	0,0	2,6	5,1	5,1	11,5	1,3	1,3	3,8	2,6	0,0	3,8	1,3
Ana de Aviz	1,3	2,6	1,3	2,6	0,0	0,0	1,3	1,3	1,3	1,3	6,4	0,0
TOTAL	1,3	12,8	7,7	15,4	21,8	1,3	3,8	6,4	6,4	3,8	15,4	3,8

ANEXO 6 – CRITÉRIOS DE ATRIBUIÇÃO DA BANDEIRA AZUL

CRITÉRIOS DE ATRIBUIÇÃO DA BANDEIRA AZUL

I. QUALIDADE DA ÁGUA

1. (I) Cumprimento de todas as normas e legislação, designadamente a Directiva 76/106/CEE sobre a Qualidade das Águas Balneares.
2. (I) Ausência absoluta de descargas de águas residuais industriais ou urbanas na área da praia. Tem de ser demonstrado que a água proveniente destas descargas não afectam o ambiente.
3. (NA) Monitorização do estado dos recifes de coral localizados na área da zona balnear.
4. (G) A comunidade em que a praia se encontra integrada tem de estar de acordo com as normas e legislação relativa ao tratamento de águas residuais, designadamente com a Directiva relativa às Águas Residuais Urbanas (91/271/CEE).
5. (I) Inexistência de acumulação de algas ou restos de materiais vegetais arrastados pelo mar na zona balnear, excepto quando a referida vegetação se destinar a um uso específico, se encontrar num local destinado para esse efeito e não perturbar o conforto dos utentes da zona balnear.

II. INFORMAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

6. (I) Existência de informação afixada na praia e incluída no material para os turistas, sobre áreas sensíveis da costa, bem como sobre o comportamento a assumir nestas áreas sensíveis.
7. (I) Existência de entidades que afixem informação acerca da qualidade da água.
8. (I) Existência de entidades que afixem informação sobre a Campanha Bandeira Azul.
9. (I) Existência de entidades que afixem o código de conduta para a zona balnear e que divulguem essa informação ao público que a requirite.
10. (I) Realização de pelo menos 5 actividades de educação ambiental.

III. GESTÃO AMBIENTAL E EQUIPAMENTOS

11. (G) Deve ser estabelecido um comité que se encarregue da gestão da zona balnear e realize auditorias frequentemente.
12. (I) Existência de um Plano de Ordenamento da zona balnear.
13. (I) A praia deve ser mantida limpa.
14. (I) Existência de recipientes para lixo, seguros e em boas condições de manutenção, regularmente esvaziados.
15. (I) Existência de infra-estruturas devidamente licenciadas para recolha e tratamento de lixo.
16. (I) Existência de instalações sanitárias em número suficiente e em boas condições de higiene, com destino final adequado das suas águas residuais.
17. (I) Inexistência na praia das seguintes actividades:
 - Circulação de veículos não autorizados;
 - Competições de automóveis ou de outros veículos motorizados;
 - Descarga de entulho;
 - Campismo não autorizado.
18. (I) Interdita a permanência e circulação de animais domésticos ou outros fora das zonas autorizadas.
19. (I) Todos os edifícios e equipamentos existentes na praia têm de se encontrar em boas condições de conservação.
20. (G) A comunidade local deve promover a utilização de meios de transporte sustentáveis na zona da praia, tais como bicicleta, transporte público e de zonas pedonais.

IV. SEGURANÇA E SERVIÇOS

21. (I) Existência de nadadores-salvadores em serviço durante a época balnear com o respectivo equipamento de salvamento.
22. (I) Existência de serviço de primeiros socorros na praia, devidamente assinalado.
23. (I) Inexistência de conflito de usos na praia. Se existirem áreas sensíveis na zona envolvente da praia deverão ser implementadas medidas que previnam impactes negativos sobre as mesmas, resultantes da sua utilização pelos utentes ou do tráfego para a praia.
24. (I) Existência de Planos de Emergência, locais ou regionais, relativamente a acidentes de poluição na praia.

- 25. (I) Existência de acessos seguros à zona balnear.
- 26. (NA) A zona balnear deve ser vigiada por pessoal qualificado.
- 27. (G) Existência de uma fonte de água potável devidamente protegida.
- 28. (I) Pelo menos uma das praias do Município tem de estar equipada com rampas e instalações sanitárias para deficientes motores, excepto quando a topografia do local não o permitir. Nos casos em que o Município apenas tem uma praia com Bandeira Azul, esta tem que cumprir os requisitos acima referidos.
- 29. (I) Existência de um mapa indicativo das diversas instalações e equipamentos na zona balnear.

Legenda:

I – imperativo;

G- guia

NA – Não aplicável

(Fonte: www.abae.pt)

ANEXO 7 – CLASSIFICAÇÃO NACIONAL DE PROFISSÕES

Classificação Nacional de Profissões – CNP

Grande Grupo 1- Quadros Superiores da Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores de Empresas

Grande Grupo 2- Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas

Grande Grupo 3- Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio

Grande Grupo 4- Pessoal Administrativo e Similares

Grande Grupo 5- Pessoal dos Serviços e Vendedores

Grande Grupo 6- Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pescas

Grande Grupo 7- Operários, Artífices e Trabalhadores Similares

Grande Grupo 8- Operadores de Instalações e Máquinas e Trabalhadores da Montagem

Grande Grupo 9- Trabalhadores Não Qualificados